



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LUANI LOBO DA GLORIA

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E AS INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE
TECNOLÓGICA NA UFPA NO PERÍODO DE 2016-2022**

Belém-PA
2023

LUANI LOBO DA GLORIA

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E AS INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE
TECNOLÓGICA NA UFPA NO PERÍODO DE 2016-2022**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Belém-PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G562p Gloria, Luani Lobo da.
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E AS INCUBADORAS DE
EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NA UFPA NO
PERÍODO DE 2016-2022 / Luani Lobo da Gloria. — 2023.
149 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2023.

1. Parceria Público-Privada. 2. Universidade Pública. 3.
Política C&T. 4. Incubadoras de Empresas de Base
Tecnológica. 5. UFPA. I. Título.

CDD 370.711

LUANI LOBO DA GLORIA

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E AS INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NA UFPA NO PERÍODO DE 2016-2022.

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro.


Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais

Defesa em: 28/08/2023


Banca Examinadora



Prof. Dr.ª Maria Edilene da Silva Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal do Pará



Prof. Dr.ª Fabíola Bouth Grello Kato (Avaliadora Interno)
Universidade Federal do Pará



Prof. Dr.ª Margareth Guerra dos Santos (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Amapá

Belém-PA
2023

Dedico esta Dissertação de Mestrado ao meu avô, Pedro da Silva Lobo (*In memoriam*), maior exemplo de ser humano honesto, alegre, guerreiro e ético que já conheci, que após muitas lutas percorridas em vida, enfim descansou. Enquanto legado, nos ensinou que de todas as batalhas, a maior é pela integridade de nosso nome, credibilidade de “nossa palavra”. Em sua ausência, afloram lembranças e incontáveis histórias que trazemos à tona para sorrir, para pensar, mas, sobretudo, reafirmar que enquanto existirmos vamos lembrar de você.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação trouxe “muitas mãos” em sua materialidade. Mãos, não no sentido literal, mas, representativo, visto que ao longo de minha jornada enquanto ser social, e agora, pesquisadora vinculada a uma Instituição, cruzei com muitas pessoas, produções escritas, sentimentos, pensamentos, e situações que direta ou indiretamente direcionaram a construção do meu modo de pensar, de agir, e de me posicionar frente a concreticidade dos acontecimentos, o que sem dúvidas, foi fundamental para a construção deste trabalho.

Todavia, em meio a tantos nomes, gostaria de forma muito especial agradecer por toda ajuda e apoio as seguintes pessoas:

Meus queridos pais Luis e Socorro, meus maiores incentivadores e rede de apoio, nada disso seria possível sem o suporte de ambos. Vocês são minha base, os grandes amores de minha vida e, com certeza, meus melhores amigos. Palavras seriam insuficientes para descrever a quão grata sou e desejo partilhar este e muitos outros momentos com vocês ao meu lado, eu amo vocês!

As professoras Fabíola Kato e Margareth Guerra, minha banca examinadora, por toda dedicação de tempo, análise da produção escrita, e orientações necessárias para o aprimoramento de meu trabalho e processo formativo nesta instituição.

A minha orientadora, Edilene Ribeiro, pela contribuição na trajetória da pesquisa, e convivência neste processo formativo, grata por tudo.

Aos docentes, que por serem tantos seria impossível citá-los na integralidade, mas, que não poderia deixar de externar minha gratidão por toda ajuda e instrução neste processo tão árduo e compensador, grata por tudo!

Às minhas queridas Diana Hillary, Thaize Medeiros, Lilian Araújo, Genilda Amaral, Rany Gomes e Clicy Paes que mesmo com a distância e rotinas da vida adulta e acadêmica, continuam a externar doçura em cada encontro, carisma, beleza, gentileza e apoio a todos que as rodeiam, e a quem guardo profundo carinho.

Ao meu querido e melhor amigo Robson Gomes, por sua amizade contraditória, difícil e iluminada. Nossos encontros são sempre aleatórios e inéditos: me rejuvenesce, me mostram uma versão “nossa” sem filtros, não preciso carregar adjetivos ou performances, sou apenas eu, a Luani que chora, reclama por tudo, escuta, tem uma gargalhada horrorosa, fala o que pensa e que sempre é lembrada que a vida é curta e que devemos aproveitá-la, obrigada.

À minha querida Silvana Brito que, de professora na graduação, se tornou uma de minhas maiores amigas e incentivadoras nos dias presentes, grata por toda atenção, todo diálogo, paciência e força. Grata por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que nem eu consideraria tanto, grata por todos os nossos encontros, por tanto carinho, por tanta torcida!

Aos companheiros da linha de políticas públicas, onde, não citarei nomes para não ser injusta com nenhum, mais que por vezes dividimos salas, corredores, lanches, dúvidas, atividades, diálogos e força neste processo formativo, grata por tudo.

As minhas companheiras de formação que sem dúvida alguma cravejaram seus laços em meu coração e que levarei para além dos muros da Universidade: Caroline Cavalcante (Carol), com sua sensibilidade e agilidade nas soluções de problemas; Heloisa Brasil (Helô), com seu carinho extremo, calma invejável e habilidades incríveis de ABNT; e Fadya Moura, com seu alto-astral, doçura e sua enorme capacidade para destrinchar leis, criar títulos, roteiros de execução e táticas de memorização.

Obrigada por me acolherem e aturarem até mesmo nos meus piores dias. Perdoarem meus sumiços, aguentarem meus excessos de “texto” e me iluminarem com sua amizade. De todos os ganhos, o mais singelo foi me aproximar de vocês, pessoas tão incríveis! E apesar de formarmos um grupo totalmente diferente, seja na maneira de pensar, ou de agir, confesso que eu não me imagino em um grupo melhor! E eu agradeço por compartilhar tantos meses de felicidade, estresse, tristezas, confidencialidades, e muita amizade, mais uma vez, obrigada!

Ao meu companheiro Rodolfo Lira, por ser esta pessoa incrível, amável e engraçada, que me aturou, acreditou, amou e sonhou os meus sonhos, principalmente durante a produção deste trabalho. Obrigada, por ouvir minhas reclamações, minhas loucuras, tagarelices, me acolher nos dias de choro, angustias, ser meu colo e se tornar um suporte tão importante ao longo de nossos 8 anos de caminhada. Obrigada, por ser quem és: o melhor amigo e o amor de minha vida, eu te amo.

E por fim, meus mais sinceros agradecimentos a Deus. Gratidão pelas conquistas (as vezes nem tão merecidas), por me sustentar até aqui, por todo cuidado, proteção, e bênçãos vividas, nada seria possível se não fosse por Ele. Pois dele, é que vem todas coisas, e o cito por último, não por este ser o seu lugar e Ele ser o último a ser lembrado, mas, pela certeza, de que em todas as tempestades e os momentos felizes que passei, Ele esteve presente.

“Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas”.

(Karl Marx, 1872)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) com locus de investigação na Universidade Federal do Pará (UFPA). O objetivo geral consistiu em investigar, no contexto da reforma do Estado neoliberal, a relação entre as parcerias público-privadas (PPP) e a implementação do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) na Universidade Federal do Pará, no período de 2016 a 2022. De maneira específica, objetivamos: (1) Identificar, no contexto da reforma neoliberal, o aprofundamento da implementação das parcerias público-privadas no ensino superior público; (2) Destacar os marcos regulatórios das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica dentro das universidades públicas no Brasil; e (3) Analisar como o PIEBT alinha-se às PPP na UFPA. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho quanti-qualitativa, tendo por tipo de pesquisa o estudo de caso. No percurso da pesquisa realizamos estudo bibliográfico e estudo documental para a obtenção dos dados que foram analisados. Os resultados deste estudo evidenciaram que no contexto da reforma do Estado neoliberal e alinhada às orientações dos organismos internacionais vem ocorrendo a aproximação entre a universidade pública e o mercado através das parcerias público-privadas; a materialização das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) ganham força no Brasil a partir da década de 1990, alinhadas às políticas governamentais, em especial, do eixo da C&T como a lei de Inovação Tecnológica; Lei do Bem; a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a criação das Instituições Científicas e Tecnológicas; a EC nº 85/2015 e o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, nos documentos institucionais sobre o PIEBT/UFPA constatou-se que o processo de criação, finalidade, objetivo, produtos desenvolvidos, serviços ofertados, área de atuação, rede de articulação, dinâmica de gestão e os indicadores de desempenho indicam que o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) estabelece a interação universidade-empresa sob lógica da política neoliberal, expressando a aproximação da UFPA ao mercado através das parcerias público-privadas.

Palavras chaves: Parceria Público-Privada. Universidade Pública. Política C&T. Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica. UFPA.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of study the Technology-Based Business Incubation Program (PIEBT) with research locus at the Federal University of Pará (UFPA). The general objective was to investigate, in the context of the reform of the neoliberal State, the relationship between public-private partnerships (PPP) and the implementation of the Technology-Based Business Incubation Program (PIEBT) at the Federal University of Pará, during the period 2016 to 2022. Specifically, we aim to: (1) Identify, in the context of neoliberal reform, the deepening of the implementation of public-private partnerships in public higher education; (2) Highlight the regulatory frameworks for Technology-Based Business Incubators within public universities in Brazil; and (3) Analyze how the PIEBT aligns with the PPP at UFPA. Methodologically, the research is quantitative-qualitative, with the type of research being the case study. During the research, we carried out a bibliographical study and documentary study to obtain the data that were analyzed. The results of this study showed that in the context of the reform of the neoliberal State and in line with the guidelines of international organizations, there has been a rapprochement between the public university and the market through public-private partnerships; the materialization of Technology-Based Business Incubators (IEBT) gained strength in Brazil from the 1990s onwards, aligned with government policies, in particular, the S&T axis such as the Technological Innovation law; Law of Good; Industrial, Technological and Foreign Trade Policy; National Science, Technology and Innovation System; the creation of Scientific and Technological Institutions; EC nº 85/2015 and the New Legal Framework for Science, Technology and Innovation. Furthermore, in the institutional documents about the PIEBT/UFPA it was found that the creation process, purpose, objective, products developed, services offered, area of activity, articulation network, management dynamics and performance indicators indicate that the Program Technology-Based Business Incubation Unit (PIEBT) establishes university-company interaction under the logic of neoliberal policy, expressing UFPA's approach to the market through public-private partnerships.

Keywords: Public-Private Partnership. Public university. S&T Policy. Technology-Based Business Incubators. UFPA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descritores selecionados para a busca nos bancos de dados.....	27
Quadro 2. Cruzamentos dos descritores para o banco de dados.....	28
Quadro 3. Coleta e refinamento dos dados a partir dos diretórios.....	28
Quadro 4. Exposição dos resultados selecionados.....	31
Quadro 5. Documentos Selecionados para a Análise da Pesquisa.....	38
Quadro 6. Objetivo Global e Específicos voltados ao PDRAE.....	76
Quadro 7. Alterações relativa aos eixos: ICT, NIT e IE.....	85
Quadro 8. Universidades Públicas da Região Norte catalogados por Estado.....	92
Quadro 9. Serviços Ofertados pelo ADE/PIEBT/UFPA.....	104
Quadro 10. Empresas incubadas pelo PIEBT até fins do exercício de 2022.....	113
Quadro 11. Empresas Graduadas pelo PIEBT no Período de 2016-2022.....	114
Quadro 12. Spin-Offs graduadas pelo PIEBT/UFPA no período de 2016-2022.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Exposição dos objetivos referente aos trabalhos selecionados.....	34
Figura 2. Exposição das abordagens utilizadas nos trabalhos selecionados.....	35
Figura 3. IEBT mantidas por Universidades Públicas na Região Norte.....	95
Figura 4. Estrutura organizacional e Administrativa da UNIVERSITEC.....	100
Figura 5. Etapas do processo de Incubação do PIEBT/UFPA.....	108
Figura 6. Campo organizacional do PIEBT.....	110

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Quantitativo de IEBT nas Universidades Federais do Brasil.....	91
Tabela 2. IEBT pertencente as Universidades Públicas da Região Norte do País.....	94
Tabela 3. Módulos e Taxa de Incubação dos Empreendimentos do PIEBT/UFPA.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Empresas incubadas registradas pelo PIEBT/UFPA no período de 2016-2022.....112
- Gráfico 2.** Faturamento do PIEBT através das empresas incubadas.....121

LISTA DE SIGLAS

AC - Acre

ADE - Área de Desenvolvimento Empresarial

AM - Amazonas

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

AP - Amapá

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social

C&T - Ciência e Tecnologia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

CEFET - Centro Federais de Educação Tecnológica

CERNE - Centro de Referência para apoio a Novos Empreendimentos

CF - Constituição Federal

CFE - Conselho Federal de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

CNRES - Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior

CONSEP - Conselho Superior de Ensino e Pesquisa

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

CTPET - Fundo Setorial do Petróleo

DASP - Departamento Administrativo de Serviço Público

EC - Emenda Constitucional

FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDCTF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FS - Fundos Setoriais

GED - Gratificação de Estimulo à Docência

GERES - Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior

ICT - Instituições de Ciência e Tecnologia

ID - Identificação de Trabalho

IEBT - Incubadora de Empresa de Base Tecnológica

IED - Investimento Externo Direto

IES - Instituições de Ensino Superior Público

IF - Instituto Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MCT - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MEC - Ministério da Educação

MP - Medidas Provisórias

MP - Modos de Produção

NIT - Núcleos de Inovação Tecnológica

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OI - Organismos Internacionais

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PA - Pará

PACTI - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PAFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PARQTEC - Parque de Alta Tecnologia de São Carlos

PCT - Parque de Ciência e Tecnologia

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PFI - Private Finance Initiative

PIEBT - Programa Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PLOA - Projeto de Lei Orçamentário Anual

PPA - Plano Plurianual

PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP - Parcerias Público-Privada
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
RAMI - Rede Amazônica de Incubadoras
REUNI - Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RO - Rondônia
RR - Roraima
RSL - Revisão Sistemática da Literatura Integrativa
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SECTET - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
SECTI - Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SNCT&I - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNI - Sistema Nacional de Inovação
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TO - Tocantins
UAB - Universidade Aberta do Brasil
U-E - Universidade - Empresa
UEA - Universidade do Estado do Amazonas
UEAP - Universidade Estadual do Amapá
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UERR - Universidade Estadual de Roraima
UF - Universidade Federal
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins

UNIVALI - Universidade privada do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1. Problemática e Questão Problema da Pesquisa.....	21
1.2. Objetivos da Pesquisa.....	23
1.3. A pesquisadora e motivações do Estudo.....	24
1.3.1. Revisão Sistemática da Literatura Integrativa (RSL)	26
1.4. Metodologia da Pesquisa.....	36
1.5. Estrutura da Dissertação	40
2. CAPITALISMO E REFORMA DO ESTADO NEOLIBERAL: Notas sobre a mundialização do capital com vistas a mercantilização da Educação Superior.....	41
2.1. Capitalismo e as contradições do Capital: Constituição de um sistema econômico mundial	45
2.2. Estado Neoliberal e Crise atual do Capital: Prelúdio às parcerias Público-Privada nas Universidades	52
2.3. Ensino superior e Estado Neoliberal: Ensaio sobre as Universidades na ótica dos Organismos Internacionais	58
3. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA E POLÍTICAS DE C&T NO BRASIL: Reflexões sobre a inserção das Incubadoras de Empresas nas Universidades Públicas	64
3.1. O Público e o Privado na Educação Superior: Apontamentos sobre a evolução das políticas de C&T no Brasil até 1990	67
3.2. A política de Ciência e Tecnologia para as universidades públicas: Fortalecimento da expansão das parcerias público-privada.	73
3.2.1. Políticas na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC).....	74
3.2.2. Políticas na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT)	79
3.3. Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica no Brasil: Expansão das IEBT em Universidades públicas da Região Norte.....	87
4. O PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (PIEBT): Interface com a Parceria Público-Privada na UFPA	97
4.1. UFPA e o Núcleo de Inovação Tecnológica: Focalizando a UNIVERSITEC	97

4.2. O Programa de Incubação de Base Tecnológica (PIEBT) na UFPA: Aproximações e evidencias sobre o objeto.....	101
4.2.1. PIEBT/UFPA e seus Indicadores de Desempenho: Empresas Incubadas e Empresas Graduadas	111
4.2.2. Parceria entre o PIEBT e empresas: Reflexões sobre a lucratividade do setor privado	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	134

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado em Educação¹, vinculada à linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), tem como objeto de estudo o programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), inserido na estrutura organizacional da Agência de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Pará (UNIVERSITEC), oferecendo produtos e serviços de infraestrutura, consultoria, avaliação, e acompanhamento para empresas em processo de criação e amadurecimento na região Amazônica (UFPA - UNIVERSITEC, 2023).

Segundo os escritos de Miranda (2016) e Freire (2016), as incubadoras de empresas emergem como mecanismo de desenvolvimento comercial custeado por múltiplos setores, como entidades governamentais, grupos privados, centros de pesquisas, universidades, grupos comunitários, entre outras coisas, com capacidade de expansão territorial, para além do seu ponto de origem, mediante orientação prática e profissional que asseguram um regime estruturado em assessoria, diminuindo assim, os riscos de mortalidade das empresas em seu estágio inicial.

Nesta perspectiva, buscamos investigar o alinhamento político educacional entre as parcerias público-privada (PPP) e as Incubadoras de Empresas, em especial, as Incubadoras de Base Tecnológica, cujo principal produto deriva de pesquisas científicas (Maehler, 2005).

Temos como premissa que, no bojo da reforma do Estado neoliberal, refletem-se múltiplas formas de interesses e expressões políticas que acabaram desencadeando uma “lumpenização” (Saad Filho e Moraes, 2018), manifestada, sobretudo, pelas contradições do sistema capitalista.

Neste cenário transcorre, principalmente, orientações expressas por organismos internacionais que se fundamentam no entendimento de que o papel a ser desempenhado pelo Estado, em especial, no atendimento educacional, deve enfatizar a revolução científica e tecnológica que emerge com a ideologia de globalização (Thiengo, 2019).

Desta forma, as parcerias público-privadas, ao se consolidarem no ensino superior público, como estratégia de ação do grande capital (Robertson e Verger, 2012), contribui para transformar as Universidades, outrora vistas como Instituição Social, a um status de

¹ Estudo realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), sob código de financiamento 001.

Organização Social (Chauí, 2003), que implementa a tríplice hélice² e coloca os movimentos governamentais a investirem em ambientes que possibilitem impulsionar negócios.

Reverberando a um duplo desafio que corrobora tanto para (1) solidificação dos processos de disseminação da lógica empreendedora nas instituições de ensino, quanto para (2) os contrassensos que permeiam a função social das universidades públicas e que por sua vez, se contradizem com os objetivos da indústria, que não visam a emancipação dos sujeitos, mas, unicamente a acumulação de lucro (Ribeiro e Andrade, 2006; Monteiro *et al.*, 2019).

1.1. Problemática e Questão Problema da Pesquisa

Ainda que a educação brasileira se situe como direito social vinculado a compilados legais, sua prática ainda se encontra permeada de contradições. Visto que, nos últimos anos, agudizaram-se estratégias voltadas a desobrigar o Estado de seu dever com o ensino superior público de qualidade, a exemplo, pela crescente restrição orçamentária destinada a manutenção e custeio das políticas públicas educacionais, o que fragiliza serviços e amplia desigualdades sociais (Pochmann, 2008; Reis e Macário, 2020).

Nesse sentido, reduções orçamentárias produzem também a exploração dos serviços, intensificando e precarizando os trabalhadores das universidades públicas, fator este que contribui para afastar a universidade pública de sua função social e aproximá-la de um status operacional que direciona interesses mercadológicos dos grupos empresariais (Chauí, 1999), como consequência, das crises estruturais do capital.

Nisto, as políticas de cortes orçamentários ganham vigor em meio as crises capitalistas, nas quais o Estado neoliberal opera em consonância com “as elites dos países que compõe o eixo dinâmico do capital³ [...]” (Lima, 2008, *apud* Thiengo, 2019, p. 66), incentivando as instituições de ensino a se aproximarem do mercado como forma de complementar salários e obter recursos para o suprimento de despesas fixas e aleatórias, dentre outros.

² Segundo Henry Etzkovitz, criador do modelo tríplice hélice em 1990, a produção de riqueza ocorre pela articulação da sociedade capitalista em formato *distinto interligado* com fruição dinâmica de inovação. Transformando o relacionamento existente entre universidade-indústria-governo (a indústria, opera como recurso de implementação para a produção; o governo como fonte de relações contratuais; e a universidade como fonte de desenvolvimento científico e tecnológico para pesquisas), fomentando estímulos para o surgimento de novos núcleos de interação organizacional, a partir do conhecimento produzido por arranjos que direcionam as ações inovadoras nos vários setores com foco no incremento do mercado (Etzkovitz, 2002; Valente, 2010).

³ De acordo com os escritos de Thiengo (2019), a expressão refere-se aos países em estágio mais avançado/desenvolvido (ditos de 1º mundo) nos meios de acumulação capitalista.

Situação que se torna muito mais inquietante quando observada sob amostragem particularista de nosso lócus e período investigativo (2016-2022) em que, segundo relatórios de gestão emitidos pela própria Universidade Federal do Pará (UFPA), apenas no comparativo de 2016 a 2020, apontaram redução orçamentária em 78,5% dos recursos repassados entre os respectivos anos. Acometimento este, que se manteve nos anos seguintes, uma vez que, em 2021, a instituição enfrentou nova queda percentual em aproximadamente 9,89%⁴, seguido de 2022⁵ com nova baixa em 21% no que se refere ao suprimento de suas despesas discricionárias (UFPA - Relatório de Gestão, 2021; 2022; 2023).

Circunstância esta que compromete não somente a manutenção e preservação dos espaços públicos como, também, os serviços ofertados à própria comunidade, uma vez que, os recursos repassados, no caso da UFPA, asseguram a sustentação da instituição e destina-se para o suprimento de ações, projetos, obtenções de materiais, equipamentos, infraestrutura, aquisições de insumos, consertos, manutenções e construções de novos espaços, pagamento de funcionários, bolsas, assistência estudantil, espaços de pesquisa, extensão, ensino de graduação, pós-graduação, entre outros serviços (UFPA - Relatório de Gestão, 2021).

Assim, entendemos que os cortes orçamentários incentivam a aproximação da universidade com o mercado para complementar sua sustentação econômica. Refletindo na utilização de contratos e convênios que firmam parcerias público-privada (como as incubadoras de empresas), com os mais diversos setores da sociedade, sejam eles públicos ou privados⁶, onde, a parte parceira equipa laboratórios, disponibiliza bolsas, recursos financeiros, materiais de insumos, entre outras coisas e, em troca, a universidade acaba por desenvolver pesquisas e projetos de interesses empresariais.

Lógica mercantilista que intensifica a dinâmica interna institucional das universidades públicas direciona-as a buscar junto ao mercado alternativas para a sobrevivência financeira. Fator este que não ocorre de forma isolada, mas articulada à concepção de organização e gestão neoliberal, que reverberam em múltiplas mudanças em seu interior (Ribeiro, 2013).

Desse modo, o Estado neoliberal permite a aproximação entre as instituições públicas e o setor privado mercantil, incentivando a privatização do setor público e as

⁴ Segundo Relatório de Gestão da UFPA de 2021, o orçamento repassado para custeio das despesas no ano de 2020 girava em torno de \$1.617.880.409,00 de reais, ao passo que o valor transferido para custeio das despesas anual no período de 2021 foi de R\$ 1.597.812.440,46 de reais, o que representa um corte orçamento de 20.067.968,54 de reais (redução em aproximadamente 9,89%).

⁵ R\$ 1.645.794.990,00 de reais.

⁶ Entendemos que as parcerias público-privado envolvendo as universidades também se materializam com setores públicos da sociedade, porém não é objetivo desta pesquisa.

parcerias público-privada na educação superior (Chaves, 2005; Dardot e Laval, 2016). Visto que, nos últimos anos, agudizaram-se estratégias voltadas a desobrigar o Estado de seu dever com o ensino superior público gratuito e de qualidade.

Assim, ao voltarmos a lógica em que se contextualiza nosso objeto de pesquisa, observamos que as ações do Estado neoliberal se alinham ao interesse do capital em acumular lucro, colocando a esfera do conhecimento como meio de obtenção de valor ao redefinir categorias, desencadear patentes, abarcar novos domínios e desenvolver negócios provenientes de estudos desenvolvidos dentro das universidades (Mészáros, 2009; Chaves, 2009; Dowbor, 2020).

Negócios estes, que se apresentam com (1) a necessidade da empresa de manusear tecnologia e (2) a necessidade da universidade de prover recursos para o pagamento de despesas. Articulando, assim, parcerias público-privadas com características de inovação que utiliza não somente de terreno e infraestrutura para que a incubadora possa operar, como também, de recurso humano para manutenção dos projetos a serem desenvolvidos, o que transforma as PPP em um empreendimento altamente rentável para as associações parceiras (Azevedo *et al.*, 2016; Ribeiro e Andrade, 2006; Martins *et. al.*, 2006), que se fortalecem a cada dia, por incentivos promovidos pela política de Ciência, Tecnologia & Inovação no país.

Com base nesse entendimento emerge nossa questão central: considerando o Estado neoliberal e o fortalecimento das parcerias público-privada (PPP) na educação pública superior do Brasil, como vem sendo implementado o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), na UFPA?

Dito isso, para este estudo seguimos algumas questões norteadoras que são: (1) No contexto da reforma do Estado neoliberal, quais políticas públicas colaboram para o aprofundamento das parcerias público-privada (PPP) na educação superior pública brasileira? (2) Como se alinham as parcerias público-privada e as incubadoras de empresa de base tecnológica na oferta de serviços e produtos ao mercado? (3) Como o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), enquanto reflexo das PPP se materializa na UFPA?

1.2. Objetivos da Pesquisa

A pesquisa teve como objetivo geral: investigar, no contexto da reforma do Estado neoliberal, a relação entre as parcerias público-privadas (PPP) e a implementação do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) na Universidade Federal do Pará, no período de 2016 a 2022

Seguido dos objetivos específicos que são: (1) Identificar, no contexto da reforma neoliberal, o aprofundamento da implementação das parcerias público-privadas no ensino superior público; (2) Destacar os marcos regulatórios das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica dentro das universidades públicas no Brasil; e (3) Analisar como o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) alinha-se às parcerias público-privadas (PPP) na UFPA.

1.3. A pesquisadora e motivações do Estudo

A presente dissertação sobre as incubadoras de empresas de base tecnológica enquanto materialização das parcerias público-privada e a educação superior pública, com lócus na Universidade Federal do Pará, teve enquanto primícias algumas ponderações:

Em primeiro lugar, a motivação pessoal, a qual se inicia com meu ingresso no curso de Serviço Social na UFPA no ano de 2015, através da política de ações afirmativas, enquanto via de acesso à universidade pública. Escolha tomada por acreditar que a finalidade da universidade visava democratizar o ensino superior público de qualidade, principalmente, para os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundo de escolas públicas tal como era meu caso.

Os caminhos percorridos aguçaram meu desejo de virar pesquisadora, visto que, durante este processo formativo pude usufruir do privilégio de ser inserida no tripé formativo da Instituição: ensino (através do projeto de monitoria), pesquisa (por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e extensão, o qual me possibilitou uma formação acadêmica, técnica e política articulada de forma orgânica a construção do conhecimento científico.

Construção que se articulava a inúmeras vivências, lutas, ações e projetos que exprimem conquistas e contradições inerentes a própria sociedade me fazendo compreender a importância de debates e diálogos voltados a defesa da função social das instituições de ensino superior público no país.

Entretanto, a delimitação do presente objeto de estudo se deu apenas em 2021 com meu ingresso no curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), sob orientação da professora Dra. Maria Edilene da Silva Ribeiro, na Universidade Federal do Pará (UFPA), experiência que me proporcionou inúmeros questionamentos e aprendizados permitindo, assim, uma aproximação teórica da conjuntura educacional que se

desenham cotidianamente no cenário brasileiro por meio dos múltiplos jogos neoliberais⁷ que desmontam o eixo educacional e o “empurra” a desenvolver alternativas de subsistência junto ao mercado acaudilhados por Organismos Internacionais que buscam alavancar a economia a todo custo.

Fio condutor que me levou ao aprofundamento dos estudos e ao ensejo de querer identificar, mediante pesquisas, esta dinâmica, seja na totalidade ou em parte dentro da UFPA, por compreender a necessidade de explorar tais “táticas” de reformas, que se alinham as parcerias público-privada, em interface com as concepções mercadológicas de educação, que podem afastar a universidade de sua função social e aproxima-a de um status organizacional cada vez mais gerencial.

Em segundo lugar, a motivação em caráter acadêmico que se deu através de minha vinculação ao projeto de pesquisa “Educação Superior na Amazônia: Gestão e formação em tempos de empreendedorismo”, cujas leituras me possibilitaram o fortalecimento das bases para construção desta pesquisa, por compreender que as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica nas universidades públicas são expressões estratégicas do grande capital com vistas a impulsionar negócios e capitalizar conhecimentos desenvolvidos na instituição.

Ocorrência que contribui para afastar a universidade pública de sua função social e aproximá-la de um status operacional que direciona interesses mercadológicos dos grupos empresariais, como consequência, das crises estruturais do próprio sistema capitalista que reforça cortes orçamentários e articula a política de Ciência, Tecnologia & Inovação em favor dos interesses do setor privado mercantil.

E, em terceiro, a relevância social que este estudo possibilita enquanto retorno à sociedade por compreender a necessidade do diálogo sobre esses processos transformativos da instituição de ensino que ainda são pouco discutidos nas rodas de conversa das ciências humanas e sociais aplicadas, fato que se comprova pela incipiência de estudos desenvolvidos nesta área do conhecimento, particularmente, no eixo educacional.

Aspecto comprovado por meio da execução de nossa Revisão Sistemática da Literatura Integrativa (RSL), tida como processo definido por pesquisas de caráter bibliográfico, cujo intuito se pauta em mapear e discutir a produtividade acadêmica nos mais

⁷Segundo Adrião e Domiciano (2020), o processo de implementação da educação vem se transformando ao longo dos anos e assumindo um jogo de interesses que se instaura em múltiplos modelos de organização e gestão na educação pública, em especial nas universidades, onde o Estado a partir de doutrinas neoliberais iniciadas a partir da década de 1990 e aceleradas a partir de 2007 com “[...] o aprofundamento da mercantilização da educação superior [...]” (Chaves, *et al.*, 2020. p. 7), consolida a educação a partir dos ditames das grandes corporações através de fundos de investimento, sejam eles nacionais e/ou internacionais, que visam unicamente a acumulação de lucro em detrimento da qualidade de ensino.

distintos campos e esferas do conhecimento científico já produzido (Ferreira, 2002), conforme poderá ser melhor descrito no tópico a seguir.

1.3.1. Revisão Sistemática da Literatura Integrativa (RSL)

Para Ferreira (2002), a *Revisão Sistemática da Literatura Integrativa (RSL)* tem como objetivo identificar lacunas e similitudes sobre pesquisas produzidas a partir do campo de análises do objeto pretendido. Esse processo é realizado por critérios em que segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011) se pautam em 6 fases distintas, porém, estritamente articulados que são: (1) a definição da pergunta-problema; (2) a localização e seleção dos estudos a ser investigado; (3) a avaliação com testes de relevância e planilha dos juízes; (4) a coleta dos dados; (5) a análise e interpretação dos mesmos e, por fim, (6) a apresentação dos resultados.

Partindo disto, em um primeiro momento, elaboramos a formulação da pergunta-problema (*primeira fase*), onde utilizamos a técnica P.V.O⁸, que aplicado aos nossos estudos, materializou-se em: P- Incubadora de empresas em universidades públicas; V- parceria público-privada; e O - construir um panorama das pesquisas com a temática investigada, o que nos levou à seguinte pergunta problema para a busca de arquivos nos bancos de dados: “qual o panorama das pesquisas sobre as parcerias público-privada e incubadoras de empresas em universidades públicas brasileiras no período de 2016 à 2022⁹?”

Posteriormente, desenvolvemos a localização da pesquisa a ser investigada (*segunda fase*). E para isto, selecionamos os diretórios, elegendo 3 a saber: (1) a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); (2) o Periódicos da CAPES; e, (3) o *Google Acadêmico*.

Tais escolhas que se justificam pelo fato de que: (1) o BDTD tem como objetivo integrar em sua totalidade sob um único local, arquivos acadêmicos em nível de pós-graduação (teses e dissertações) de todas as instituições de ensino superior do Brasil; (2) o Periódicos da CAPES é constituído como uma biblioteca virtual que reúne artigos em caráter

⁸ “[...] P – Refere-se à situação-problema, participantes ou contexto; V – Aponta para as variáveis do estudo e O – Refere-se ao resultado esperado pelo estudo” (Couto, 2018. p. 38).

⁹ A presente periodicidade se justifica pelo tempo de vigência de nosso estudo. Considerando a necessidade de compreender como as incubadoras de empresas de base tecnológica, enquanto materialização das PPP nas universidades públicas, vem se desenvolvendo nos diálogos acadêmicos nacionais, ponderando que as PPP já se faziam presentes em positividade legal desde a década de 1990, obtendo maior alcance a partir de 2004, com a lei de inovação tecnológica (Lei nº 10.973/2004) e atenuando-se, a partir de 2016, com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (lei nº 13.243/2016), jurisprudência esta, que visa fortalecer a aproximação do público com o privado em diversos setores, em especial, dentro das universidades.

científico do Brasil e do Mundo na mesma plataforma, e (3) o *Google Acadêmico*, se trata de uma plataforma virtual de buscas que lista e organiza textos livres de todos os gêneros e áreas do conhecimento acadêmico publicados via internet.

Após este momento houve a definição dos descritores para busca através dos diretórios, baseados a partir de nosso P.V.O e seus respectivos sinônimos, tal como é possível ilustrar no quadro a seguir:

Quadro 1 - Descritores selecionados para a busca nos bancos de dados

Descritores (Situação problema)	Descritores (Contexto)	Descritores (Categoria)
Incubadora de Empresas	Universidade Pública	(1) Público-privada (2) <i>Universidade Empresa*</i> (3) <i>Privatização da Educação*</i> (4) <i>Mercantilização da Educação*</i>
* Sinônimo da palavra principal		

Fonte: Aatoria Própria (2023)

Para articulação dos respectivos descritores pré-selecionados no processo de busca foram utilizados operadores booleanos¹⁰ (AND / OR), com intuito de otimizar o processo de filtragem nos bancos de dados escolhidos, desta forma, as estratégias se delimitaram na seguinte equação: “(Incubadora de Empresas) AND (universidade Pública) AND (público-privada OR universidade empresa OR privatização da educação OR mercantilização da educação)”.

Como consequência, após os cruzamentos necessários entre os descritores obteve-se 4 resultados/combinções para o levantamento do objeto de interesse, evidenciados no quadro a seguir:

¹⁰ Os operadores booleanos são terminologias de filtro utilizados em pesquisa. Considerados conectores, sua utilização informa ao sistema acessado a maneira como os descritores devem ser combinados, podendo inserir todos os termos presente na pesquisa (AND), um ou outro termo (OR), ou nenhum dos termos transcritos para as buscas se assim o pesquisador desejar (NOT). Conferir em: https://connect.ebsco.com/s/article/Pesquisa-com-Operadores-Booleanos?language=en_US

Quadro 2 - Cruzamentos dos descritores para o banco de dados

(Categorias) AND (Contextos) AND (Situação Problema)	"incubadora de empresa" and "público-privada" and "universidade pública"
	"incubadora de empresa" and "universidade empresa" and "universidade pública"
	"incubadora de empresa" and "privatização da educação" and "universidade pública"
	"incubadora de empresa" and "mercantilização da educação" and "universidade pública"

Fonte: Autoria Própria (2023).

Partindo disso, nosso período de coleta por meio das buscas nos diretórios ocorreu de 01 de março à 22 de março de 2023. Em coleta inicial, a partir dos cruzamentos por meio dos diretórios, foram encontrados 238 arquivos (136 referentes ao BDTD; 80 referentes ao Periódicos da CAPES; e 22 referentes ao *Google Acadêmico*), como se demonstra no quadro a seguir:

Quadro 3 – Coleta e refinamento dos dados a partir dos diretórios

Id¹¹	Cruzamentos (descritores)	Diretório	Levantamento Inicial	Resultado Refinado
1	“incubadora de empresa" and "público-privada" and "universidade pública”	BDTD	6 Resultados	–
2	“incubadora de empresa" and "universidade empresa" and "universidade pública”	BDTD	129 Resultados	4 Resultados Refinados
3	“incubadora de empresa" and "privatização da educação" and "universidade pública“	BDTD	1 Resultado	–

¹¹ Em nossa RSL foram realizados 12 ID (Identificação de Trabalho) de busca, ou seja, 12 filtragens utilizando os descritores pré-selecionados nos 3 diretórios escolhidos, indicando assim, o momento em que o arquivo foi filtrado no processo de busca.

4	“incubadora de empresa” and “mercantilização da educação” and “universidade pública”	BDTD	–	–
5	“incubadora de empresa” and “público-privada” and “universidade pública”	Periódicos da CAPES	2 Resultados	–
6	“incubadora de empresa” and “universidade empresa” and “universidade pública”	Periódicos da CAPES	78 Resultados	1 Resultado
7	”incubadora de empresa” and “privatização da educação” and “universidade pública“	Periódicos da CAPES	–	–
8	“incubadora de empresa” and “mercantilização da educação” and “universidade pública”	Periódicos da CAPES	–	–
9	“incubadora de empresa” and “público-privada” and “universidade pública”	Google Acadêmico	3 Resultados	–
10	“incubadora de empresa” and “Universidade empresa” and “universidade pública”	Google Acadêmico	17 Resultados	5 Resultados
11	”incubadora de empresa” and “privatização da educação” and “Universidade pública“	Google Acadêmico	1 Resultados	–
12	“Incubadora de empresa” and “mercantilização da educação” and “universidade pública	Google Acadêmico	1 Resultados	–
TOTAL COLETADO			238	10

Fonte: Autoria Própria (2023)

Deste universo, 38 arquivos (cerca de 15,7% do material) encontravam-se duplicados, culminando na exclusão dos mesmos. Restando um total de 200 arquivos (84.3%), que foram submetidos a análise preliminar dos resumos, títulos e palavras-chaves,

afim de identificar os critérios pré-estabelecidos, destes, 190 (95% dos arquivos restantes) foram excluídos por detectar um ou mais critérios não compatíveis com nossa busca, dentre os quais, os que tratavam do viés universidade empreendedora¹², temática que, apesar de pertencer a mesma natureza, não coaduna com nossa proposta investigativa.

Assim, resulta-se em um quantitativo de 10 arquivos pré-selecionados, que após nova ponderação com base nos testes de relevância¹³, utilizou-se os critérios de inclusão¹⁴ e exclusão¹⁵ (*terceira fase*) culminando em 5 estudos selecionados sobre o panorama de pesquisas que perpassam nosso período investigativo, voltados as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica nas universidades públicas brasileiras articulados a parceria público-privada.

No que se refere a coleta de dados (*quarta etapa*), estes foram caracterizados em planilhas Excel para posterior análise da seguinte forma: ID de busca (identificador de onde o arquivo foi filtrado, a partir das buscas nos diretórios); caracterização do arquivo como: título, ano, autores, diretório extraído, banco de dados de origem, ou seja, onde o arquivo foi publicado pela primeira vez, tipo de texto produzido, área do conhecimento; objetivo; procedimentos metodológicos adotados; e resultados encontrados pelo autor.

Por conseguinte, realizamos a análise dos dados coletados (*quinta etapa*) em que utilizamos a técnica de interpretação de sentidos (Gomes, 1994) e, por fim, a exposição dos resultados (*sexta etapa*) constituída pela apresentação dos frutos apreendidos no decorrer de decodificação de nossa RSL.

Assim, no que alude aos 5 arquivos selecionados (2,10% de todo material) foi

¹² De acordo com Suzuki (2012), a universidade empreendedora, compreende-se como uma nova modalidade de economia baseada no conhecimento que não se pauta nas relações “tradicionais” trabalho X capital, mas, seu valor baseia-se no intangível, como tecnologia, marketing e inovações, criando uma base de pesquisa com intuito de realizar mudanças em sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas, atingindo nova identidade, cuja mudança não emerge sob imposição de um sistema capitalista, mas, enquanto iniciativa própria da instituição, que visa novas direções estratégicas de ensino e desenvolvimento através da capacidade de transformar o conhecimento construído em valor econômico comercial, mediante uso de parceria colaborativa de docentes, discentes, técnicos e empresas em benefício do desenvolvimento regional.

¹³ Nosso teste de relevância se consolidou do seguinte modo: após filtragem do arquivo, realizou-se a primeira leitura dos títulos, resumos e palavras chaves, observando se os mesmos se encaixavam a proposta geral das buscas (*primeiro momento*), em seguida, utilizou-se os critérios de inclusão e exclusão em nova leitura mais detalhada (*segundo momento*), e posteriormente, encaminhamos aos avaliadores externos (através da planilha dos juízes) os textos selecionados para devida verificação dos dados coletados (*terceiro momento*).

¹⁴ **Critérios de Inclusão:** (1) periodicidade de 7 anos (2016-2022); (2) acesso aberto e gratuito; (3) disponibilidade em língua portuguesa (português-BR); (4) trabalhos que tenha como recorte a parceria público-privada a partir das incubadoras de empresas de base tecnológica; (5) trabalhos que carregue no título, palavras-chaves, ou resumo do texto, um ou todos os descritores adotados nas buscas.

¹⁵ **Critérios de Exclusão:** (1) Periodicidade superior ou inferior há 7 anos (2016-2022); (2) trabalhos duplicados independente da base de dados ou ano em que ocorreu a extração; (3) acesso restrito e não gratuito; (4) trabalhos não disponibilizados em língua portuguesa (Português-Br); (5) trabalhos que não tenham como recorte de pesquisa a parceria público-privada a partir das incubadoras de empresas de base tecnológica; (6) trabalhos que não carreguem no título, palavras-chaves, ou resumo do texto, um ou todos os descritores adotados nas buscas.

possível observar, apenas 5 pesquisas que eram referentes a nossa temática em todo território nacional (primeira lacuna), para além da incipiência de publicações, uma vez que, no bloco temporal investigativo de 7 anos (2016-2022).

No que se refere aos diretórios de buscas extraídos, 4 arquivos eram provenientes do BDTD (Id 2), e 1 referente ao Periódicos da CAPES (Id 6), conforme pode-se visualizar no quadro a seguir:

Quadro 4 – Exposição dos resultados selecionados

ID	Título / Autor	Ano/ Diretório	Banco de origem do Arquivo	Tipo de arquivo
2	A Influência das Redes Sociais na Transferência de Conhecimento em Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica Autora: Maria Gabriela de Cássia Miranda	2016 BDTD	Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação de Mestrado Acadêmico
2	Análise dos Recursos em Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica Autora: Clarissa Dourado Freire	2016 BDTD	Universidade Federal de São Carlos	Dissertação de Mestrado Acadêmico
6	Interação Universidade-Empresa sob o Enfoque Institucionalista-Evolucionário Autores: Paola Azevedo; Silvio Antônio Ferraz Cario; Pedro Antônio De Melo	2017 Periódico CAPES	Revista Alcance (Univali) * revista pertencente a Universidade privada	Artigo revisado por pares
2	A Cooperação Universidade-Empresa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Autora: Marília Balbuena de Almeida	2019 BDTD	Universidade Federal da Grande Dourados	Dissertação de Mestrado Profissional

2	Estudo de Benchmarking de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica em Universidades Autor: Fernando Cavalheiro da Silva	2019 BDTD	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação de Mestrado Acadêmico
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	-------------------------------------------	-----------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2023)

Partindo disso, verifica-se no quadro acima que a temática das incubadoras de empresas, ainda que incipiente, é uma vertente de diálogo que perpassa aos interesses de análise e exploração investigativa exclusivo do setor público, pois, dos 5 arquivos supracitados, todos os autores eram provenientes de universidades públicas, embora sob intencionalidade de estudos diferentes em que 3 pesquisas remetem-se a Dissertações de Mestrado em nível acadêmico, 1 configura-se como Dissertação de Mestrado em nível profissional e 1 caracteriza-se como artigo científico revisado por pares.

Outro fator identificado, refere-se a área do conhecimento em que 3 estudos referiam-se a área da Administração; 1 trabalho direcionava-se a área da Engenharia da Produção; e 1 voltava-se a área da Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Não sendo observado mediante a busca com os descritores selecionados, nenhum estudo proveniente de nossa temática no eixo educacional (*segunda lacuna*).

Este fato reforça a necessidade de estudos nesta área do conhecimento colocando o objeto (incubadoras de empresas) sob o prisma observacional das ciências humanas, na tentativa de compreensão do fenômeno que reverberam na política educacional e se manifesta nas universidades públicas, visto que a educação demarca-se juridicamente como um direito humano social em caráter universal que se executa em caráter contraditório de disputa e, mediante isto, carece de pesquisas que visem contribuir com a luta por uma educação superior pública transparente dos acontecimentos que ocorrem em seu interior.

Dito isso, esse achado nos direciona a outro eixo, identificado, que perpassa ao banco de dados de origem dos arquivos em que 2 arquivos (40%) foram produzidos na região Sudeste do país (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), 2 arquivos (40% do material) pela região Sul do país (Universidade privada do Vale do Itajaí - UNIVALI e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) e 1 arquivo (20%) pelo Centro Oeste do país (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD).

Esses eixos identificados acima, demonstram que apesar das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológicas se encontrarem espalhados por todo país, em contrapartida, a produção científica sobre este objeto ainda é limitada, sendo concentrada a apenas uma parte dele (*terceira lacuna*).

Assim, reverberando na necessidade de estudos que abarquem essa realidade das instituições em outras localidades, principalmente na região Norte do país, reforçando o imperativo e emergência de trabalhos a serem desenvolvidos na nossa região.

Nesse sentido, considerando que as universidades públicas de acordo com Domingues (2012) concentram os maiores centros de incubação de empresas em todo Brasil, relato este que é reforçado com Silva *et al.* (2021), ao nos elucidar que existe na atualidade, 68 das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológicas localizadas dentro das universidades públicas federais (6 somente na região Norte) espalhadas em todo Brasil, o que nos corrobora para a necessidade e emergência de estudos voltados a nossa região.

Assim, no que se refere aos trabalhos selecionados, a partir de um levantamento bibliográfico, identificou-se quanto aos objetivos particulares propostos por cada autor.

Nesse contexto, Miranda (2016) buscou identificar características das redes sociais dos membros pertencentes às incubadoras ligadas às universidades públicas de Minas Gerais. E como elas comprometem o compartilhamento entre eles (os funcionários), fundamentado na socialização de habilidades técnicas e cognitivas que incidem em modelos intelectuais e religiosos de cada membro, observando os arranjos internos e externos que reverberam no grau de vínculo e intimidade estabelecido entre os indivíduos e que pode impactar no pleno funcionamento das atividades concernente ao processo de incubação.

Freire (2016) investiga os recursos suportados pelas incubadoras de empresas, bem como a importância destes para a sobrevivência dos empreendimentos a médio e longo prazo, recursos estes, que perpassam cinco categorias, a saber: (1) o físico; (2) o financeiro; (3) o tecnológico; (4) o organizacional; (5) o humano, e que por sua vez, podem fortalecer ou fragilizar as empresas que recebem os serviços.

Azevedo, Cario e Melo (2017) desenvolvem em seus estudos, as dificuldades e os mecanismos facilitadores que envolvem as parcerias público-privada concernente as incubadoras de empresas e as universidades públicas de Santa Catarina. Destacando em seus estudos que os mecanismos governamentais incentivam as PPP, mas, as maiores dificuldades se encontram na própria legislação em que as instituições de ensino se embasam e na ausência de políticas internas institucionais que fortaleçam os Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) dentro dos espaços públicos.

Silva (2019), em seus escritos, analisou os elementos de estruturação, organização e gestão das Incubadoras de Empresas Base Tecnológica dentro das universidades públicas brasileiras. Investigando quais as informações estratégicas de amparo e redução de riscos concernentes ao processo de incubar e como estes podem contribuir para o bom funcionamento das empresas, bem como, os projetos de incubação a serem desenvolvidos e implementados pelos gestores da Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre, a qual estes resultados serão exercitados.

E por fim, Almeida (2019) que investiga o modelo de interação e cooperação Universidade - Empresa (U-E) na UFGD, identificando no processo de pesquisa, quais os benefícios e as dificuldades desta parceria público-privada na instituição. Tendo como primícias que a contrapartida da Universidade, em relação as parcerias empresariais, ainda são incipientes e marcados por trâmites burocráticos que dificultam não apenas o processo de interação U-E, como também a expansão da cultura empreendedora de inovação dentro e fora dos muros da instituição.

Figura 1 – Exposição dos objetivos referente aos trabalhos selecionados



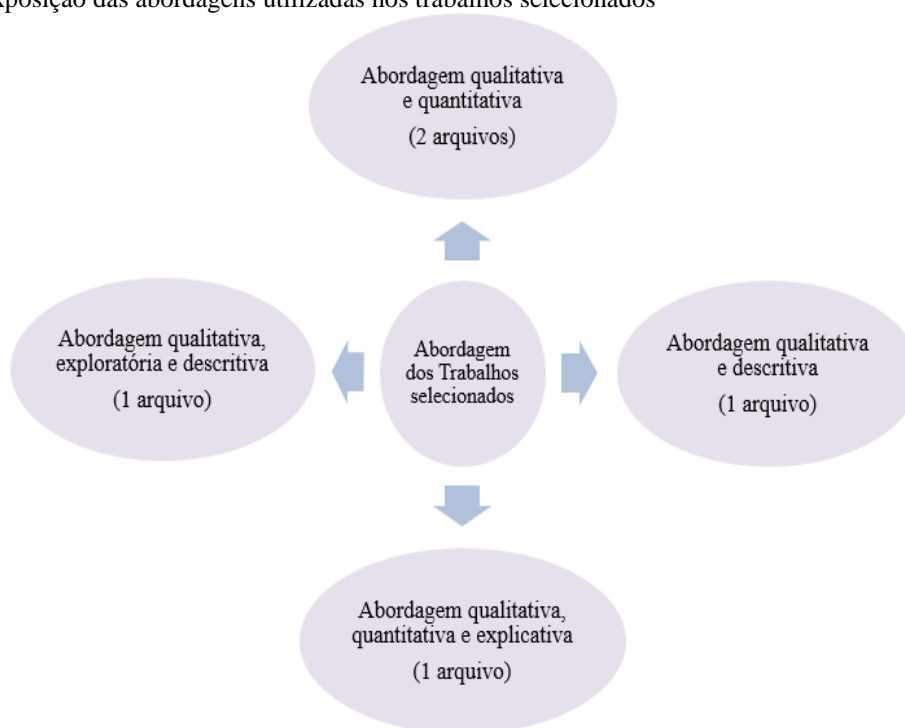
Fonte: Autoria Própria (2023).

Dessa forma, verifica-se quanto aos objetivos filtrados sobre o lócus de investigação, que apesar dos estudos abrangerem olhares distintos e múltiplos pontos de vista (pesquisas teóricas desenvolvidas em viés acadêmico e pesquisas desenvolvidas em caráter técnico profissional), nenhum arquivo catalogado investigou sobre a perspectiva da Universidade,

apenas do ponto de vista do empreendimento incubado (*quarta lacuna*). Ou seja, o foco principal dos estudos selecionados era a empresa incubada (mecanismos e desafios impostos ao bom funcionamento desta), e, não o viés crítico que perpassa o contexto de consolidação da incubadora inserida na universidade, nem o que estas representam aos espaços educacionais ou os impactos que podem reverberar as instituições de ensino público superior.

Por último, tratamos do eixo metodológico (*quinta lacuna*) em que verificamos que das cinco pesquisas coletadas, 100% do material selecionado, utilizaram como eixo reflexivo a abordagem qualitativa, em alguns casos, articulados a outras abordagens como: quantitativa (3 arquivos, 60% dos trabalhos); exploratória (2 arquivos, 40% do material), descritiva (3 arquivos, 60% dos estudos); explicativa (1 arquivo, 20%), como se pode observar na ilustração a seguir:

Figura 2 – Exposição das abordagens utilizadas nos trabalhos selecionados



Fonte: Autoria Própria (2023).

Assim, tal exposição nos chama atenção para a necessidade de estudos que abarquem as parcerias público-privada nas universidades, com vistas a analisar as múltiplas táticas mercadológicas, que se rebatem sobre as instituições de ensino. Proeminências estas, que para além de inquietar esta pesquisadora, também contribuiram para a maturação dos argumentos que reforçam a relevância acadêmica e social deste trabalho, por compreender, que a Universidade pública tem o dever de dar retorno para o desenvolvimento do conjunto da sociedade, ou seja, cumprir sua função social e não somente atender os interesses do mercado.

1.4. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa foi do tipo estudo de caso (Yin, 2001), por nos possibilitar o aprofundamento do objeto permitindo, assim, a apropriação do conhecimento de forma detalhada dentro de sua realidade, através da utilização de fontes e evidências que refletem a organização e atuação institucional, permitindo-nos não somente explorar as múltiplas situações encontradas e articuladas as bases conceituais, como também, descrever e esclarecer as múltiplas modificações do objeto que podem se manifestar no decorrer do processo investigativo (Gil, 1999; Severino, 2007).

Desta forma, utilizou-se a abordagem quanti-qualitativa, haja vista que, para Yin (2001), o estudo de caso não deve compor exclusivamente o viés qualitativo (ainda que decorra predominantemente dele) para o aprofundamento da compreensão do objeto, mas, também, apresentar características quantitativas, que permitam o embasamento e representatividade dos dados em amplitude (Minayo, 1994), buscando assim, descobrir os diversos pontos de vista da pesquisa, através da compreensão triangulada dos fenômenos existentes no contexto social.

O lócus de investigação foi a Universidade Federal do Pará (UFPA), criada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a partir da Lei nº 3.191/195 e estruturada pelos decretos nº 65.880/1969 e 81.520/1978, manifesta, segundo documentos institucionais, como a maior universidade pública da região Norte do Brasil (UFPA-PDI, 2016-2025).

Situada enquanto extensão territorial, não apenas na região metropolitana de Belém (Campi sede, cidade universitária Professor José da Silveira Netto, sob área de 471 hectares), mas, também, em outros 11 campi a saber: (1) Abaetetuba; (2) Altamira; (3) Ananindeua; (4) Bragança; (5) Breves; (6) Cametá; (7) Capanema; (8) Castanhal; (9) Salinópolis; (10) Soure e (11) Tucuruí (UFPA, Relatório de Gestão, 2021; UFPA, Relatório de Gestão, 2023).

Extensão esta, que até fins do exercício de 2022, organizava-se em: 9 núcleos de educação; 16 institutos; 2 hospitais universitários; 1 hospital veterinário; 1 Escola de Música; 1 Teatro e Dança; 1 Escola de Aplicação. Possuindo população Universitária de 50.395 discentes matriculados, sendo estes: 39.728 alunos de graduação alocados em 157 cursos; e 10.607 alunos de pós-graduação (alocados em 48 cursos de doutorado; 96 cursos de mestrado, e, 63 cursos de especialização), para além de 11.295 funcionários, organizados entre os cargos efetivo e temporário em toda Universidade (UFPA, Relatório de Gestão, 2023).

A escolha do lócus de pesquisa se justifica por duas particularidades: a primeira, pelo próprio PIEBT (nosso objeto de estudo), encontrar-se situado dentro da Universidade e a

segunda, pelo fato da Universidade Federal do Pará (UFPA) caracterizar-se como uma autarquia federal constituída como a maior instituição educacional pública do Norte do país, que exerce uma função social para com a região (UFPA-PDI, 2016-2025).

Partindo disso, nossa delimitação temporal compreende o período de 2016 a 2022. Periodicidade que se esclarece por dois momentos distintos, porém, articulados que são: (1) a institucionalização do documento em vigência na UFPA, ou seja, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025); e (2) a Lei Federal nº 13.243/2016, também conhecida como Lei do Marco Legal da Ciência e Tecnologia. Normativa esta, que não apenas flexibiliza juridicamente o desenvolvimento desse tipo de política pública nas Universidades brasileira, como também respalda a materialização do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), na UFPA.

Desta forma, a pesquisa se realizou em 3 (três) fases distintas, a saber: o Estudo Bibliográfico, o qual ocorreu mediante o levantamento de dados conceituais mais consistente, articulando reflexões e categorias que fundamentaram a pesquisa como um todo e, que por sua vez, permitiram a investigadora “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia se pesquisar diretamente [...] quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (Gil, 1999, p. 50), propiciando novos questionamentos, bem como, novas conceituações e olhares sobre o objeto (Demo, 1995; Gil, 1999; Severino, 2007).

Processo que possibilitou sistematizar nosso “Estado do conhecimento” (Ferreira, 2002), através do mapeamento da produtividade acadêmica, já produzida, que se deu tanto pela Revisão Sistemática da Literatura¹⁶, quanto por publicações livres sobre as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, manifestas enquanto materialização das parcerias público-privada nas universidades públicas e que sob nosso entendimento, perpassam as categorias de análise: (1) Capitalismo; (2) Reforma Neoliberal; (3) Parcerias Público-Privada na Educação Superior e as (4) Incubadoras de Empresas.

O Estudo Documental, manifesto pelo procedimento de decodificação e estruturação das informações já sistematizadas, expressas pelo levantamento ampliado que permitiu a investigadora observar sobre a “[...] problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta” (Silva *et al.* 2009, p. 4557), através de documentos como normativas jurídicas, relatórios, leis, planos, resoluções, projetos de eixo educacional, pareceres técnicos, entre outros subsídios (Gil, 1999; Severino, 2007; Sá-Silva *et al.*, 2009).

¹⁶ Conferir no eixo 1.3.1 deste estudo.

Conotando as pesquisas de cunho documental, o que para Sá-Silva *et al.* (2009), se apresenta em duas categorias estratégicas: (1) a categoria local, baseada no perímetro em que os dados são coletados, podendo ser demarcado pela busca de campo ou laboratório e (2) a categoria de fonte, expressa pela originalidade das informações que podem ser demonstradas por informações já sistematizadas, como documentos próprios e demais elementos quantificáveis em que os sujeitos encontrem-se inseridos na temática explorada.

Sendo assim, esta fase envolveu a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará (2016-2025); dos Relatórios de Gestão da UFPA (2016-2022); dos Relatórios concernentes a Agência de Inovação Tecnológica da UFPA (2016-2022); dos documentos nacionais; e orientações referente aos Organismos Internacionais (OI), como o Banco Mundial (BM), Unesco e OCDE, entre outros recursos que possibilitaram a compreensão sobre nossa problemática apresentada, como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 5 – Documentos selecionados para a análise da pesquisa

TÍTULO DO DOCUMENTO		AUTORIA	ANO	DESCRIÇÃO
1	Constituição Federal	Governo Federal	1988	Institui o Estado Democrático de Direito e assegura a Educação enquanto Direito Social.
2	Plano Diretor da Reforma Administrativa	Governo Federal	1995	Institui condições para a reconstrução da administração Pública
3	La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia	Banco Mundial	1995	Institui recomendações para a reformulação da Educação Superior, em especial, para os países em desenvolvimento com vista no fortalecimento do mercado
4	Educação superior: Reforma, mudança e internacionalização.	Unesco (Conferência Mundial sobre Educação Superior +5 Paris, 23-25 de junho de 2003)	2003	Institui orientações sobre centros de Excelência pautados na Internacionalização e cooperação das instituições sob um sistema híbrido (financiado por recurso público e privado mercantil)

5	Lei nº 10.973/2004	Governo Federal	2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
6	Tertiary Education for the Knowledge Society	OCDE	2008	Institui orientações de defesa das parcerias público-privada – PPP, sobre um viés que interliga universidades e a indústria mediante expansão da inovação
7	Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2016-2025)	Universidade Federal do Pará	2016	Define os objetivos estratégicos da Universidade
8	Relatórios de Gestão da UFPA (2016-2021)	Universidade Federal do Pará	2016 - 2022	Apresenta resultados anuais do cumprimento dos objetivos estratégicos da Universidade
9	Lei nº 13.243/2016 (Marco Legal da Ciência e Tecnologia)	Governo Federal	2016	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica, tecnológica e à inovação.
10	Relatórios Anuais de Atividades da Universitec	UNIVERSITEC/UFPA	2016 - 2022	Apresentam as principais atividades realizadas pela Agência de Inovação Tecnológica da UFPA

Fonte: Autoria Própria (2023).

Desta forma, o processo de análise documental envolveu processos minuciosos com vistas a decodificar as categorias da pesquisa, articulada as demais fases anteriores como o estudo bibliográfico, onde procuramos ampliar nosso campo de informações já pré-existentes, identificando os elementos emergentes que precisaram ser categorizados, investigados e analisados a partir do grau de abrangência e delimitação em que cada normativa, relatório, e/ou estudo se apresentava (Severino, 2007; Sá-Silva *et al.*, 2009).

E por fim, a fase de análise e interpretação dos dados em que utilizamos na respectiva fase, a mesma técnica utilizada em nossa RSL, ou seja, a técnica de interpretação de sentidos (Gomes, 1994), enquanto corrente compreensiva marxista que visa analisar por dentro das ciências sociais as categorias das palavras, desvelando consensos que perpassam o complexo universo dos significados das relações com o seu contexto. Visto que, o ato de

compreender articula-se a explicação que estabelece em si, as múltiplas relações capazes de alcançar a conclusão dos fatos abordados.

1.5. Estrutura da Dissertação

Diante dos fatos supracitados e com base neste escrito introdutório, onde, evidenciamos nosso objeto, problematização, motivação, objetivos e metodologia, esta dissertação estrutura-se da seguinte forma, no que se refere a composição das seções subsequentes.

Em nosso capítulo I, intitulado “Capitalismo e Reforma do Estado Neoliberal: notas sobre a mundialização do capital com vistas a mercantilização da Educação Superior”, discorreremos acerca da compreensão do Capitalismo, suas crises cíclicas e a reforma do Estado neoliberal, com vistas a identificar os mecanismos que articulam o processo de consolidação das parcerias público-privada na Educação Superior.

No Capítulo II, sob título “Parcerias Público-Privada e Políticas de C&T no Brasil: reflexões sobre a inserção das Incubadoras de Empresas nas Universidades Públicas”, refletimos sobre as políticas públicas educacionais e a materialização das PPP na educação pública superior brasileira. Buscando compreender a historicidade que envolve a concepção destas parcerias, assim como as ações do Estado mediante o processo de transformação das políticas públicas que promovem as Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica dentro das universidades no Brasil.

No Capítulo III, denominado “O Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT): interface com a parceria público-privada na UFPA”, analisamos a implantação da Incubadora de Empresas, desenvolvida pela Agência de Inovação Tecnológica da UFPA, observando suas determinantes e contradições enquanto parceria público-privada firmada na Universidade.

E, por fim, nossas considerações finais com apontamentos sobre os resultados aproximados e alcançados conforme o objetivo da pesquisa, assim como os desafios encontrados e, questões a serem investigadas em outras pesquisas. Seguido de nossas referências bibliográficas, onde destacamos todas as fontes, obras, documentos, e autores utilizados no decorrer deste trabalho.

2. CAPITALISMO E REFORMA DO ESTADO NEOLIBERAL: Notas sobre a mundialização do capital com vistas a mercantilização da Educação Superior

O contexto histórico no qual se insere as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (objeto de investigação desta dissertação), tidas como materialização das parcerias público-privada na educação superior brasileira, resulta da análise dos processos constitutivos que envolvem o sistema capitalista, seus traços fundamentais, seu modo de funcionamento e desdobramentos estruturais que, nas décadas recentes, influenciam a reforma do Estado neoliberal, especificamente, no caso brasileiro.

Neste capítulo, temos o propósito de ressaltar a desenvoltura do sistema capitalista, visto que, se estabelece enquanto resultante de “um processo histórico de concentração de poder” (Rodrigues, 2013, p. 17), que se manifesta a partir das estruturas de desenvolvimento da sociedade, cujas decisões políticas, econômicas e sociais conotam-se a instâncias de autopreservação.

Importante situar o leitor de que neste trabalho, as categorias capital e capitalismo expressam-se enquanto fenômenos distintos. Por compreender que o capitalismo se remete a um sistema econômico que visa o lucro, baseado na propriedade privada e os modos de produção. Ao passo que o capital (dinheiro) se constitui em formato adaptável as transições do tempo e acontecimentos, o que para Mészáros (2011), conota ao capitalismo apenas um meio (temporal) de realização do capital.

Desta forma, anterior ao capitalismo, o capital já se fazia presente nas relações feudais, convertendo assim o seu “poder” ao fim deste ciclo feudal aos novos moldes de organização da sociedade capitalista vigente¹⁷ que, conseqüentemente, também promovem ao sistema do capital as mutações necessárias para sua hegemonia mediante os ciclos de existência do capitalismo, nos indicando que a essência do capital sobrevive para além do aparelho de dominação que esteja manifestado (Mészáros, 2011).

Partindo disto, a historicidade do capitalismo condiciona-se a uma dupla realidade que tem por característica central a luta de classes, em um processo dual revolucionário de auto regulação, que destrói e renasce em si mesmo utilizando-se de três vertentes de dominação distintas, porém, estritamente articuladas que são: (1) o capital (dinheiro), enquanto expressão da mais-valia voltado para o crescimento econômico; (2) o trabalho,

¹⁷ Segundo Netto e Braz (2012), o capitalismo ou sistema capitalista, ao longo de seus mais de 4 séculos de existência, sobreviveu a 3 (três) grandes ciclos de transformação na história que foram: (1) o estágio do capitalismo primitivo mercantil (século XVI ao XVIII); (2) o estágio concorrencial também conhecido por capitalismo liberal, clássico ou industrial (século XVIII ao XIX); e, (3) o capitalismo imperialista, financeiro ou monopolista (fim do século XIX até os dias presentes)

perpetuado na exploração dos meios de produção; e (3) o Estado, concebido como base organizacional no sistema regulatório de dominação (Marx, 2014; Harvey, 2008).

Nisto, Marx (2014), nos elucida que o *Capital* (primeira vertente), nas relações capitalistas, tem por intuito controlar os processos de trabalho afim de se extrair e potencializar a mais-valia (excedente), por meio da exploração da força de trabalho com vistas a consolidar os meios de produção capitalista.

Este processo se caracteriza a partir da reprodução ampliada que se traduz na acumulação do dinheiro; que depende exclusivamente da exploração da força de trabalho para se materializar assinalando, assim, de acordo com Netto e Braz (2012), a dinâmica contínua interdependente na estrutura basilar do capitalismo.

Já o trabalho (segunda vertente), se manifestaria pelo processo direto de participação entre o homem e a natureza, mediatizado pela racionalidade movida por uma práxis (um fazer + um pensar) das atividades executadas, estabelecendo a distinção direta entre os seres humanos e os animais, visto que, o ultimo, mover-se-ia unicamente pelos instintos de sobrevivência, e não pelo desejo de suprir suas vontades, tal como é o caso dos seres humanos (Marx, 2014).

Nesse contexto, essas condições materiais de existência e transformação da natureza racionalizada será caracterizada por Netto e Braz (2012, p. 46), a partir dos apontamentos marxistas como um processo metabólico em que “[...] o trabalho implica mais que relação sociedade/natureza: implica uma interação no *marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização” (ênfase do autor) emergindo, assim, a partir desta articulação, um novo tipo de edificação para além da esfera natural (orgânico e inorgânico) dos seres humanos: o ser social.

Essa dinâmica, para Harvey (2016), interliga a materialidade e reprodução tanto das esferas de articulação do capital, quanto do trabalho e que, por sua vez, estabelece entre si, a relação contraditória do motor de funcionamento do capitalismo e, conseqüente, sustentáculo de todas as lutas de classe no processo de transformação das esferas produtivas, bem como os moldes estruturais da sociedade que se gestarão no seio do Estado ao longo dos anos.

Assim, embora Marx não tenha desenvolvido uma obra específica, a concepção de Estado (terceira vertente), perpassa segundo suas obras, ao antagonismo da luta de classes (burguesia x proletariado) que determina sua estrutura e força, a partir da necessidade classista de controle sob outros grupos, uma vez que, o “[...] Estado moderno é [...] uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 2014, p. 35), desempenhando função em caráter repressivo com vistas a manter a hegemonia

de acumulação mediante a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora (Marx, 2011; 2014).

Nesse sentido, a reflexão sobre os moldes estruturais do Estado nas sociedades capitalistas, perpassa os múltiplos cenários de regulação social em caráter contraditório (recíprocas e antagônicas ao mesmo tempo), uma vez que

[...] O Estado não é um fenômeno dado, aistórico, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares (Pereira, 2002, p.26).

Desta forma, a transformação do Estado relaciona-se diretamente com as mudanças na estrutura do sistema capitalista, assim como no modo de produção estabelecido e as hierarquias de poder em que

O capitalismo é um sistema que só encontra momentos extraordinários de expansão quando submetido a processos centralizados de administração. Ou seja, quaisquer que sejam os instrumentos empregados, o modo de produção capitalista só pode sobreviver se, e somente se, combinar estratégias de gestão no plano macro (Santos *et al.*, 2016, p. 1019).

Este plano constitui, em si e para si, os próprios mecanismos de sobrevivência e expansão a partir do suprimento de suas necessidades, manifestando-se enquanto relação social contraditória de construção simbólica que perpassa múltiplas organizações políticas, sociais, econômicas, culturais e ideológicas, para além de determinações históricas de interesses desencadeados pela luta de classes (Hirsch, 2010; Marx, 2014; Netto, 1992).

Dessa forma, esses interesses se expressam pela ideia de dominação para o desenvolvimento econômico (Carnoy, 2013), através da incorporação dos moldes que se situam na arena política de adequação dos recursos em suas diferentes configurações com a sociedade, cujas formas de regulação social prevaletentes, nesse particular, os modos de produção capitalista, elevam as estruturas do Estado, a abraçar as categorias Capital e Trabalho para sua permanente manutenção onde

“[...] constitui relações técnicas de produção que transformam os processos produtivos, que por sua vez levam a transformações profundas nas relações sociais de produção. Na era feudal, o principal fator de produção era a terra. No capitalismo industrial, era a máquina. **Hoje é o conhecimento. É o conhecimento, enquanto fator de produção, demanda instituições diferentes.** Entre o senhor feudal com o servo e o capitalista industrial com o operário, as relações sociais de produção mudam” (Dowbor, 2020, p. 43, ênfases nossas).

Assim, as vertentes do capitalismo podem ser reestruturadas e organizadas de forma isolada, tal como ocorreram com aspectos do trabalho e da acumulação do capital ao longo dos anos, mas, de modo algum abolidas (Boron, 1994), visto que, o capitalismo ao personificar o Estado organiza-se enquanto iniciativa de consolidação que depende indiretamente da busca de interesses que promovam a acumulação de capital, a partir da exploração do trabalhador para sua subsistência, o que se encontra profundamente enraizado nas bases sociometabólicas¹⁸, ao qual toda base capitalista se constrói.

Para Harvey (2016) e Mézaros (2009), o capitalismo se refere a estrutura de formação social hegemônica onde o domínio se encontra no provimento das bases econômicas que vão para além da vida, seja ela de cunho social, seja ela material ou intelectual, de modo que, sua base, até para própria subsistência do sistema capitalista, ancora-se a manifestações de violência e perpetuação das desigualdades sociais.

Ainda de acordo com os autores as possíveis saídas destas desigualdades, nas esferas do capitalismo - que pode ser de remodelação ou transformação das problemáticas estruturais que o próprio sistema ocasiona, são apenas paliativos. Considerando que o capitalismo possui metabolismo acelerado e, portanto, sua lógica dialética sempre se dará a partir do movimento desigual combinado, ou seja, na medida em que ocorre o aumento do lucro e da riqueza, também aumentará a miserabilidade e a desigualdade social nos modos de produção, uma vez que,

[...] o ciclo econômico [...] distinguir-se, [...], em quatro fases: **a crise, a depressão, a retomada e o auge**. **A crise** pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer [...]. Bruscamente, as operações comerciais se reduzem [...], preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. À crise, segue-se **a depressão**: o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, [...]. As empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção, [...]. **A retomada** (ou reanimação): as empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais. [...]. A produção se restaura nos níveis anteriores à crise e se transita para a fase seguinte, [...] **o auge** (boom): a concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, a abrir novas linhas e frentes de produção e esta é largamente ampliada [...]. Até que...um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise – e todo ciclo recomeça (Netto e Braz, 2012, p. 172-173, ênfases nossas).

¹⁸ Mézaros (2015), afirma que o processo sociometabólico remete-se a estrutura de organização e controle, onde os elementos constitutivos do sistema (no caso o sistema capitalista expresso pelo capital x trabalho), estão submetidos e que, por sua vez, não são estáticas e uniformes, mas, dinâmicas em uma realidade posta e mutável.

Logo, com base no enxerto acima, o capitalismo se instaura a partir de uma dinâmica necessariamente propensa à crises, que se modula sob a mediação que modifica a natureza primitiva e original em proveito da acumulação do capital para o suprimento de suas próprias indigências e que de tempos em tempos, reverbera a uma “auto regulação” contraditória¹⁹, que perpassa tanto na autodestruição de seus próprios mecanismos, quanto na autotransformação, com vistas a gerar novas oportunidades de mercado pautadas na concentração do capital (Mészáros, 2011; Harvey, 2008; Hirsch, 2010).

Partindo disso, com a compreensão das categorias pertencentes ao processo de consolidação, bem como, o funcionamento contraditório do capitalismo, nos próximos tópicos, observaremos como o sistema capitalista vem se desenvolvendo na sociedade, sobretudo, a partir da reforma do Estado neoliberal (capitalismo contemporâneo), que se articula ao processo de privatização por dentro das Universidades públicas, através das parcerias público-privada.

2.1. Capitalismo e as contradições do Capital: Constituição de um sistema econômico mundial

O sistema capitalista emergiu de modo embrionário, segundo Hirsch (2010), a partir do século XVI na Europa, enquanto organização política e econômica que suplantava as práticas medievais e conotava novo sentido aos modos de produção, tendo por característica estrutural, o deslocamento do campo para as cidades e o fortalecimento do dinheiro, cujo poder condicionava-se ao desenvolvimento mercantil.

Nesse sentido, com vistas a estabelecer um breve histórico das diferentes etapas que constituem o capitalismo, pode-se dizer que com a degradação do feudalismo e, conseqüente, evolução dos modos de produção (MP), inicia-se um processo de acumulação primitiva, induzido pela produção de mercadorias em formato organizado a serem negociadas por burgueses (capitalistas), momento de transitoriedade que ficou denominado na história como capitalismo primitivo mercantil (Marx, 2014).

Este primeiro estágio, que perdurou vários séculos, demarca-se pela polarização composta por trabalhadores e capitalistas, em um processo gradual de desmonte dos modos de produção feudal até a ascensão da indústria em que os trabalhadores emergem como

¹⁹ Segundo Harvey (2016) e Mészáros (2009), as múltiplas contradições que transpassam as crises capitalistas não se esgotam frente a “resolutividade” do problema, mas, deslocam-se para outros setores da sociedade, visto que, o sistema capitalista possui metabolismo acelerado e, portanto, sua lógica dialética sempre se dará a partir do movimento desigual combinado, ou seja, na medida em que ocorre o aumento do lucro e da riqueza, também aumentará as contradições que exacerbarão a miserabilidade e a desigualdade social.

vendedores de sua força de trabalho para os donos dos meios de produção em troca de um salário, dando início aos embates de classes que protagonizaram os processos de transformação da exploração feudal em capitalista e que, conseqüentemente, reverberam até os dias presentes, ainda que em estágios diferentes.

Partindo disto, Marx e Engels (2014, p. 33), nos elucidam que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes”, visto que, dos servos residentes nos campos da idade média, saíram os moradores das primeiras cidades, desenvolvendo, assim, os primeiros elementos constituintes da burguesia, revolucionando os modos de produção já pré-existentes, reorganizando as bases políticas de poder outrora constituídas e cunhando o proletariado (classe trabalhadora) enquanto assalariado e vendedor de sua força de trabalho e, conseqüentemente, tempo de vida à superestrutura do capital (Marx e Engels, 2014).

Com isso, a utilização da força de trabalho conota a materialização do próprio trabalho em si (Marx, 2014), compreendendo que, com a transformação da natureza de forma racionalizada, assume-se novos contornos nas relações de uso e troca nas sociedades capitalistas, articulando tempo e espaço a um processo de desenvolvimento que exige meios elaborados para consolidação de mercadorias.

Nesse contexto, a burguesia direcionava a uma acumulação de riqueza em cenário desigual em que o burguês delegava a execução laboral sob processo de subsunção formal²⁰ de seus trabalhadores que executavam coletivamente, mas, o excedente produzido seria usufruído em caráter restrito pelo empregador exacerbando, assim, as desigualdades sociais e multiplicando o capital arrecadado, que tem por condição material de existência o trabalhador em formato assalariado e explorado para a produção de mais-valia e da mais-valia, se conduziria uma nova arrecadação de capital, repetindo assim seu ciclo inicial (Marx, 2014).

Logo, a medida em que a burguesia se desenvolvia, desenvolvia-se também a classe proletária. Que segundo Marx e Engels (2014), apenas poderia sobreviver neste novo desenho de sociedade, se conseguissem emprego assalariado, condenados, assim, a viverem como peças de um maquinário comercial nas mãos do burguês capitalista que, por sua vez, submetia-os a todas as instabilidades da economia e oscilações de comércio ao qual agora encontravam-se inseridos enquanto classe trabalhadora.

²⁰ De acordo com o livro “*O Capital*”, Marx (2014), nos esclarece que a subsunção formal seria a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital (dinheiro), que teria como pressuposto direto a separação do produtor e os meios de produção, o que caracterizaria o trabalhador, agora nas esferas de vendedor de sua força de trabalho, em caráter assalariado, o que conseqüentemente, estabeleceria as condições de subordinação deste ao comprador de sua força de trabalho, ou seja, o burguês capitalista.

Assim, em meados do século XVIII, com a maturação dos modos de produção, inicia-se na sociedade uma nova etapa do capitalismo, marcado pelo processo *concorrencial/Industrial* (Netto e Braz, 2012), caracterizado pela divisão sistêmica das atividades laborais que não se consolidava mais pela manufatura, mas, pelo auxílio do maquinário a vapor. Conduzindo a classe trabalhadora a um duplo viés nas esferas produtivas, que seria: (1) melhor preparo e avanço nas escalas de produção das mercadorias em massa, e (2) restrição de comando a uma única função nas esferas produtivas (Marx e Engel, 2014).

Este duplo viés condicionava o trabalhador a perder o controle sobre as etapas de produção da mercadoria em sua totalidade, neste segundo estágio, o que acarretará em ganho para o empregador, que a partir desta divisão, no interior das unidades produtivas, desencadeará um enorme excedente de mais-valia às custas do trabalhador assalariado, abrindo precedentes para que a manufatura desenvolva novos procedimentos de subsunção do trabalho, agora, mais feroz, veloz e subordinado ao capital, possibilitados pelo avanço das estratégias de acumulação de riqueza: a revolução industrial (Netto e Braz, 2012).

Como consequência, com base na grande indústria, iniciará um processo de urbanização sem precedentes, onde, o capitalismo criará subsídios para um mercado mundial²¹, estabelecido por vínculos econômicos que possibilitarão negócios aos pequenos e médios capitalistas²², que se apoiarão na “livre iniciativa privada”, acirrando lutas de classes, ou seja, lutas fundamentadas na contradição entre capital e trabalho (Netto e Braz, 2012).

Marcado por um capital que não se materializa por um poder pessoal, mas, elitista, embasado nas leis de mercado que se utiliza do poder político organizativo de determinada classe (a burguesa) para a opressão de outra (a classe trabalhadora), refletindo assim, em múltiplas crises de superprodução, levando o Estado a se personificar e autorregular na tentativa de contornar as desordens geradas no mercado e, assim, estabilizar a “ordem pública”, bem como, a retomada dos ciclos expansivos de acumulação de riquezas, ainda que por tempo limitado (Marx, 2014; Netto e Braz, 2012; Marx e Engels, 2014).

Desse modo, percebe-se que

²¹ O mercado mundial, segundo os escritos de Netto e Braz (2012), teve seu início no segundo estágio do capitalismo (concorrencial/industrial), mas, sua expressão de maior potência só irá se consolidar no estágio subsequente do capitalismo (estágio imperialista ou capitalismo financeiro), a partir da consolidação de um sistema econômico internacional, manifesto por uma economia mundial, o que observaremos mais adiante.

²² Para Marx (2014), o comerciante burguês detentor do capital, somente se eleva ao status de capitalista quando sua soma mínima de capital investido para a produção de mercadorias ultrapassa e muito os limites estipulados em sua base inicial do ciclo produção (primeiro investimento), convertendo assim, seu capital a um estágio de relação coercitiva de poder capaz de induzir e conduzir homens e situações a satisfazer as suas vontades.

De tempos em tempos, o sistema capitalista, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que advêm do caráter contraditório do seu processo de produção. As primeiras crises do capitalismo, ocorridas nas décadas iniciais do século XIX (1810, 1818, 1825 e 1837), foram de subconsumo e correspondiam a um estágio embrionário da produção. As crises menores foram causadas pela queda da taxa de lucro, resultado do próprio padrão contraditório de acumulação do capital. No final do século XIX, entre os anos 1880 e 1890, o capitalismo entrou em nova crise, provocada pela queda da taxa de lucro, tendo se manifestado em modalidades diferentes, tanto na Europa como nos Estados Unidos (Chaves, 2005, p. 83-84).

Logo, com o desenhar da crise de 1880 (último terço do século XIX), o sistema capitalista concorrencial/industrial, desenvolveu significativas rupturas ao processo de acumulação, confluindo para a consolidação dos monopólios (grandes indústrias), que se constituirá neste novo cenário, enquanto coluna vertebral da economia capitalista, personificando as atribuições bancárias e originando, assim, nova roupagem aos modos de acumulação de riqueza: o capital financeiro, (fusão entre monopólios e bancários), que ganhará centralidade no novo estágio evolutivo do capitalismo: o Estágio Imperialista, também conhecido como capitalismo financeiro ou monopolista²³ (Netto e Braz, 2012).

Assim, se no capitalismo concorrencial emerge o mercado mundial, sob o estágio imperialista, esta mundialização indicará um novo patamar ao sistema do capital, ao se constituir a partir de duas vertentes: (1) o capital de empréstimo, assinalado pela transferência a prazos e juros apontados a governos e empresários; e (2) o capital produtivo, materializado por indústrias que se estabelecem em outros países, afim de acumular riquezas para seu país de origem, com vistas a exploração dos países, vizinhos ou em desenvolvimento, que possam se metamorfosear a partir de seus interesses (Netto e Braz, 2012).

De acordo com Lênin (1977), essa dinâmica que se expressará mediante cinco contenções fundamentais, a saber: (1) a concentração da produção de mercadorias e capital enquanto fator crucial para a economia; (2) a criação de uma oligarquia financeira, concentrando nas mãos de seletos empresários, a vida econômica do país ao qual esteja vinculado; (3) a exportação de capitais em escala exponencial; (4) a formação das grandes associações de monopólios em caráter internacional e, (5) a partilha territorial em âmbito global entre as potências capitalistas mais influentes e monetizadas.

²³ Marcado por transições ao longo de seu mais de um século, caracteriza-se por pelo menos 3 (três) fases distintas, porém estritamente articuladas ao longo de sua existência a saber: (1) a fase clássica, que marcou a transitoriedade do antigo regime (estágio concorrencial) para o atual (imperialista, financeiro ou monopolista), consolidando as bases de mundialização do capital articulado aos grandes monopólios; (2) a fase dourada, marcado pela expansão econômica globalizada que se iniciou a partir do encerramento da segunda guerra mundial e estendeu-se até a meados da década de 1970; e, (3) a fase contemporânea (meados da década de 1970 até os dias presentes, marcado por profundas crises e reajustes políticos e econômicos na tentativa de reestabelecer o ciclo econômico de acumulação (Netto e Braz, 2012).

Netto e Braz (2012) afirmam que no capitalismo imperialista, para além da hierarquização entre países, a indústria bélica também se tornará um componente central para o avanço da economia mundial neste período, haja vista que, sua comercialização envolve interesses econômicos implícitos voltados ao estopim ou encerramento dos gatilhos de crise, através de uma espécie de solução alternativa ao problema da superacumulação dos processos produtivos, que induzirá a divisão internacional do trabalho sob o comando do capital a ser gerenciado pelos grandes empresários na corrida de acumulação de poder.

Como consequência, a fase clássica, enquanto primeira fase do capitalismo imperialista, demarcada na história como período de transitoriedade do antigo regime (estágio concorrencial) para o atual (imperialista, financeiro ou monopolista), terá seu ápice a partir do século XX, marcado por conflitos bélicos e forte ascensão da indústria de armas no cenário mundial, utilizando-se do poder militar para contornar suas eventuais crises e, conseqüentemente, intervir na economia para obter subordinação e acumulação capitalista (Netto e Braz, 2012).

Balizado por crises que obrigará os líderes capitalistas a desenvolverem alternativas de auto regulação, em meio a embates ocasionados por processos intensos cada vez mais recorrentes que abalarão não apenas as estruturas políticas, como também as estruturas econômicas no panorama global de acumulação (Netto e Braz, 2012).

Todavia, nem todos os territórios mundiais compactuavam com os desígnios monopolistas de ideários fascistas para contorno das crises emergentes e, para estes, o Estado liberal burguês passa a assumir os encargos de preservação da produção capitalista, regulando a economia e a sociedade para além de empreender ações sociais, o qual transformou-o em parte visivelmente interessada nas intercorrências desencadeadas pela questão social²⁴, que se agudizava pelo avanço da acumulação capitalista, iniciando assim, o que ficou conhecido na história como Estado de bem-estar-social²⁵ (Chaves, 2005; Pereira, 2002).

Deste modo,

²⁴ Segundo Yamamoto (2000) a Questão Social pode ser compreendida enquanto um conjunto de manifestações das desigualdades sociais desencadeados pelos modos de reprodução capitalista, que tem como contexto basilar a produção social construída coletivamente, mas, os frutos oriundos desta força de trabalho usufruído em caráter privatista, monopolizado apenas por uma restrita parcela da sociedade detentora dos meios de produção necessários para exploração e extração da mais-valia.

²⁵ Segundo Chaves (2005), com base em Soares (2001), os países Latino Americanos não vivenciaram o Estado de bem-estar-social. Todavia, ao nos voltarmos para a historiografia da legitimação dos direitos (Bobbio, 2004; Marmelstein, 2013) ao longo dos séculos (direitos civis e políticos no século XVIII, e, direitos sociais no século XX), ressaltam que os mesmos culminaram na legitimação dos Direitos Humanos, o que conseqüentemente, reverberou para o Brasil, anos mais tarde, mediante forte movimento das massas populares, na também institucionalização destes em nossa carta constitucional de 1988 (Art. 5º), no período pós ditadura, e início do Estado Democrático de Direito.

Foi efetivamente a doutrina keynesiana (de Jhon Maynard Keynes) que forneceu as bases para implantação inovadora da mais durável e prestigiada forma de regulação da atividade econômica que o sistema capitalista conheceu. [...] para ele, o governo deveria promover a construção maciça de obras públicas, a fim de gerar dispêndios capazes de erradicar o desemprego e, de modo geral, manter aquecida a demanda agregada (procura global pelos produtos postos à venda) para garantir o pleno emprego. [...] A doutrina Keynesiana estimulou a criação de medidas macroeconômicas, que incluíam: a regulação do mercado; a formação e controle dos preços; a emissão de moedas; a imposição de condições contratuais; a distribuição de renda; o investimento público; o combate à pobreza, etc (Pereira, 2002, p. 32-33).

Estas medidas, consolidaram ao estágio imperialista uma nova etapa denominada de “anos dourados”, caracterizado por um período de aproximadamente três décadas de profundo crescimento econômico globalizado tendo por modelo de sociedade a expansão industrial em caráter de produção em massa, assinalado por um regime de acumulação fordista²⁶, que por sua vez, não se suprimiram pelos abalos de superacumulação desencadeado pelas crises emergentes entre as décadas de 1940 - 1970 (Netto e Braz, 2012).

Para Harvey (2008), o que o diferenciava as práticas fordistas das tayloristas²⁷, era o entendimento de que a produção em massa significava a oportunidade de consumo em massa, mas, isto somente seria possível se houvesse reais possibilidades de reformulação do sistema de extração da força de trabalho que necessitava se articular a uma nova política de controle Estatal e gerencial dos processos produtivos mediatizado por um novo tipo de sociedade democrática, construído por um poder corporativo, racionalizado, modernista, e, conseqüentemente, populista.

Partindo disso, o Estado, a serviço dos monopólios, passa a se legitimar pelo reconhecimento dos direitos sociais, pautado no intervencionismo colaborativo para o crescimento da produção comercial e, assim, acumulação de riquezas de forma positiva, uma vez que, o fordismo somente seria possível se houvesse intervenção direta do setor Estatal ao atendimento das necessidades básicas da classe trabalhadora, afim de otimizar a produção e, conseqüentemente, conter novas rupturas cíclicas (Harvey, 2008). Segundo o autor,

²⁶Para Harvey (2008), o modelo de acumulação fordista advém do americano Henry Ford, dono do monopólio industrial automobilístico, o qual por sua vez, introduziu práticas revolucionárias de produção em massa na modalidade fabril, que em muito se remetiam ao capitalismo concorrencial no que tange ao formato de produção fragmentado conduzido por etapas produtivas, mas, em um viés caracterizado pela agilidade articulado ao manuseio de máquinas com vistas a aumentar a produtividade.

²⁷Segundo Ribeiro (2015), o sistema taylorista também denominado de Administração Científica, desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, implementado entre o fim do século XIX e início do século XX, baseava-se na materialização de técnicas padronizadas para otimização de tempo e movimento na realização de atividades laborais. Articulado ao rigor da gerência que impossibilitasse a “vadiagem”, retirando a autonomia dos trabalhadores e acirrando as ordens das funções que deveriam ser executadas, assegurando não apenas o controle sobre o processo produtivo, como também, o barateamento da força de trabalho.

[...] isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...]. Os padrões de vida se elevaram [...] as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas. A maneira como esse sistema veio a existir é uma história dramática que merece ao menos um ligeiro escrutínio caso desejemos compreender melhor as transições que ocorreram a partir de 1973 (Harvey, 2008, p. 125).

A ascensão industrial deste período, transmutou o eixo do consumo a outro patamar: carros, navios, equipamentos de transporte, aço, produtos petroquímicos, utensílios de borracha, eletrodomésticos, entre outros artifícios, que impulsionaram a produção da economia e elevaram o panorama do consumo a um status de mundialização do capital²⁸ (Harvey, 2008).

Mundialização que subdividia em duas esferas: a primeira, a partir da valorização da força de trabalho desenvolvida para a expansão comercial; e a segunda, pautada pela reconstrução das bases econômicas devastadas pela guerra, patrocinadas pelo Estado liberal com vistas a retomar ao ciclo econômico com propósito de alcançar os países capitalistas avançados e que, por sua vez, se coordenavam por centros financeiros hierarquizados, que tinham por ápice de domínio os Estados Unidos (Netto e Braz, 2012).

Segundo Netto e Braz (2012), isso era justificado por uma dinâmica que provinha de modificações nas diretrizes políticas, sociais e econômicas constituídas, afetando todo o percurso do capital no cenário mundial até aquele momento e que serão acentuados, a partir do surgimento de novos emaranhados de controle financeiro, marcado por desígnios e normativas tal como foram os acordos de Bretton Woods, em resposta as propostas assinaladas entre países com intuito de estabelecer o pleno funcionamento das políticas monetárias em esfera mundial, para além da consolidação de instituições estrangeiras organizativas como a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) ambos criados em 1944 e a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1961.

²⁸Segundo os estudos de Chesnais (1996), a mundialização do capital, emerge enquanto resultado de dois movimentos distintos, porém estritamente articulado nas esferas capitalistas que são: (1) o processo de acumulação, e (2) as políticas de liberalização, que entre tantos fatores, se direcionam ao processo de privatização, desregulamentação e desmantelamento dos ganhos sociais voltados ao segmento coletivo da sociedade, conduzindo assim, os grupos empresariais a introduzir novas formas de gestão e controle do trabalho, para além dos meios produtivos com foco no mercado.

No entanto, a partir da transitoriedade da década de 1960 para década de 1970, a longa onda expansiva de superacumulação do capital entrou em nova crise. Tendo por “detonador” a redução sistemática das taxas de lucro provenientes do crescimento econômico, e a crise do petróleo, reverberando em alta nos preços determinado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que, conseqüentemente, eleva a crise para além do econômico, atingindo também o sócio-político Estatal (Netto e Braz, 2012; Harvey, 2008).

Como consequência, a profundidade da crise irá conduzir o capitalismo a um novo processo de auto regulação, que se dará a partir da destruição de seus próprios mecanismos existentes, reformulando os modos de superacumulação do capital, que segundo Dardot e Laval (2016), elevará o Estado a um novo status na organização de suas atividades, subordinando requisitos de eficácia gerencial, promovendo não apenas os processos de financeirização já existentes, mas, também, novos parâmetros ideológicos para a economia: o neoliberalismo, como discorreremos no tópico a seguir.

2.2. Estado Neoliberal e Crise atual do Capital: Prelúdio às parcerias Público-Privada nas Universidades

As origens do capitalismo contemporâneo (Netto e Braz, 2012), *destaca-se* no cenário mundial com a chegada da crise econômica na conjuntura transitória das décadas de 1960 a 1970, pois,

[...] na segunda metade de 1970, a ortodoxia entrega-se à execução de um ambicioso projeto de conquista do poder político – dando, assim, centralidade de comando aos ideais neoliberais, destruindo qualquer possibilidade de renovação do pensamento dito keynesiano. Com os conservadores no poder, no início de 1980, a nova tarefa seria elaborar e implantar o projeto de gerenciamento do novo capitalismo [...] em reunião do G-7, realizada em Washington, em novembro desse ano – uma espécie de nova renascença para o capitalismo: a palavra de ordem era radicalizar a descentralização do processo decisório, com o Estado passando por um amplo processo de reestruturação e lhe sendo atribuída a tarefa de zelo maior das políticas monetária e fiscal: equilibrar as relações de débito e crédito era o mais urgente dos trabalhos (Santos *et al.*, 2016, p. 1025).

Diante disso, os estudiosos liberais emergentes da nova fase do capitalismo imperialista trarão como responsabilidade pela crise fiscal do Estado liberal, o próprio Estado. Ao produzir um discurso de setor público ineficiente, marcado por privilégios e baixa restrição e, deste modo, a “única” solução estaria na redução do Estado e, conseqüentemente, expansão dos serviços do setor privado em detrimento do setor público, com intuito de recuperação da crise e, por conseguinte, retorno ao ciclo de acumulação (Anderson, 1995; Chaves, 2009; Chaves, 2005).

Essa motivação fomentará, paulatinamente, estratégias legitimadas pelo grande capital em benefício da divulgação ideológica de um novo eixo revolucionário para a economia: o neoliberalismo, demandando por parte do Estado, certas medidas de implantação para sua efetividade como: (1) o ataque ao movimento sindical, afim de enfraquecer as bases onerosas do processo de produtividade; e (2) a alteração nos circuitos produtivos, com vistas a promover o esgotamento da acumulação fordista para, então, imersão do novo sistema de reestruturação produtiva: a acumulação flexível²⁹ (Harvey, 2008; Netto e Braz, 2012; Hirsch, 2010).

Neste sentido, o modelo de acumulação flexível, transformará paulatinamente o esqueleto do Estado de interventor para executor do papel de gestão. Transferindo suas atribuições de prestação de serviços ao setor privado mercantil, iniciando um processo gradual de privatização, e parcerias público-privada em todos os setores, enquanto estratégia dos grandes empresários com vistas a cooptar os serviços existentes e, assim, maximizar lucros, disfarçado de “alternativa” de contorno as crises de produção emergente (Chaves, 2005).

Partindo de uma racionalidade do capitalismo contemporâneo caracterizado pela generalização da concorrência de mercado e produção do sujeito empresarial, definido por um conjunto de reformas, discursos, métodos e dispositivos legais que determinam modalidades em resposta à crise de governamentalidade mundial transformando, assim, a ação pública como o meio efetivo de desempenho do setor Estatal gerencial (Dardot e Laval, 2016).

As décadas de 1970-1980, define-se pela consolidação do neoliberalismo expresso por projetos econômicos desenvolvidos no período pós-guerra, marcado pelo declínio da teoria keynesiana e o triunfo das ideologias de Friedrich Hayek, intelectual economista, que se pautava no contexto de crescimento embasado na diminuição do Estado na administração pública (caracterizado por processos de privatizações e parcerias público-privada para suprimento dos serviços essenciais) e expansão do setor privado mercantil para superação da crise e alavanque da economia (Santos, 2023).

Nesse sentido, o perfil industrial mediante fase do capitalismo contemporâneo, pertencente ao estágio imperialista, se transformará profundamente. Abrindo precedentes não mais para contratação em massa, mas, para a terceirização dos serviços a serem prestados à população por meio dos processos produtivos, assegurando um exército de reserva da classe

²⁹ “A acumulação flexível, [...], é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 2008, p. 140).

trabalhadora com intuito de enxugar gastos e maximizar lucros, reverberando ao desemprego, oriundo das esferas depressivas de crises, um fenômeno permanente para a consolidação do capital, exponenciando, assim, as expressões da questão social.

Dessa forma, lança-se um movimento de desconcentração industrial, regulado pela descentralização dos meios produtivos, onde, tais medidas, acentuarão ainda mais o caráter desigual combinado da dinâmica capitalista, direcionando ao aceleração do processo de privatização dos espaços públicos, para além de conjecturas de possíveis aberturas para a insurgência de parcerias público-privada em formato colaborativo.

O capital, por meio da criação das novas redes de informação global, se colocará em prisma entre explorador da força de trabalho dos seus assalariados como nunca antes, utilizando de três implicações dos meios produtivos para sua real dominação que são: (1) a expansão das fronteiras do trabalhador, mediante a inserção da operacionalidade intelectual para novos modos de produção; (2) a exigência de mão de obra qualificada e polivalente; e (3) a gestão da força de trabalho, a partir de discursos idealizados de colaboração mútua para o crescimento do empreendimento (Netto e Braz, 2012; Hirsch, 2010).

Assim, propiciará um desenvolvimento de financeirização do capital, cuja racionalidade resultaria da superacumulação através de um investimento externo direto (IED) enquanto combustível do atual cenário de mundialização do capital que se agregará, principalmente, a partir do capital fictício, movido por ações, cotas de fundo monetário e titulações de valor em si mesmo, em caráter especulativo, onde, os países dependentes (em desenvolvimento ou subdesenvolvimento) se tornarão os maiores importadores desse tipo de recurso para sua sobrevivência, para além do pagamento de despesas fixas e aleatórias (Netto e Braz, 2012).

Neste interim, Chaves (2005), nos elucida que a nova ortodoxia econômica do grande capital defenderá os enlacs mercantis a partir de um consenso hostil ao intervencionismo Estatal alterando, significativamente, as relações existentes entre os setores públicos e privados, cuja intervenção do público sobre o privado neste novo viés, se articulará em benefício do privado, distribuindo, assim, a dinâmica econômica a ser redefinida nas mais variadas atividades humanas, seja elas no âmbito estatal, seja no âmbito da sociedade civil.

Manifesto a partir de um processo gradual da mundialização do capital, cujas exigências forjarão a sociedade do conhecimento fortalecendo, assim, a nova etapa do capitalismo como um todo, ao ampliar seus domínios também ao usufruto dos serviços acadêmicos transformando, assim, a educação em mercadoria ao derrubar barreiras e

possibilitar a abertura de novos mercados, ressignificando as relações entre o setor público e o privado nas esferas produtivas, sobretudo, a universitária (Kato, 2013; Maués, 2019).

Nesse contexto, os organismos Internacionais, paulatinamente, desenvolverão estas ideologias a diversos países, como a Inglaterra com o governo Thatcher (1979), seguido dos Estados Unidos (1980), Alemanha (1982), Dinamarca (1983), entre outros, inclusive, o Brasil (1990), implantando políticas econômicas traduzida em uma série de estratégias, afim de atender aos interesses do grande capital, agindo por meio da implementação de ajustes fiscais e reformas legislativas (Reis e Macário, 2020; Chaves; Reis; Guimaraes, 2018; Anderson, 1995).

Nesse sentido, consideramos que o processo de reestruturação produtiva reduzirá, significativamente, a demanda de trabalho vivo direcionando a um impacto direto de expansão informacional nos mais diversos setores da sociedade, deslocando-se através de suportes eletromecânicos, dando início ao que conhecemos como era digital, que em muito flexibilizará os meios produtivos e moldes acumulativos do capital (Dowbor, 2020).

Dessa forma, essa situação elevará a internacionalização do capital a um plano social que se constituirá em defesa de uma classe social específica: a classe empresarial, refletindo na universalização de valores culturais, e formas de expressão comportamental mediante ditames dos Organismos Internacionais, em especial, os Norte-Americanos, apoiado em um processo de cooptação científica de viés político empresarial, que se refletirá no interior do bloco de poder de cada Estado (Hirsch, 2010).

Desta forma,

As reformas neoliberais no Estado capitalista têm sido conduzidas por meio de medidas reguladoras, destinadas a aumentar a concentração do capital, maximizar os lucros e desonerar o capital. Para tanto, o financiamento do Estado passou a ser transferido quase totalmente para o trabalhador. O argumento é o de que, para solucionar a crise do Estado, é necessário reduzir o déficit causado por excessivos gastos públicos com pessoal e políticas sociais. Como consequência, a privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado, tanto na área produtiva quanto na área social. Essas medidas, no entanto, não têm sido suficientes para reduzir a dívida pública, que cresceu significativamente, na década de 1990 (Chaves, 2005, p. 107).

Nesse sentido, tais medidas, citadas pelo autor, promovem novas regulamentações jurídicas voltadas para o capital produtivo a curto e longo prazo que reestabeleceria os limites mediante condições de financiamento e reconstrução da identidade político-econômica globalizada se utilizando, neste novo cenário, da ciência e tecnologia para mediações entre empresas e centros de pesquisas dos países centrais, sobretudo, a educação superior

(universidades) pautadas na extração de matéria-prima e serviços acadêmicos (Silva Junior, 2020).

Observamos que tais tomadas de decisões priorizam o pagamento da dívida e, conseqüentemente, favorecem a expansão do setor privado-mercantil ao utilizar das políticas de cunho econômico para apropriação da riqueza socialmente produzida, através da privatização dos serviços que apresentem rentabilidade, destituindo as políticas sociais, em especial, a educação, a partir de uma nova conexão gerencial focalizada que volta-se, prioritariamente, para os interesses do mercado (Chaves; Reis; Guimaraes, 2018).

Essas medidas ao sistema educacional acentuam-se carregando, enquanto características específicas (apesar das singularidades de cada Estado-Nação), uma nova vertente regulatória institucional pautada nos ditames empresariais que visam a mercantilização dos serviços acadêmicos (sobretudo, os eixos de pesquisa e ensino), através da abertura de parcerias público-privada que modificam as políticas institucionais com vista a abarcar processos de competitividade gerando graus de eficiência, centralidade e inovação, a partir da produção oriunda dos laboratórios (Thiengo, 2019).

Nesse sentido, tal processo evidencia jogos de interesses defendidos pelos grandes empresários, nesta nova fase do capitalismo, que se utiliza de estratégias apoiadas, principalmente, por órgãos estatais que se argumentam em prol da comercialização deliberada por parte dos grandes conglomerados, ocasionando em mudanças ao processo de flexibilização dos modos produtivos de trabalho visando, assim, contribuir com as demandas do mundo globalizado (Maués, 2019; Adrião e Domiciano, 2020; Silva Junior, 2020; Chaves; Santos e Kato, 2020).

Assim, inicia-se um fortalecimento dos discursos de acirramento das esferas público e privado nos mais diversos setores da sociedade, principalmente, no que se diz respeito a qualidade e eficiência que defende uma sobreposição do privado baseada na degradação do setor público para que haja auxílio do setor privado na execução dos serviços, ocasionando em um ciclo de dependência e subsunção dos recursos a serem ofertados (Pereira e Camargo, 2020).

Nesse sentido, as relações entre Estado, empresariado e organizações sem fins lucrativos se estabelecem com o intuito de urdir a coesão social a partir da consolidação de novos modelos de gestão, que combinam o gerencialismo a administração pública, caracterizada pelo incremento das parcerias público-privada, a partir de um conjunto de propostas macroeconômicas e setoriais cada vez mais articuladas ao imperativo do mercado

(Thiengo, 2019). Isso mostra uma configuração entrelaçada dos modos de produção que se incorpora no seio da sociedade.

Logo, os discursos direcionados ao setor público, em especial, as universidades, passam a defender, na lógica neoliberal, a necessidade de adequações em seu sistema de ensino, com vistas a se alinhar ao modelo de sociedade capitalista. E para tanto, a qualidade educacional necessitaria ajustar-se a propostas com o setor produtivo, pautados na inovação dos recursos existentes, com intuito de modificar os produtos já desenvolvidos à coerência de exploração privado mercantil.

Como consequência, notamos que o conhecimento passa a ser exigido cada vez mais pelas novas corporações de investimentos, que buscam agregar maior valor aos produtos no menor tempo possível, acaudilhados em caso de impossibilidade de promover privatizações, a consolidar uma ou mais parcerias com as universidades, que articularão a este processo produtivo, a apropriação de suas ciências, recurso humano capacitado e tecnologias em favor de seus respectivos interesses (Silva Junior, 2020).

Demonstrando que, as reformas e formação de mercados educativos encontram-se sujeitas a condicionalidades paradoxais de competitividade e interacionam-se ao processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996). Isso resulta num movimento contraditório que se utiliza do endividamento para expansão da acumulação de lucro, ressignificando as políticas de ciência e tecnologia que direcionam pesquisas a promover mudanças nas instituições de ensino (Paraskeva, 2009; McCowan e Schendel, 2015).

Desta forma, percebe-se que o neoliberalismo ao adentrar nas universidades, sobretudo, as públicas, interfere na função social e impõe a lógica mercantilista operacional que recaem sobre elas, principalmente, no que concerne aos países em desenvolvimento em que os fenômenos econômicos, tecnológicos e científicos se comprimem em maior veemência para o usufruto gerencial, com vistas a captar recursos à custa dos grandes centros acadêmicos (Altbach, 2009).

Situação que vem ganhando notoriedade nos diálogos que ambicionam a interação universidade – empresa, visando remodelar mercados a partir do usufruto dos serviços acadêmicos que articula o movimento econômico à formação política particularista dos Estados - Nação (legislações nacionais), através da disseminação de influências na concepção de ideias internacionais ao processo de desenvolvimento nacional capitalista que, neste cenário, se voltam a educação superior (Thiengo, 2019)

2.3. Ensino superior e Estado Neoliberal: Ensaio sobre as Universidades na ótica dos Organismos Internacionais

No presente tópico, dedicamo-nos a abordar três orientações provenientes dos Organismos Internacionais expressos nas décadas de 1990 (Banco Mundial), e 2000 (Unesco e OCDE). Pois, compreendemos que suas publicações foram aperfeiçoadas para conduzir consensos que perpassam a “necessidade” de reformas educacionais, ao direcionar a diversificação das fontes de financiamento como saída para a crise institucional, para além da construção de parcerias público-privada (PPP) com vistas a possibilitar o favorecimento do grande capital.

Temos como premissa que a consolidação da política educacional como direito social, atribui a Universidade a configuração de instituição social dotada no princípio de autonomia, que busca responder com criticidade às contradições do capitalismo, gerindo um viés dinâmico político, que se define pela prática inseparável da ideia de democratização da relação universidade-sociedade, com foco na formação de qualidade, fundamentada no reconhecimento público de suas ações e atribuições mediante a materialização de ordenamentos próprios, regras, normas e valores perante o Estado (Chauí, 1999; 2003).

Todavia, com a ascensão do Estado neoliberal, alinhado aos princípios de globalização, regulado por novas exigências de organização (acumulação flexível), inicia-se um processo conservador modernizador nas universidades, mediante políticas, acordos e reformas, com vistas a direcionar as instituições de ensino ao viés mercadológico, que paulatinamente, transforma o conhecimento em força produtiva e os serviços educacionais em mercadoria, enquanto parte de uma dinâmica privatista dentro da lógica de produção capitalista (Gentili, 2001; Maciel, 2015; Maués, 2019).

Essa lógica, reverbera, nas universidades, aquilo que Chauí (2003) irá denominar de organização social, cuja condicionalidade de funcionamento, sob as novas formas do capital, preocupa-se apenas em gerir seu tempo a situações particulares, não se atentando mais as problemáticas coletivas ou construção social de suas ações, mas, em operações administrativas que visem a produção estratégica de intervenções com foco na eficácia e cumprimento de metas, que passam a se organizar por contratos de gestão, protocolos avaliativos e flexibilidade ao produzir e induzir fatores para desenvolver pesquisas de interesse gerencial.

Nesse contexto, a partir da década de 1970, com base na fragmentação estatal, a transição da universidade de instituição à organização será sutil, porém, acelerada. Assim, os

Organismos Internacionais (OI) - parte importante na face de aprofundamento da mercantilização do ensino - se destacam, pautados em discursos específicos que situam o direito educacional a condicionalidades lucrativas, orquestrado pela classe dominante que opera em consonância com o reordenamento jurídico para sustentar a economia dos serviços públicos nos respectivos Estados - Nação (Gentili, 2001; McCowan e Schendel, 2015).

Evidenciando diretrizes que contextualizam um novo viés de coletividade, que se desenvolve a partir das noções de sociedade do conhecimento, pautadas na centralidade dos diálogos de expansão da tecnologia. E isso se articula ao contexto de globalização no mercado financeiro, enquanto chave para o enquadramento das universidades ao sistema de inovação, direcionado ao processo de internacionalização da Educação Superior (Thiengo, 2019).

Neste interim, no ano de 1995, o Banco Mundial publicou o documento intitulado “*La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*” (Ensino Superior: lições da experiência – tradução nossa), onde, recomenda-se o incremento à expansão do setor privado educacional, para além da diversificação das fontes de financiamento ao setor público (incentivo a privatizações e parcerias público-privada), a partir da reconfiguração de entidades governamentais, em especial, o Estado.

Compreendemos que há uma fundamentação nos discursos conservadores, pois caracterizam as universidades públicas, não como instituição social de ensino, mas, como organização prestadora de serviços que precisa ser reformulada por entender que as políticas públicas, sobretudo, a educação superior, no seu modo de funcionamento é onerosa.

Tais discursos apontam que serviços acadêmicos são mal utilizados, dispendiosos e ineficientes, ocasionando em gastos desnecessários, que acentuam a má administração governamental para com este serviço, e que mediante isto, precisam ser urgentemente modificados, tal como se verifica a seguir:

Em muitos países em desenvolvimento, o ensino superior é caracterizado por baixos índices aluno-professor, serviços subutilizados, duplicação de programas, altas taxas de evasão e repetência e uma proporção muito alta do orçamento dedicado a gastos não educacionais, como moradia, alimentação e outros serviços subsidiados para estudantes. Por exemplo, em um país latino-americano, os custos por aluno das universidades públicas são sete vezes maiores do que nas universidades privadas [...], uma vez que os alunos matriculados em universidades vêm desproporcionalmente da extremidade superior da escala de renda (Banco Mundial, 1995, p. 3, Tradução e ênfase nossas).

Segundo o respectivo documento há uma má administração que ainda se acentuaria com a crise cíclica do capitalismo, reverberando aos espaços públicos um status de “dependência econômica prejudicial”, tendo por “única medida” de contorno a esta

problemática, a utilização de novos investimentos e “políticas públicas mais inteligentes”, aproximando o público e o privado no processo de alavanque econômico e, desta forma, melhor usufruto dos serviços educacionais desenvolvidos, tal como se evidencia no trecho a seguir.

As lições da experiência são analisadas neste relatório para demonstrar como os países em desenvolvimento podem atingir as metas de maior eficiência, qualidade e equidade no ensino superior. A profundidade da crise que afeta os sistemas de nível terciário em todo o mundo em desenvolvimento está documentada, apesar das variações em magnitude, diversidade, divisão entre entidades públicas e privadas e níveis de financiamento que caracterizam o subsetor em diferentes países. **O exame das experiências dos países indica que há quatro direções principais para a reforma:**

- **Incentivar uma maior diferenciação das instituições**, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas
- **Fornecer incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento**, por exemplo, partilha de custos estudantis e **estreita ligação entre o financiamento fiscal e os resultados**
- **Redefinir o papel do Estado no ensino superior**
- **Adotar políticas que visem priorizar os objetivos de qualidade e equidade** (Banco Mundial, 1995, p. 4, Tradução e ênfase nossas).

Logo, percebe-se que as reais intenções por trás da divulgação do documento expresso, nada mais é, do que uma tentativa de promover desmontes ao eixo educacional, ao propor a fragilização de serviços e reestruturar as bases educacionais, visto que, os grandes grupos financeiros entusiasma os vieses ensinados nas universidades e precisam impactar na divisão de poderes e até mesmo no equilíbrio dos investimentos repassados para sua subsistência para que possam intervir e controlar a autonomia científica das pesquisas (Thiengo, 2019; Chaves, 2005; Ribeiro, 2013; Meszaros, 2015).

Estratégias que se reforçam anos mais tarde, mais precisamente em 2003, quando outra recomendação de suma importância para nosso estudo emerge intitulada “Educação superior: reforma, mudança e internacionalização”, fruto da Conferência Mundial sobre Educação Superior + 5 Paris, publicizado pela Unesco (2003), apontando a necessidade de diversificação das fontes de financiamento mediante a consolidação e expansão dos polos de disseminação da ciência e tecnologia, manifesto pelos centros de excelência.

Justificados pela tese de que a crise educacional deriva do modelo de universidade apoiado nos três pilares (ensino, pesquisa e extensão), que seria demasiadamente caro e, neste interim, inviável a médio e longo prazo para o Estado, a solução estaria nas alterações da oferta, podendo ser apenas um ou dois pilares a serem executados pela instituição de ensino, reconfigurando o tripé formativo de qualidade para além da abertura de concessões e consolidação de parcerias público-privada para os serviços acadêmicos.

Dessa maneira, destaca-se formas de promover a internacionalização e cooperação institucional enquanto mecanismo de superação da crise globalizada, que redefine o papel humanístico da educação e o direciona ao desenvolvimento social transformativo, que induz "[...] a universidade a entrar em sintonia com esse novo rumo, corrigindo o descompasso gerado por esta turbulenta virada de século" (Unesco, 2003, p. 24), ou seja, a crise do capital, que por sua vez, incentiva mudanças a centralidade do ensino e flexibilidade de financiamentos para reorientar o futuro da política educacional.

Para Chauí (1999) e Chaves (2009), essas mudanças partem de um pressuposto ideológico basilar marcado pela racionalidade sócio-política do mercado que metamorfoseia o espaço público democrático e o transmuta as esferas do setor privado, reverberando as universidades, o status contraditório da prestação de serviços acadêmicos que determina a ideia de autonomia universitária, introduzindo exigências de "qualidade", "eficiência", avaliação e necessidade de privatização/flexibilização dos espaços institucionais.

Assim, considerando o quadro analítico e interpretativo dos principais acontecimentos que marcaram a gênese e evolução do capitalismo, para além, da disseminação das influências que envolvem o contexto educacional, a presente recomendação (Unesco, 2003, p. 50, ênfases nossas), defende em especial ao Brasil que:

As universidades brasileiras devem dispor de fontes de financiamento que lhes assegurem um funcionamento sem crises, sem necessidade de recorrer a greves e solidamente embasado [...], na eficiência, na ética, tanto em relação à fonte quanto ao uso desses recursos. **Todas as fontes devem ser consideradas, tanto as de origem pública quanto as privadas**; tanto as oriundas dos recursos gerais do tesouro quanto as contribuições especificamente vinculadas; tanto os fundos especiais como os de vinculação permanente.

Diante disso, demonstramos que tanto a recomendação anterior expressa pelo Banco Mundial (1995) quanto a presente proposta (Unesco, 2003) se propõe enquanto resolutividade para as crises desencadeadas nas universidades a necessidade de diversificação de recursos, onde, a política educacional assumiria o papel de formação profissional articulado as exigências do mercado, criando, assim, a coesão ou pacto social "perfeito" para o crescimento econômico do Estado - Nação, que gira em torno das reformas estruturais elaboradas pelo viés inovador tecnológico (Unesco, 2003; Lima, 2006).

Como consequência disso, os sistemas educacionais passam a enfrentar um novo paradigma concernente ao eixo de transformação do capital e da ciência. Esse padrão se articula às mudanças tecnológicas, que o próprio aparelho informacional da sociedade moderna universaliza, ao desvincular os serviços acadêmicos da universidade de seu caráter

democrático, com vistas a qualidade das pesquisas, e direcioná-lo ao fator competitivo do conhecimento, transformando-os em produtos rentáveis inovadores com foco na expansão do capital (Chauí, 2003).

Esse foco se torna mais evidente a partir dos enunciados prescritos pela OCDE, que em 2008, esboçou o documento: “*Tertiary Education for the Knowledge Society* (Ensino Superior para a Sociedade do Conhecimento – tradução nossa), influenciando a condução política dos Estados - Nação, mediante a construção informacional estratégica voltado ao crescimento econômico do ensino superior com base na teoria do capital humano, contribuindo, assim, através de suas recomendações, para os objetivos gerenciais que vislumbram os serviços educacionais.

Demonstrando as principais tendências que segundo Thiengo (2019), firmam a função basilar comercial a ser proposta para as universidades, acaudilhados por processos de gestão flexível, capazes de harmonizar a excelência acadêmica institucional. Essa ênfase na ação inovadora articulada ao setor industrial, sob uma dinâmica de conexão direta dos “vínculos educacionais com empregadores, regiões e mercados de trabalho; [...] direcionam a pesquisa e inovação, liberdade de participação das partes interessadas ao sistema econômico - educacional e garantia de qualidade” (OCDE, 2008, p.18 – tradução nossa).

Sobretudo, quando se fala na função comercial que são colocadas as universidades, materializadas por políticas neoconservadoras, que direcionam os investimentos governamentais ao suprimento econômico, com vistas a promover um capitalismo acadêmico diversificado, pautado na competitividade institucional, que implica aos gestores acadêmicos a “cedência” de sua autonomia, ao pesquisar interesses empresariais, pautados em discursos voltados a necessidade de expansão do conhecimento, por vezes financiado por PPP, desenvolvidas dentro das universidades públicas enquanto mecanismo de apoio as políticas de Ciência e Tecnologia que se traduz na compra, troca e/ou venda dos serviços acadêmicos (Slaughter, 2009; Maués, 2019; Thiengo, 2019; Silva *et al.*, 2021).

Nesse sentido, à medida em que os processos produtivos evoluem, o usufruto da Ciência e Tecnologia também passam a ser considerados uma mercadoria na coluna de sustentação capitalista, direcionada a obtenção de valor que se expressam não pelo “tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas [...] pelo nível geral da ciência e do progresso da tecnologia ou da aplicação dessa ciência à produção” (Marx, 2011, p. 941), que defende os interesses mercadológicos dos grandes grupos empresariais que detém o poder do capital.

Marx (2011; 2014), em seus escritos, nos elucida que a força motriz dialética que conduz a historicidade dos acontecimentos em sociedade, deriva dos meios de produção que

exercem domínio sob a natureza. Desta maneira, ao desvelarmos na atualidade, o uso da Ciência e Tecnologia como resultado do intelecto humano também podemos considerá-los como uma mercadoria que reveste o produto do trabalho nas relações de poder capitalista, atinentes ao sistema de produção, exploração e acumulação do capital.

Exprimindo juízo de valor (a partir da perspectiva dos reformistas neoliberais) ao viés da massificação da educação articulada a parcerias público-privada enquanto parte estratégica do grande capital, que visa o crescimento da economia para o usufruto dos serviços acadêmicos. Para além da oferta direcionada a cultura empreendedora com foco na competitividade gerencial, relacionada a ampliação da internacionalização das políticas de educação pública superior (OCDE, 2008).

Desta forma, ao observarmos as recomendações supracitadas, percebe-se em seus escritos similitudes discursivas que “escracha” a real intencionalidade dos Organismos Internacionais em diversos fatores, sobretudo, pelo desmanche da política-identitária universitária, em favor das vontades lucrativas empresariais e que, por sua vez, coadunam com os estudos de Gentili (2001), ao nos elucidar que as propostas neoliberais pensadas para as universidades perpassam ao uso de três eixos fundamentais para expansão de seus domínios que são: (1) a transformação da universidade de instituição para organização; (2) a massificação e privatização da educação superior; e (3) a avaliação e reforço dos processos de consenso para usufruto dos serviços pretendidos para expansão do capital.

Expansão esta, que necessita de inovações tecnológicas e pesquisas aplicadas conforme exigência do mercado e que, para isso, se utilizam em nosso entendimento de estratégias (normativas, jurisprudências, enforcamento financeiro, entre outras coisas) para defesa de seus interesses, condicionando o processo de atualização dos espaços institucionais de ensino, aos embates que colocam de um lado a educação como direito e, de outro, o tripé da universidade como serviço acadêmico passível de comercialização disfarçado de “transferência de conhecimentos” para obtenção de valor no campo de disputas neoliberal em que situa a educação superior.

3. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA E POLÍTICAS DE C&T NO BRASIL: Reflexões sobre a inserção das Incubadoras de Empresas nas Universidades Públicas

Abordar as parcerias público-privada³⁰ no ensino superior público, em especial, nas universidades brasileiras é algo complexo. Visto que a multiplicidade de significados que se articulam ao contexto no qual seu uso se solidifica exige um aprofundamento histórico-teórico das estruturas que constroem esta categoria e que perpassam, não apenas ao conjunto de transformações das políticas públicas voltadas ao eixo educacional, mas, sobretudo, ao esclarecimento do que vem a ser o público e o privado nas sociedades³¹ capitalistas.

Materializado tanto no campo científico como no campo político, econômico e social sua terminologia tem por base estrutural dois eixos distintos a saber: (1) o conceito de público, caracterizado pela promoção do bem comum com foco na autonomia e participação ativa nas esferas de poder manifestado pelo interesse geral; e (2) o conceito de privado, expresso pela oposição direta das veemências públicas, manifesto pela consolidação de interesses restritos individuais onde o “[...] privado está relacionado àquilo que não se dá a conhecer, que é secreto, ligado a interesses particulares” (Chaves, 2005, p. 38).

Assim, as esferas público e privado se expressam como instâncias de poder contraditório nas relações burguesas onde o privado classifica-se em duplo viés de competência que são: (1) o usufruto marcado pela individualidade e (2) a liberdade mercantil (com foco não no lucro coletivo, mas, individual) ao passo que a esfera pública aperfeiçoa-se no empenho direto de se contrapor aos interesses do Estado capitalista com vistas a estabelecer as múltiplas relações de troca, cujo predomínio perpassa a relevância social nas sociedades vigentes (Habermas, 1984; Fioravanti, 2013).

Bobbio (2007) eleva a diferença existente entre o público e o privado a uma dicotomia que se estende em dupla base conceitual para a compreensão das transformações no

³⁰ É importante frisar que apesar das múltiplas semelhanças, as Parcerias Público-Privada (PPP) não devem ser igualadas a privatização dos serviços públicos. Uma vez que, embora resultantes do mesmo processo estratégico de reestruturação neoliberal, as privatizações “cedem” os serviços em favor do setor privado em caráter parcial/total definitivo, enquanto que as PPP firmam suas articulações a contratos temporários dos serviços que serão prestados (Brito e Silveira, 2005).

³¹ Segundo Bobbio (2007), as terminologias Sociedade civil e Estado expressam-se enquanto temáticas contíguas e inter-relacionadas. Onde, ainda de acordo com o autor, “[...] A expressão Sociedade civil teve, no curso do pensamento político [...], vários significados sucessivos; [...] Em sua acepção original, corrente na doutrina política tradicional e, em particular, na doutrina jusnaturalista, Sociedade civil (*societas civilis*) contrapõe-se a "sociedade natural" (*societas naturalis*), sendo sinônimo de "sociedade política" (em correspondência, respectivamente, com a derivação de "civitas" e de "pólis") e, portanto, de "Estado" [...] Em outras palavras, na grande dicotomia "sociedade-Estado", própria de toda a filosofia política moderna, Sociedade civil representa, [...] a esfera das relações econômicas intersubjetivas de indivíduo a indivíduo, ambos independentes, abstratamente iguais, contraposta à esfera das relações políticas, que são relações de domínio” (Bobbio, 1998, p. 1206-1209).

cenário atua que são: (1) a publicização do eixo privado, marcado por um Estado que adentra aos interesses individuais, personificando as veemências privativas a instâncias coletivas; e (2) a privatização do eixo público, manifesto por organismos ou organizações de grupos e/ou indivíduos privados que utilizam de estratégias para usufruir do espaço público e, assim, alcançar seus objetivos.

Nisto, percebe-se que com as transformações ocorridas nos modos de produção capitalista³² desencadearam significativas transformações políticas, econômicas e sociais ao longo dos anos, induzindo mudanças no que tange aos padrões de articulação existente na administração das esferas público e privado, onde, segundo Lombardi (2006, p. 5),

[...] Em todos os diversos modos de produção, nos diversos momentos da história e em todas as formações sociais, podemos encontrar a administração dos negócios públicos e privados, bem como o ordenamento e o controle dos fatores que garantem a produção e a reprodução da vida material, social e política.

Essa dinâmica evidencia que a auto regulação da sociedade não emergiu de pensamentos abstratos, desconexos da realidade, mas, com base no trecho acima, surgiram provenientes das inúmeras transformações decorrentes da administração do Estado capitalista, seja pelo viés público, seja pelo viés privado, que sempre se fizeram presentes no ordenamento e controle dos fatores de produção e reprodução da acumulação do capital.

Neste sentido, compreendemos que a mais recente grande crise do capitalismo (1970), não culminou apenas na passagem de uma fase para outra (transição dos anos dourados para a fase contemporânea no estágio imperialista), mas, em um processo gradual de desenvolvimento produtivo (acumulação flexível), incentivado pelos Organismos Internacionais que acaudilham o setor público a expandir seu poder de alcance ao campo privado mercantil, embasados por discursos de que a máquina pública é onerosa e o modelo ideal de administração Estatal é o modelo gerencial/empresarial (Araújo e Castro, 2011; Lima e Contel, 2011).

Assim, as parcerias público-privada (PPP) devem ser compreendidas como a articulação existente entre a administração pública e os meios de iniciativa do setor privado nas sociedades capitalistas. Expressas por modalidades de negócio altamente rentável com acelerada capacidade de investimentos e retorno destes, cujo objetivo perpassa a procura e implementação de novos empreendimentos com foco na maximização de lucro junto ao mercado, tendo por base estrutural, a fruição direta ou indireta dos serviços ofertados,

³² Conferir no eixo 2.1 deste estudo.

mediante prazos e contratos para consolidação de parcerias propostas (Civil, 2017; Villin, 2014).

Varela *et al.* (2020) com base nos estudos de Hodge e Greve (2007), apontam que essas parcerias destacam-se em quatro componentes primordiais para o funcionamento destas PPP enquanto acordo organizacional financeiro que são: (1) a combinação das qualidades dos setores público e privado, (2) a repartição de riscos com a articulação das parcerias, (3) o conhecimento de campo sobre os desafios e rentabilidade a serem enfrentados, e (4) o compromisso de responsabilidade com o tempo de vigência dos contratos.

Desta forma, as PPP podem se materializar nos mais diversos setores de atuação na sociedade civil como transporte, habitação, saúde, tecnologia, educação, entre outros, sendo por sua vez, interpretados em duas modalidades: (1) o caráter mais amplo (como ocorre em redes colaborativas) e (2) o caráter mais estreito (como ocorre por meio da celebração de contratos para prestação de serviços específicos), estabelecidos entre o setor público e o setor privado (Varela *et al.*, 2020).

Desse modo, como explanado anteriormente, as parcerias pública-privadas emergem no cenário mundial de forma regulamentada a ascensão do neoliberalismo enquanto instrumento gerencial de articulação dos limites entre o público e o privado nas sociedades capitalistas. Isso porque possibilitam alternativas de saída da crise e retorno ao ciclo de acumulação do capital sem a necessidade de perda dos patrimônios públicos já constituídos, apenas com a flexibilização “temporária destes” reverberando, assim, em uma proposta altamente lucrativa a se pensar, e portanto, convidativa a se implementar (Robertson e Verger, 2012; Calabi, 2014).

Como consequência, o primeiro país a desenvolver as parcerias público-privadas ainda na década de 1980 foi o Reino Unido ao implementar projetos em diferentes graus de amplitude e crescimento econômico, principalmente pelos governos Thatcher (1979-1990), John Major (1990-1997) e Tony Blair (1997-2007), repercutindo a outros países como: Irlanda, Portugal, Hungria, Eslovênia, República Tcheca, França, Espanha, Finlândia, Grécia, Itália, Holanda, Canadá, Austrália, África do Sul, Chile, México, Brasil, entre outros (Pasin e Borges, 2003; Brito e Silveira, 2005).

As reformas executadas no âmbito do Estado sob o impulso neoliberal têm seu foco na financeirização do capital em caráter globalizado, principalmente, os de cunho social tal como é o caso das políticas educacionais. Tais políticas estão frente aos países periféricos e, paulatinamente, se destituem de seu caráter proeminentemente emancipatório para assumir as novas diretrizes de funcionamento gerencial, embasado em uma lógica excludente, seletiva e

focalizada que se volta, prioritariamente, para os interesses do mercado (Chaves; Reis; Guimaraes, 2018).

Interesses estes que reverberam a educação superior no Brasil, pois a tendência ao estreitamento do setor público com o setor privado incorpora-se às políticas influenciadas pelo cenário internacional e apoiam a redução sistemática de recursos públicos. Em contrapartida, incentivam a interação universidade-empresa, através da concepção de Ciência e Tecnologia (C&T) em favor do grande capital o que, conseqüentemente, se manifesta através da criação e fortalecimento de parques tecnológicos, incubadoras de empresas, escritório de transferência de tecnologias, entre outros setores com foco no crescimento da economia.

Partindo disso, a intenção deste capítulo, nos próximos tópicos, será o de abordar sobre as políticas públicas educacionais com foco na C&T e a materialização das parcerias público-privadas na educação superior no Brasil.

Nesse sentido, buscaremos compreender a historicidade que envolve a concepção destas no cenário brasileiro, assim como as ações transformativas do Estado que promovem as Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica dentro das Universidades.

3.1. O Público e o Privado na Educação Superior: Apontamentos sobre a evolução das políticas de C&T no Brasil até 1990

As parcerias público-privadas se acentuam no Brasil, em especial, no que tange ao eixo educacional, a partir da década de 1990. No entanto, ao nos debruçarmos sobre a consolidação destas, perceberemos que, em épocas anteriores a este período, já existiam práticas de parcerias entre os dois setores (o público e o privado), simultaneamente.

Segundo Pasin e Borges (2003, p. 179), “desde os tempos de colônia, passando pelo Império, as ordens e irmandades religiosas cuidam de assistência social, cemitérios, orfanatos e educação, recebendo dotações de cofres públicos e contribuições privadas”.

Tal afirmativa se reforça pelos escritos de Santos (2017) ao nos elucidar que as parcerias público e privado, ao contrário do que muitos acreditam, cintilaram no país desde os tempos de D. Pedro II (1840-1889), ao designar abertura de “concessões” a empresas privadas para se aliarem ao setor público do Estado, com intuito de promover a infraestrutura e desenvolvimento nacional nos mais diversos eixos do país.

Ainda segundo a autora supracitada, tais parcerias, reverberava na materialização de múltiplas vantagens para o setor parceiro, tais como isenções de impostos e possibilidade de

expansão comercial para livre exploração dos serviços investidos que deveriam ser ofertados no eixo público, mas, que sob o Estado de concessão passariam a ser encarregados pelo setor privado na oferta dos serviços.

Partindo disso, no que se refere a educação superior, com o advento da República e sob a influência de ideologias liberais da época, inicia-se um acirramento gradativo das esferas públicas e privadas em todo o território nacional. Iniciada a partir da criação de faculdades envolvendo os mais distintos setores (público, privado, filantrópico, entre outros) que viam na prestação deste serviço não apenas mecanismos de desenvolvimento do país, através da formação de mão obra produtiva, mas, também, a possibilidade lucrativa a partir da transformação do direito à educação em nicho de mercado (Chaves, 2005).

Cenário que se acentuou com o início da era Vargas (1930-1945), quando o então ministro da educação Francisco Campos, promulga o Estatuto das Universidades Brasileiras (decreto nº 19.851/1931), documento que sugeria flexibilidade de financiamento para as Instituições de Ensino Superior (seja pelo eixo público, como privado) para além de medidas restritivas de autonomia (um modelo único de Universidade nacional) proposta defendida pelos liberais que viam, na liberdade de pensamento das instituições, uma ameaça a consolidação de seus interesses no país (Chaves, 2005; Brasil, 1931).

Esse período pavimentou os caminhos para o embrião da política nacional de Ciência e Tecnologia no Brasil manifesto em 1951 tanto pela criação do Conselho Nacional de Pesquisa (Lei nº 1.310/1951), cuja competência relacionava-se ao apoio direcionado a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e concessão de financiamento estudantil; quanto pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES), expressa pelo Decreto nº 29.741/1951, com o objetivo de afirmar a existência especializada de atendimento as necessidades dos empreendimentos públicos e privados no país (Brasil, 1951; Brasil, 1951; Oliveira, 2003; Kato, 2013; Thiengo, 2019).

Nesse sentido, surge um novo projeto econômico desenvolvimentista atrelado aos interesses do mercado, que articulava o conhecimento acadêmico a novas modalidades flexibilizadas de ensino, sobretudo, o superior. O que por sua vez, culminou em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), jurisprudência, que entre tantas medidas, incentivava o acirramento do público com o privado no cenário brasileiro (Reck, 2016; Brasil, 1961; Wolter, 2016; Chaves, 2005; Thiengo, 2019).

Panorama que se exacerba com a ditadura militar (1964-1985), onde o Brasil passa a promover alianças entre o território nacional e o capital estrangeiro, pautado em aproximações das instituições públicas e o empresariado através do desenvolvimento de três importantes

agências de financiamento: (1) a FUNTEC, orientado pela noção de investimento em pesquisas que poderiam alavancar outras áreas da economia; (2) a FINAME, subordinada ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) enquanto modalidade de apoio à empresas nacionais; e (3) o FINEP, com vistas a criar condições para o crescimento rápido empresarial de micro e pequeno porte no país (Soffiati, 2011; Penholato, 2016; Carlos *et al.*, 2018).

Como consequência, o ensino superior público, passa a adotar características dos modelos Norte-americanos já constituídos, com intuito de modernizar as bases de cooptação do conhecimento, que na visão dos militares deveriam criar condições para o processo de concentração do capital em marcha, culminando na racionalização da eficiência, expressa por consultorias, comissões e grupos de trabalho com vistas a constituir um plano “ajustável” à educação superior da época, em especial, as universidades públicas refletindo, assim, anos mais tarde, na reforma universitária (Thiengo, 2019; Almeida Júnior, *et al.*, 2005).

Tal reforma (Lei nº 5.540/1968) tinha como objetivo promover as universidades brasileiras um caráter “associado dependente dos centros hegemônicos do capitalismo internacional” (Thiengo, 2019, p. 319)³³, por meio de medidas que visavam a transformação dos serviços públicos educacionais, a condicionalidade de uma estrutura administrativa pautada no modelo gerencial que se voltava, exclusivamente, a obtenção de rendimentos e eficiência com foco no desenvolvimento nacional.

Para tanto, a reforma concentrava-se em três pilares de ação: (1) a consolidação de projetos antirreforma, com vista a conter “ameaças”, tal como o segmento estudantil que necessitava ser reprimido frente as manifestações críticas sobre os desmontes das políticas educacionais; (2) a falsa democratização do ensino, manifesto pela expansão da rede privada, através de subsídios estatais diretos e indiretos, representados por bolsas de estudos e isenção fiscal; e (3) o ensaio de modelos gerenciais de ensino superior público com vista a transformar os serviços acadêmicos em nicho de mercado (Fernandes, 1975; Brasil, 1968).

Desta forma, com base nos estudos de Thiengo (2019, p. 322),

[...] a partir da década de 1970 são desenvolvidos os principais instrumentos e programas que efetivamente contribuíram para a consolidação da base científica e tecnológica no país, embora as principais agências de fomento tenham sido criadas na década de 1950 e 1960. O salto quantitativo para a ciência ocorreu nessa época, em função do estímulo dado pela Ditadura Militar, que visava replicar o sistema americano de ciência e tecnologia no Brasil. A política científica adotada durante esse período pelo regime militar reconhecia que o desenvolvimento científico e

³³ Para Thiengo (2019), a relação “associado dependente”, trata-se de um relacionamento entre países de níveis diferentes, onde, um espelha-se no outro de forma voluntária com vista a alcançá-lo. O que trazendo para o Brasil, podia ser explanado no espelhamento das ações expressas pelos Estados Unidos com vista a se tornar como ele.

tecnológico serviria como um trampolim para modernizar o país e alçá-lo ao patamar dos países denominados avançados. [...], o que os militares propunham era copiar, no Brasil, um traço do país 'adiantado', ou seja, transplantar o modelo americano de investimento e organização científico-tecnológica para o contexto nacional.

Neste interim, percebe-se diante do enxerto acima, que a partir da reforma universitária, os serviços ofertados pela instituição de ensino superior público como pesquisa, ensino e extensão passam a ser vistos, pelos militares e reformistas liberais da época, como um campo facilitador da acumulação de lucro voltado ao atendimento do mercado, especialmente, as tecnologias desenvolvidas que eram utilizadas para criação de serviços e produtos direcionados ao consumo no que tange a compra e venda comercial.

Conotando aos serviços acadêmicos, não apenas um meio de expansão do conhecimento, mas, também, um adicional de fonte monetária enquanto resposta as crises do capitalismo que emergiam em âmbito global e anunciavam a necessidade do sistema capitalista de se auto regular novamente, o que por sua vez, refletia no eixo educacional, no desenvolvimento das pesquisas, na produção do conhecimento e no processo de inovação em tecnologias enquanto saída para a transformação do sistema e, assim, recuperação da crise.

Nesse contexto, em 1969 com base no Decreto-Lei 719 de mesmo ano, cria-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) desenvolvido com vistas a fornecer apoio financeiro ao incremento científico e tecnológico do país (Brasil, 1969, Kato, 2013).

Diante de todas estas mutações, existiu a necessidade de reformulação da LDB já constituída, emergindo em 1971 a Lei nº 5.692 que estabelece novos parâmetros para ela com vistas a atender as orientações provenientes das necessidades do mercado (Brasil, 1971).

Logo, em 1974, houve a transformação de nomenclatura do Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq³⁴), abarcando o aprofundamento das áreas de Ciência e Tecnologia nacionais a um padrão desenvolvimentista Internacional que articulava o público com o privado para a indução de pesquisas em áreas estratégicas de inovação e tecnologia nos mais diversos setores da sociedade (Oliveira, 2003; Kato, 2013; Thiengo, 2019).

Dinâmica que coadunou, entre tantos acontecimentos, na criação sob mesmo período do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) em 1984, enquanto unidade concebida por conectar recursos governamentais e não governamentais (em especial, provenientes do BM) que vislumbra em suas ações, a introdução de novos

³⁴ Lei nº 6.129/1974.

mecanismos direcionados a fontes de financiamento para as atividades de ciência e tecnologia no Brasil. Culminando assim, no ano seguinte, mediante Decreto nº 91.146/1985, na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) enquanto núcleo organizativo de articulação do meio industrial aos centros de pesquisa (Soffiati, 2011; Kato, 2013).

Elegendo Renato Archer para o cargo de primeiro ministro do órgão recém-criado e unificando as principais fontes de agência de fomento voltadas ao financiamento das pesquisas e formação de mão-de-obra qualificada como: CNPq, FINEP e CAPES, com vistas a otimizar a competitividade, através da busca compartilhada das políticas públicas e demais atividades articuladas a Ciência e Tecnologia (Lima, 2011; Soffiati, 2011; Kato, 2013).

Nesse sentido, se vincula o fazer científico as relações de Estado, mediante duas questões de suma importância para a política de Ciência e Tecnologia (C&T) que foram: (1) o fator econômico, enquanto indutor das políticas articuladas a mundialização do capital em crise; e (2) o início da orientação política neoliberal, mediante a necessidade de avanços científicos tecnológicos que não somente fomentassem a geração de conhecimentos e técnicas como, também, mobiliza-se as prioridades do governo em torno de uma relação cooperativa do fazer científico com o empresariado, na dinâmica de acirramento do público com o privado (Kato, 2013).

Com a transitoriedade da ditadura militar para o regime de Nova República, criaram-se estratégias para elaboração de novos projetos de reforma para o setor público. Em 1985, foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES) e em 1986, o Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior (GERES) com vistas a originar a ampliação da autonomia universitária, permitindo que cada instituição constituísse seu próprio modelo de gestão financeiro com vistas a enxugar gastos e remanejar recursos pautados na eficiência e qualidade educacional (Chaves, 2005).

Para Thiengo (2019), com base nos estudos de Barreyro e Rothen (2006), essas reformulações se distribuiriam em duas frentes de ressarcimento: a primeira, mediante os resultados avaliativos propostos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), ou seja, o recurso estaria condicionado ao grau de eficiência proposto em metas a serem alcançados por parte das instituições; e a segunda, a partir das prioridades desencadeadas por cada instituição, enquanto processo equitativo formativo de qualidade, baseado pelo mérito de ressarcimento com base na execução de suas atividades.

É imprescindível salientar que tanto as prerrogativas propostas pela CNRES quanto pelo GERES foram rejeitados pela comunidade civil e acadêmica. Mas, suas propostas ainda permaneciam ativas e insistidas por reformadores liberais que desejavam flexibilizar e

fragilizar os serviços e políticas de cunho educacional a todo custo alcançando a transferência destes discursos para a Assembleia Nacional que as integrou a várias políticas governamentais, que entraram em vigor nos anos subsequentes, principalmente, no que se refere a educação Superior no Brasil (Chaves, 2005).

Logo, percebe-se que as reformas universitárias articuladas aos ideários do contexto neoliberal (1970), elevaram as Universidades deste período a um *status* de funcionalidade. Cujos serviços direcionavam-se a lógica do mercado, configurando-se não mais a necessidade do coletivo, mas, aos ditames empresariais, situação que se acentuou com o emergir das décadas de 1980/1990, onde, a produção científica e tecnológica passaram a determinar com maior veemência a lógica impetuosa do capitalismo (Chauí, 2001).

Lógica resultante em nosso entendimento, dos processos transformativos do cenário não apenas nacional, mas, mundial em curso (neoliberalismo) que se infiltravam nas instituições e demandavam novas diretrizes educacionais, sobretudo, ao ensino superior, acirrando as fronteiras dos espaços públicos que paulatinamente eram “invadidos” pelo setor privado mercantil, como consequência de um novo léxico demarcado por termos elitistas, com foco na eficácia, rendimento, competência e maturidade inclinada para modernização do ensino que apesar de parecer novo se desenhava a muito tempo, conforme vimos no decorrer deste escrito.

Assim, em 1988, promulga-se a nova Constituição Federal (CF) no Brasil, ainda que em caráter contraditório, pois, seus compilados carregavam propostas e demandas dos mais diversos setores da sociedade seja para benefício da classe trabalhadora seja para a classe empresarial iniciando um novo modelo organizativo de gestão nas estruturas administrativas do aparelho do Estado, onde

[...] a Constituição brasileira, promulgada em 1988, acabou absorvendo grande parte das reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte”, institucionalizando várias formas de participação da sociedade na vida do Estado, sendo que a nova Carta Magna ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” pelo fato de, entre outros avanços, ter incluído em seu âmbito [...] sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como: o planejamento participativo,[...]; a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, [...], e a proteção dos direitos da criança e do adolescente (Rocha, 2008, p. 136).

Neste sentido, o que outrora era visto como “direito de poucos”, hoje passa a ser direito de todos. A exemplo da educação, sendo anunciado em diversos trechos da Carta Constitucional como no artigo 5º que a classifica enquanto direito humano universal através dos tratados internacionais; o artigo 6º que a classifica enquanto direito social; e os artigos

específicos, voltados a sua materialidade e funcionalidade, como os artigos 205 ao 214 da Carta magna (Brasil, 2016).

No entanto, percebe-se através dos mesmos compilados legais que ao passo que se legitimam os direitos sociais como dever do Estado, também, se abrem precedentes para o acirramento do setor público com o setor privado no país. Seja pelo retardamento de jurisprudências que os assegurem, a exemplo da nova LDB (lei nº 9.394/1996) que consolida as diretrizes educacionais prescritas na CF de 1988 e que levou 8 anos para ser publicizada seja por seus próprios codificados que permitem a materialidade deste acirramento de forma acessível a iniciativa privada, tal como ocorre em seu art. 209 da CF de 1988.

Assim, como preceitos concernentes a comunidade científica, voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de Ciência e Tecnologia no país, expressos pelos artigos constitucionais 218 e 219 que destacam o incentivo ao desenvolvimento científico, formulação de pesquisas e a capacitação tecnológica, direcionados a formação profissional e maturação empresarial, para o desenvolvimento econômico do sistema produtivo nacional e internacional (Brasil, 2016).

Isso evidencia que embora a Constituição Federal de 1988 nasça com a proposta de autonomia participativa e tentativa de contemplação dos direitos também se torna a maior responsável pela expansão da privatização do eixo público (Bobbio, 2007), ao fomentar em seus próprios prescritos constitucionais, a permissibilidade para o fomento da livre iniciativa privada, assegurando em seus compilados a concessão de contratos privados para prestação de serviços públicos em todo o território nacional.

Nesse sentido, as transformações ocorridas desde o Brasil Colônia promoveram inúmeras transformações no que tange ao eixo político, econômico, cultural e social do país. Resultante dos emaranhados governamentais que buscavam melhorias de políticas públicas que atravessasse a C&T e a concessão das PPP nos mais diversos setores (Kato, 2013), incentivados por Organismos Internacionais que buscavam a acumulação do capital por meio da descentralização dos direitos já constituídos e que, por sua vez, perpassam a significativas mudanças entre o público e o privado.

3.2. A política de Ciência e Tecnologia para as universidades públicas: Fortalecimento da expansão das parcerias público-privada.

A partir da década de 1990, com o avanço dos preceitos neoliberais que já atingia diversos países, inicia-se um processo gradual estratégico de mudança nas políticas

econômicas, sociais e educacionais. Sendo desencadeadas em território brasileiro, inicialmente, pelo governo Collor de Mello (1990-1992) com a tentativa de ingresso nacional a era neoliberal que segundo Soffiati (2011), cunhou incentivos voltados as políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) para a competitividade industrial.

Seguido por Itamar Franco (1992-1994), que para além de assegurar prosseguimento as medidas adotadas por seu antecessor, também em sua gestão, implementou o Plano Real, com vistas a controlar a inflação e superação dos colapsos econômicos que se anunciavam (Silva e Santana, 2019) sendo, posteriormente, persistida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), principalmente, a partir do ano de 1995 quando de ministro no governo de Itamar Franco atingiu o ápice da presidência do Brasil (Campos e Damasceno, 2020; Thiengo, 2019), pavimentando em sua gestão, a economia brasileira, a partir da adesão de predominância financeira pautada na consolidação de um novo aparato jurídico direcionado a nova reforma do Estado, tal como discorreremos a seguir.

3.2.1. Políticas na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Segundo os estudos desenvolvidos por Soffiati (2011), a proposta de governo conduzida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), centrou-se na minimização do Estado. Fato que denotou as políticas de C&T, ainda que sob o prisma de segundo plano, significativos impactos, mediante ensaios de consolidação das PPP com foco na recuperação da economia o que, conseqüentemente, reverberou no incentivo a interação universidade-empresa, através da criação de parques tecnológicos, incubadoras de empresas, centros de pesquisas, entre outros artifícios que fossem capazes de levar a privatização velada do conhecimento.

Do ponto de vista político, reformas institucionais foram implantadas com vistas a redefinir o papel do Estado e criar condições necessárias a reconstrução da economia brasileira sob um circuito de valorização financeira, mediatizado por ajustes nas atividades produtivas em detrimento das políticas sociais, o que em um primeiro momento, se materializou no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Efetivando uma série de ajustes orientados para o mercado que tinha como medidas basilares de ajuste: (1) o combate ao déficit público; (2) o ajuste fiscal; (3) a flexibilização dos postos de trabalho; (4) a liberação de preços compatível com o mercado internacional; (5) a desregulamentação do setor financeiro; (6) a liberação do comércio; (7) a promoção de

investimentos externos; (8) a reforma do sistema previdenciário; e (9) a privatização dos serviços estatais (Brasil, 1995; Thiengo, 2019).

Desta forma, o PDRAE (1995) caracteriza-se enquanto proposta de reforma da administração pública do Estado, direcionado a introdução do setor público as noções de eficiência, reforma fiscal e inovação nas estruturas políticas, em especial, as políticas públicas que se materializariam em transformações no eixo previdenciário, nas flexibilidades trabalhistas, nas noções de C&T e eliminação dos monopólios estatais com vista a promover o estreitamento entre o público e o privado (Brasil, 1995; Pereira, 2006; Ribeiro, 2013; Redoschi, 2014; Campos e Damasceno, 2020).

Promovendo a degradação da oferta dos serviços públicos e sociais a população, sobretudo, a educação superior que passou a ser transferida paulatinamente para o setor privado mercantil contrariando sua condição de direito social ao assumir posição de serviço no mercado, conjecturado pela construção de um consenso popular de ineficiência dos serviços no eixo público em geral, incentivando a produção de políticas com vistas a reposicionar as universidades a um status de valorização do capital, pautado nos ditames internacionais, que acentuavam as parcerias público-privada.

Assim, ao analisar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), enquanto receituário neoliberal brasileiro, percebe-se que ele se redistribui em quatro grandes eixos de desenvolvimento a saber:

- (1) **Núcleo Estratégico:** composto pelo governo, ou seja, o local onde se criaria e conduziria as leis, decretos e políticas públicas, manifestando-se, sobretudo, nas áreas do legislativo, judiciário, presidência, cúpula dos ministérios e ministério público;
- (2) **Atividades Exclusivas:** materializado por serviços que só o Estado poderia realizar e, que por sua vez, reverberam ao eixo de regulamentação, fiscalização, fomento, segurança pública, seguridade social e áreas de atuação básica;
- (3) **Serviços Não Exclusivos:** formado por setores do Estado que atuam ou podem atuar concomitantemente a outras organizações públicas não-estatais e privadas, tais como Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus, etc.; e,
- (4) **Produção para o mercado:** Caracterizado pelos espaços desenvolvidos com foco no crescimento e incremento da economia, pertencentes ao aparelho do Estado.

Estes eixos tinham por intuito o aceleração dos processos de privatização do eixo público (Bobbio, 2007), com foco na facilitação dos artifícios de privatização das empresas estatais já em andamento e, conseqüente, implantação de parcerias público-privada (PPP) para

as instituições que não pudessem ser privatizadas (quadro 6) conotando, no caso das universidades, significativas mudanças no que diz respeito ao seu financiamento, escamoteado por indicadores de desempenho que “elevariam” a qualidade dos serviços a serem prestados (Chauí, 1999; Kato, 2013; Thiengo, 2019).

Carregando enquanto “missão” a reconstrução de um Estado “forte” com vistas a sobressair da crise emergente à época por meio de contratos de gestão em consonância com o mercado, uma vez que o presente documento teria autonomia para limitar ações que “sobrecarregariam” os cofres públicos, direcionando assim, a possibilidade de intervenção do setor privado no eixo público para além de transferência e descentralização da responsabilidade para os governos locais (Estadual e Municipal), cabendo a União apenas os acontecimentos mais urgentes (Brasil, 1995).

Quadro 6 - Objetivo global e específicos voltados ao PDRAE

	FORMAS DE PROPRIEDADE			FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO	
	ESTATAL	PÚBLICA NÃO ESTATAL	PRIVADA	BUROCRÁTICA	GERENCIAL
NÚCLEO ESTRATÉGICO	●				●
ATIVIDADES EXCLUSIVAS	●				●
SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS	Publicização →	●			●
PRODUÇÃO PARA O MERCADO	Privatização →		●		●

Fonte: Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995, p. 59).

Com base no quadro ilustrativo, acima, percebemos que o ordenamento jurídico que articula o PDRAE (1995) relaciona-se a uma política centrada na racionalidade de reformulação Estatal que modifica as instituições públicas a um modelo de gestão em favor

do próprio sistema do capital, operacionalizado por investimentos consolidados em “alterações legislativas, publicação de Planos, conferências e novas diretrizes para a política industrial” (Kato, 2013, p. 127).

Nisto, com base nos eixos de distribuição do referido documento percebe-se que os processos de privatização, internacionalização, descentralização e desregulamentação dos serviços públicos tornaram-se os pilares da reestruturação da reforma do Estado brasileiro, principalmente, no que tange ao setor educacional, onde, adotou-se medidas diversificadas/flexíveis, com vistas a se promover maior competitividade não apenas no panorama nacional entre as instituições, mas, com foco também no internacional, mediante a via de contenção dos recursos públicos destinados a este serviço (Lima e Contel, 2011).

Operacionalizações que denotam múltiplos interesses ao possibilitar caminhos para o acirramento do setor público com o privado, principalmente para as universidades públicas, ao expandir meios alternativos de captação de recursos, acaudilhados por reformas e jurisprudências (Chauí, 1999), que afastam as responsabilidades do Estado enquanto provedor e aproxima os interesses empresariais como investidor, na lógica de usufruto dos serviços acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão) mediante publicização das PPP de inovação tecnológica que coloca as atividades educacionais formativas passíveis de venda na sociedade.

Fundando consensos as elites brasileiras que perpassam o processo de avaliação da crise do Estado desenvolvimentista em que a eficácia da política de Ciência e Tecnologia dependeria diretamente de sua compatibilidade com as políticas de retomada econômica, em especial, as políticas setoriais direcionadas a indústria, aprofundando assim, a competitividade entre empresas e centros educacionais, através da desoneração tributária da produção, e seu estreitamento frente a necessidade de criação de mão de obra qualificada (Kato, 2013).

Desta forma, Lima (2006), irá nos elucidar que a educação superior ao ser compreendida como parte pertencente das “engrenagens” que compõe o setor de atividades não exclusivas do Estado acabam por imprimir um conjunto de instituições públicas e privadas que se coaduna com as conformidades expressas pelo Banco Mundial³⁵ (1995), reforçando os discursos de privatização e/ou flexibilização (parcerias público-privadas) da educação superior, via diversificação das fontes de financiamento, nas instituições públicas de ensino, sobretudo, as universidades.

³⁵ A primeira edição do referido documento reverbera ao ano de 1994, ou seja, um ano de antecedência a consolidação do PDRAE no Brasil (1995).

Diversificação que se revela, pela utilização de contratos para aprovisionar laboratórios, custear bolsas em troca de pesquisas de interesse empresarial, desenvolver projetos, ou consultorias voltadas ao nicho mercadológico, entre outros vieses, que se manifestam, por vezes, em programas e projetos voltados a iniciativas de fomento à inovação tecnológica, cujo intuito se consolida em articulações e criações de mecanismos voltados ao mundo competitivo do mercado (Mészáros, 2009; Chaves, 2009; Dowbor, 2020).

Cabe ainda destacar que neste conjunto de medidas que perpassam ao eixo educacional, em 1996, criou-se o Plano Plurianual (PPA) do Ministério da Ciência e Tecnologia (1996 – 1999)³⁶, cuja atividades se direcionavam a disseminação em médio e longo prazo de uma econômica estratégica voltada a competição gerencial, articulada ao processo de interação universidade-empresa no viés inovador tecnológico. Apresentando enquanto medidas a serem tomadas,

[...] maior dispêndio em C&T, com participação mais intensa dos investimentos privados e dos sistemas estaduais de C&T e menor contribuição relativa das fontes federais; ampliação do conceito de empresa nacional, de modo a envolver as empresas de capital estrangeiro no esforço de capacitação tecnológica do país, inclusive beneficiando-as com incentivos fiscais e de crédito; adequação das leis de incentivo aos investimentos em C&T como resultado da reforma fiscal e tributária; eliminação das barreiras para ampliação da competência técnico-científica instalada no país mediante absorção de cientistas estrangeiros e intensificação dos programas de cooperação e intercâmbio internacional; ampliação da densidade de cientistas, engenheiros e técnicos na força de trabalho e ajustamento da base técnico-científica nacional com maior adequação e comprometimento quanto ao atendimento das demandas e necessidades da sociedade; entre outros (Plano Plurianual do MCT, 1995) (Soffiati, 2011, p. 22 – 23).

Panorama que se agudizou, em 1998, mediante a crise de desvalorização do real frente ao dólar, fator este, que impactou em toda economia nacional ocasionando em cortes orçamentários em todos os setores, inclusive, a política de C&T, reverberando em crise para as universidades que, no mesmo ano, criou a Gratificação de Estimulo à Docência (GED)³⁷, com vistas a estabelecer remuneração mediante a produtividade exercida nas universidades, habilitando os profissionais, em especial, educadores, a subordinação de práticas direcionadas ao capital ao vincular suas atividades laborais não mais em caráter autônomo de exercício profissional, mas, atrelado as exigências capitalistas de ensino.

Assim, no que se refere ao primeiro mandato de FHC (1995-1998) observa-se que as principais mudanças que perpassam ao âmbito das políticas de C&T refere-se segundo Silva e Santana (2019), as aprovações da Lei de Propriedade Industrial (lei nº 9.279/1996); a Lei do

³⁶ Lei nº 9.276. Conferir em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9276.htm

³⁷ Lei nº 9.678/1998, revogado pelo Decreto nº 9.917/2019.

Software (Lei nº 9.609/1998), que assegura ao criador/desenvolvedor do software, a mesma proteção da propriedade intelectual endossada aos autores literários; e em 1998, a criação do Fundo Setorial do Petróleo (CTPETRO), instrumental de financiamento tecnológico da indústria, integrando, assim, projetos atinentes a universidades e o setor industrial.

Este fundo setorial abriu precedentes para, anos mais tarde, já no segundo mandato de FHC (1999-2002), a implementação de novos fundos setoriais (FS) enquanto instituição de desenvolvimento do processo inovativo, desta vez, articulados ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) ao proporcionar financiamentos para a ampliação e modernização das instalações de universidades e centros de pesquisa tecnológica que se associavam a consolidação das condições necessárias para implementação de parcerias público-privada no país (Milanez, 2007).

Demonstrando que “[...] o compromisso fundamental do Estado não é o de realizar dentro de seu aparelho todas as funções demandadas pela sociedade” (Brasil, 1995, p. 61), mas, o de defender as práticas gerenciais ao propor como resolução dos problemas, a redefinição dos eixos público e privado³⁸, evidenciando as contradições existentes e já dialogadas em tópico anterior entre o Brasil real e o legal de nossa CF de 1988, que visa pela coletividade, porém, “na medida em que se registram avanços [...], muitos obstáculos ainda [...] acompanham o processo tardio de conquistas legais para a defesa e efetivação desses direitos” (Maior *et al*, 2018, p. 4).

3.2.2. Políticas na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT)

Conforme observado no tópico anterior, a implementação do PDRAE (1995) promoveu significativas mudanças na administração pública do Estado, período no qual se implementaram leis, decretos, portarias, projetos, entre outros mecanismos jurídicos com vistas a contornar os prescritos constitucionais e promover a consolidação do Estado mínimo nas mais diversas áreas, entre elas a educação superior (Campos e Damasceno, 2020).

³⁸ EC 19/1998 (estabelece normas gerais de licitações e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas, diretas autárquicas e fundacionais da União, Estados e Municípios); a Lei nº 9.637/1998 (Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências); Lei Federal nº 9.790/1999 e Decreto nº 3.100/1999 (Dispõe e regulamenta a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências); e Lei no 10.520/2002 (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências).

Marcos regulatórios promovidos pelo PDRAE (1995), que não se encerraram com o término da gestão presidencial de FHC, mas, evoluíram com a gestão populista do Partido dos Trabalhadores (PT), presidida inicialmente por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), onde, ao contrário do que se esperava, ao tomar posse, foi demarcado pela sustentação dos alicerces neoliberais, balizado entre conquistas da classe trabalhadora e ganhos empresariais ao desenvolver políticas concentradas no ajuste fiscal, pagamento da dívida, estabilidade econômica, e PPP direcionadas prioritariamente aos interesses do mercado (Soffiati, 2011; Thiengo, 2019).

Para Kato (2013), com base em estudos desenvolvidos por Borges Neto (2005), esse cenário representou para o país na época, um atrofiamento da defesa dos interesses da classe proletária, visto a drástica contradição (valorização do capital x equidade social) dos direitos implementados durante a gestão governamental. Para além da adoção de “políticas assistencialistas” que visavam atenuar problemáticas sociais de forma imediata, mas, não os combater a médio e longo prazo (ainda que previstos) em sua essência estrutural, expressa pela questão social, sobretudo, os de cunho econômico direcionados a população mais pobre.

Essas contradições são evidenciadas nas políticas sociais educacionais onde, segundo Thiengo (2019), houve a tentativa na gestão petista de “modernizar a universidade”, “como parte da estrutura necessária para C&T do país, numa subordinação estrita da agenda educacional à agenda de desenvolvimento produtivo” (Kato, 2013, p. 134), incorporando ajustes estruturais e financiamentos aos mais diversos setores, sobretudo, a partir do apoio à pesquisa científica e tecnológica com ênfase nas pesquisas acaudilhadas para o crescimento econômico com foco na valorização financeira, nem sempre destinado ao setor público, ainda que atrelado a este, dos quais podemos destacar:

1. A criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino superior (SINAES) pela Lei nº 10.861/2004, enquanto mecanismo de análise e avaliação de cursos e desempenhos institucionais educacionais de nível superior;
2. A Regulamentação das Parcerias Público-Privada (PPP) entre as Universidades federais e as fundações de direito privado com vistas cooptar recursos para a manutenção das atividades acadêmicas;
3. A consolidação da Lei de inovação Tecnológica³⁹ (Lei nº 10.973/2004) instituindo

³⁹ Segundo os estudos de Matias-Pereira e Kruglianskas (2005) e Rauen (2016), a jurisprudência nasce a partir da inspiração de duas normativas internacionais: (1) a Lei de Inovação francesa (1999), direcionada a realização de PPP com foco no ambiente inovador/tecnológico universitário, e a (2) Bayh-Dole Act norte-americana (1980), com o intuito de assegurar a devida proteção de patentes entre as agências de financiamento de pesquisas, sobretudo, no eixo universitário (tradução livre para fins de entendimento da presente legislação).

normas direcionadas a licitação e contratação das PPP no âmbito da administração pública em todo o aparelho do Estado;

4. A criação da Lei do Bem (lei nº 11.196/2005) expresso como mecanismo jurídico de estímulo a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), destinado a empresas alocadas em todos os setores do país, ampliando a possibilidade de investimentos nesta área, para além do estreitamento de empresas aos setores de fomento à pesquisa como universidades e centros tecnológicos, com vistas a otimização dos estudos a serem desenvolvidos com foco na obtenção dos resultados planejados;
5. A criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) com vistas a promover a reserva de vagas nas instituições públicas e privadas de Ensino Superior do Brasil;
6. A criação de Jurisprudências direcionadas para reformulação da Educação Profissional e Tecnológica (Decreto nº 6.905/2007);
7. Criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que trata da ampliação de isenção fiscal para as instituições de ensino superior privado que disponibilizar em sua rede de ensino bolsas de estudos (25%, 50%, 75% e 100%) do valor das mensalidades;
8. A ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)⁴⁰;
9. O Projeto de Reforma da Educação Superior (PL nº 7.200/2006) que visa situar normas para a educação, para além de revogar a Reforma Universitária vigente⁴¹;
10. A criação da política de Educação superior à distância, em especial com a consolidação da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
11. A Criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Decreto nº 6.096/2007;
12. A Criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo Decreto nº 7.234/2010 que visa ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, entre outros recursos.

Diante do novo desenho educacional imposto as instituições de ensino ao posicionar o Brasil sob o prisma de valorização financeira (Reuni, UAB, Sinaes, Fies, Projeto de Reforma da Educação Superior, Regulamentação das Parcerias Público-Privada (PPP), ProUni, Sisu, entre outros), percebe-se que a maior diferenciação entre a gestão petista e seu

⁴⁰ Criado na gestão de FHC (Lei nº 10.260/2001).

⁴¹ Congelado na Mesa Diretora, desde 2019, segundo dados expressos no portal de tramitação da câmara dos Deputados. Cf. em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?dProposicao=327390>

antecessor (FHC) perpassa pela ampliação universitária de inovação articulada ao formato cooperativo Universidade-Estado-Mercado, ao estabelecer políticas econômicas que produzem mudanças significativas mediante critérios de eficiência em consonância com as necessidades do setor privado mercantil (Kato, 2013;Thiengo, 2019).

O que transportando ao eixo da C&T, pôde ser observado por meio de aparatos jurídicos-legais direcionados ao apoio de pesquisas científicas e tecnológicas, expressas pela Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), para além da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) enquanto representação de uma política de financiamento orientada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), criada em 2003, ainda no primeiro ano de gestão petista, com vistas a promover o incentivo a formação pesquisador-criador, assim, como empreendimentos de maneira competitiva no mercado, nos mais diversos setores, entre eles, a interação universidade-empresa (Brasil, 2004; Brasil, 2005; Kato, 2013; Silva, 2022).

Induzindo ao acirramento do público com o privado, através da consolidação de parcerias na produção dos conhecimentos balizado por modalidades de extração de mais-valia no processo produtivo que fragilizam não apenas a formação profissional dentro das instituições públicas de ensino como, também, metamorfoseiam a política educacional que, neste novo cenário, passa a ser regulamentada por intencionalidades de pesquisas de foco econômico nacional a partir da inovação tecnológica.

Neste interim, com o emergir do segundo mandato de Lula (2007-2010), foi executado, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) criado no primeiro mandato, porém, fortalecido no segundo, dilatando ações estratégicas de expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I); para além de promoção da inovação tecnológica empresarial; execução de pesquisas com foco no mercado; utilização da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social, entre outras coisas (Brasil, 2010).

Para Silva e Santana (2019), este movimento fortaleceu as agências de financiamento, a exemplo da Finep, para além da criação do Programa de modernização da infraestrutura de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) orientado por desígnios da cooperação internacional com foco na criação de empresas inovadoras, sobretudo, aquelas vinculadas à interação universidade-empresa.

Partindo disso, com o termino da gestão de Lula, inicia-se ainda através do partido dos trabalhadores (PT), o Governo presidido por Dilma Rousseff (2011-2016) elevando as políticas concernentes a C&T a um novo patamar ao conduzi-las ao status de

desenvolvimento nacional, originado por novas modalidades de financiamento para a execução destas, com vistas a reduzir as defasagens em comparativo com os índices desenvolvimentistas dos países centrais e incrementar novos recursos provenientes dos fundos setoriais a economia brasileira (Silva e Santana, 2019).

Assim, no ano de 2015, aprova-se pelo Senado, uma nova jurisprudência em benefício da Inovação Tecnológica no país, a Emenda Constitucional (EC) nº 85/2015, alterando dispositivos para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, dentre os quais, os artigos Constitucionais como:

- Art. 23, que passa a proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- Art. 24, que passa a abranger incentivos a educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- Art. 167, que passa a carregar em seu parágrafo 5º a adaptação de recursos entre categorias com vistas a promover atividades de ciência, tecnologia e inovação, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista;
- Art. 200, que passa a incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- Art. 2013, que carrega em seu parágrafo 2º que as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público;
- Art. 2018, que institui a responsabilidade do Estado em promover o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, estimulando e fortalecendo, o processo de inovação nas empresas, bem como nos demais entes, sejam eles públicos ou privados, assim, como a manutenção de parques e polos tecnológicos e demais ambientes promotores da inovação;
- Art. 2019, que visa firmar instrumentos com órgãos e entidades sejam elas públicas ou privadas, para o compartilhamento de recursos humanos, e capacidade instalada para a execução de projetos de pesquisa.

Logo, percebe-se que a utilização da inovação tecnológica, se expressa na dinâmica de acumulação do capital como uma mercadoria estratégica e contraditória para os capitalistas. Estratégica, pois, torna-se capaz de metamorfosear os meios produtivos de

obtenção de valor, através da utilização de mecanismos direcionados a exploração da riqueza socialmente produzida pelos indivíduos, induzidos a partir da expressão social a buscar novas modalidades de sobrevivência no mercado e superação da crise, e contraditória, pelo fato destas “novas modalidades”, serem justamente uma das principais causas de aceleração da crise no mercado (Harvey, 2005).

Reverberando a universidade pública, outrora pautada na elaboração de um saber articulado em conhecimentos, modificações em sua base estrutural como meio de “encaixe” as determinações impostas a lógica neoliberal gerencialista que demonstra pouco (ou nenhum) interesse em resolver as problemáticas estruturais desencadeadas pela reprodução das forças produtivas (Chauí, 2003; 1999), pois, ocupa-se em encontrar exatamente “novas formas” de sobrevivência as crises de financiamento que o próprio sistema ocasiona.

Assim, no ano de 2016, implementa-se o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) enquanto resultante dos diálogos emergentes ao Sistema Nacional de Inovação (SNI), proferidos nos âmbitos dos espaços atinentes tanto das Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara quanto do Senado o que, conseqüentemente, promoveu adulterações em diversas jurisprudências já legitimadas no Brasil⁴², dentre as quais, dialogaremos em maior detalhamento, a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004).

Nesta circunstância, no que se refere as modificações da Lei nº 10.973/2004, verifica-se que o Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), robusteceu diversos pontos concernente a lei já existente, recebendo nesta dissertação, maior destaque aos eixos: (1) ampliação da autonomia de contratação por parte das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), na qual se expandiu suas veemências ao setor privado; (2) a conceituação (para fins de entendimento) do que vem a ser um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), enquanto unidade auxiliar das ICT; e (3) a conceituação sobre as Incubadoras de Empresas (foco de nosso estudo), como se pode demonstrar no quadro a seguir:

⁴² O presente documento altera 9 legislações a saber: (1) a Lei nº 10.973/2004; (2) a Lei nº 6.815/1980; (3) a Lei nº 8.666/1993; (4) a Lei nº 12.462/2011; (5) a Lei nº 8.745/1993; (6) a Lei nº 8.958/1994; (7) a Lei nº 8.010/1990; (8) a Lei nº 8.032/1990; (9) e a Lei nº 12.772/2012, nos termos da Emenda Constitucional (EC) nº 85/2015.

Quadro 7- Alterações relativa aos eixos: ICT, NIT E IE

Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004)	Novo Marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016)
Conceito de Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT)	
Artigo 2º, inciso V – ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.	Artigo 2º, inciso V: Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País , que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.
Conceito de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	
Não Conceitua	Artigo 2º, inciso VI: Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei.
Conceito de Incubadora de Empresa (IE)	
Não Conceitua	Artigo 2º, inciso III: incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação.

Fonte: Autoria Própria (2023), com base nas informações extraídas das jurisprudências Lei nº 10.973/2004 e Lei nº 13.243/2016.

Assim, conforme demonstrado no quadro acima, observa-se que o novo marco legal da ciência, tecnologia e inovação insurge com a possibilidade (no caso, em comparativo com a Lei de Inovação Tecnológica) de trazer nova perspectiva para a pesquisa e inovação tecnológica no Brasil, ao integrar os eixos públicos e privados e reduzir os “pontos críticos” de insegurança jurídica que a lei de inovação outrora proporcionava aos investidores trazendo

maior clareza quanto a operacionalização desta, bem como, o fortalecimento das necessidades de estímulo associado ao segmento produtivo em consonância com os centros de pesquisa (Rauen, 2016; Silva Junior, Kato, Ewerton, 2018).

Nesse sentido, novos incitamentos são assegurados com vistas ao estreitamento dos setores público e privado como: (1) a flexibilidade das fontes de remuneração pelo serviço a ser prestado (firmação de contratos; bolsas de ensino, pesquisa, extensão; financiamento entre os entes parceiros voltados ao processo inovador, entre outros); (2) a desburocratização dos processos de concessão das PPP, ao permitir parcerias sem a abertura de licitação; e (3) a autorização de fornecimento por parte do setor público das instalações para o processo de maturação e desenvolvimento dos empreendimentos em que

Art. 4º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - Compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

II - Permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;

III - Permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do **caput** obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas [...] disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas (Brasil, 2016, online, ênfases nossas).

Esta facilitação, a partir da referida lei, abriu precedentes para a criação de outras estratégias gerenciais orientadas por ações de transferência entre os setores público e privado, em especial, nas universidades, através da possibilidade de criação de seus próprios espaços especializados para o desenvolvimento de parcerias emergindo dentro do setor público educacional diversos espaços empresariais como: Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), Parques Tecnológicos, Polos Tecnológicos, Incubadora de Empresas, entre outros setores (Brasil, 2016).

Desta forma, evidenciamos que o Novo Marco, cuja essência vem se construindo desde a década de 1990, enquanto projeto racionalizado que torna predominante a expansão da mercantilização da educação superior, sobretudo, nas universidades, passa a ocupar um lugar na economia nacional sob hegemonia do capital, que metamorfoseia os direitos sociais

mediante a produção científica e tecnológica do conhecimento, favorecendo o uso de recursos públicos em benefício do setor privado (Silva Junior, Kato e Ewerson, 2018).

Iniciativa que pode ser exemplificada a partir dos Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), criados pela Lei de Inovação e aprimorados pelo Novo Marco como ferramenta “auxiliar a gestão da política de inovação” (Rauen, 2016, p. 23), que executa como alternativa de manutenção e obtenção de valor, a redefinição de categorias, o desencadeamento de patentes, entre outros domínios da produção do conhecimento como matéria-prima desenvolvidas nas áreas voltadas a pesquisas tecnológicas dentro das universidades públicas do país (Brasil, 2016), mediante a busca por autofinanciamento, o que consequentemente, esvazia o sentido coletivo.

Como resultado, vê-se a possibilidade de diminuição gradativa do Estado e entrada do capital financeiro nas instituições de ensino, promovidas por mecanismos de mercantilização dos serviços acadêmicos manifestos por parcerias público-privadas (PPP) que se apoiam nos fundos setoriais, na Lei de Inovação Tecnológica, na Lei do Bem, e no Novo Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação para sua materialidade, ao criar condições objetivas de compra e venda do conhecimento produzido (Silva Junior, 2020).

Reverberando no caso de nosso objeto de estudo, as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT), a possibilidade de expansão dos interesses gerenciais, ao propiciar projetos políticos e econômicos a partir da interação universidade-empresa, que se manifestam, em iniciativas de fomento à inovação tecnológica, com vistas a consolidar articulações e criações voltados ao mundo competitivo do mercado.

3.3. Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica no Brasil: Expansão das IEBT em Universidades públicas da Região Norte

A historicidade das Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica remete-se aos Estados Unidos na década de 1950. Em resposta as múltiplas tentativas de realizar investimentos consolidados na transferência de tecnologias das universidades para o eixo empresarial, sob um contexto de políticas governamentais da época, que tinham por foco o desenvolvimento regional, balizado pela industrialização direcionada ao refinamento produtivo em caráter inovador (Oliveira, 2013; Miranda, 2016).

Contudo, foi apenas na década de 1970 que as incubadoras de empresas foram consagradas como um modelo de parceria público-privada estruturado na maturação dos

produtos em viés competitivo no mercado, ideologias esta, que rapidamente se espalhou por todo cenário mundial⁴³ (Oliveira, 2013; Freire, 2016; Miranda, 2016).

Assim, em 1984, se implantou no Brasil a primeira incubadora de empresas através da Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (PARQTEC) em parceria com a Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo. Tal incubadora era composta por quatro empresas em suas instalações a época (Oliveira, 2013; Miranda, 2016; Freire, 2016; Silva, 2019).

Esse cenário rapidamente se alastrou a outras localidades como: Campina Grande, Manaus, Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, Paraíba, Santa Catarina, entre outras, sobretudo, com o emergir da década de 1990, quando as incubadoras de empresas balizadas e fortalecidas, já pelos ditames neoliberais em solo nacional, passam a ocasionar em maior potência, mudanças estruturais com foco na eficiência relacionadas a competitividade do mercado seja ele nacional como também internacional (Oliveira, 2013; Miranda, 2016).

Para Silva *et al.* (2021), essa circunstância metamorfoseava as instituições a um novo patamar, sobretudo, as interligadas a educação superior, visto que, no romper da década de 1990 para 2000 já existiam, no país, cerca de 100 incubadoras de empresas. Segundo os autores, estas unidades se concentravam em sua grande maioria dentro das universidades levando-as a assumir um caráter desenvolvimentista híbrido. Isso, porque uniam os ambientes existentes entre o conhecimento acadêmico-científico e a aplicação empresarial na esfera de transferência de tecnologias com foco no mercado.

Todavia, é importante salientar que apesar da expansão gradativa das incubadoras de empresas no Brasil seguirem um fluxo que se remete desde à década de 1980, sua atribuição e competência jurídica, somente foi estipulada em 2004 com a consolidação da política de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004) em que

Art. 3º-B. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes (Brasil, 2004, online, ênfases nossas).

⁴³ Inglaterra (1970), Alemanha (1980), Itália (1980), Espanha (1980), Japão (1980), China (1980), França (1990), entre outros países. (Oliveira, 2013; Freire, 2016; Miranda, 2016).

Silva *et al.* (2021) denomina de terceira missão para as universidades sendo a articulação de todas as atividades relacionados ao incremento do uso de conhecimentos, capacidades e recursos universitários fora do ambiente acadêmico de ensino superior, ou seja, as parcerias público-privada que promovem o acirramento do eixo público as atividades de cunho empresarial.

Partindo disso, segundo os estudos desenvolvidos por Ribeiro e Andrade (2006), a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e o MCTI-InovaData-Br⁴⁴, até o momento deste escrito (2023), existiam na atualidade mais de 404 incubadoras de empresas ativas espalhadas em todo Brasil, cuja missão se pauta em estimular novas empresas através da “aglomeração do conhecimento e do compartilhamento de recursos” (Azevedo e Teixeira, 2016, p. 9) nos mais diversos eixos como universidades, centros de pesquisas, tecnológico, industrial, entre outros (ANPROTEC, 2021; Faria *et al.*, 2021).

Oferecendo arranjos interinstitucionais que articulam a tríplice hélice sob um viés político estatal de estímulo ao desenvolvimento econômico local e regional e que, por sua vez, se dividem, segundo dados concernentes a ANPROTEC (2012), em três tipos de atuação e incorporação que são:

1. **Incubadora de Empresas Tradicionais:** composta por empresas ligadas aos setores da economia, não estabelecendo prioridade a vínculos do meio universitário;
2. **Incubadora de Empresas Mistas:** caracterizadas por gerir, abrigar e desenvolver empresas tanto de base tecnológica como tradicionais e que, por sua vez, não apresentam restrições quanto a atividade a ser desenvolvida, englobando, assim, as mais distintas empresas dos mais distintos ramos como incubadoras culturais, agroindustriais, cooperativas, entre outras;
3. **Incubadora de Empresas de Base Tecnológica** (foco de nosso processo investigativo), constituídas por empresas de cunho tecnológico, localizadas preferencialmente dentro das IES, centros de pesquisas e universidades aproveitando de mão-de-obra especializada e de maneira oportuna, incentivando o “espírito empreendedor” a alunos e pesquisadores envolvidos.

Desta forma, as incubadoras de empresa, em especial, as de base tecnológica, emergem enquanto instrumento que se vincula a existência de uma “organização central”, ou seja, um ente “maior” responsável e organizador que alimenta os novos empreendimentos em

⁴⁴ O InovaData-BR, é uma plataforma com fins de acompanhamento dos Parques Tecnológicos do Brasil e de suas empresas e organizações residentes. Conferir em: <https://www.inovadatabr.com.br/about-page>.

seus anos iniciais de vida e maturação junto ao mercado (Oliveira, 2013).

Esses elos incubados são organizados em quatro eixos utilitários de estímulo, a saber: (1) o desenvolvimento econômico; (2) a comercialização de tecnologia; (3) o incremento de propriedades intelectual; e (4) o empreendedorismo com foco na expansão gerencial (Oliveira, 2013; Silva, 2019).

Assim, as incubadoras de empresa proporcionam serviços que favorecem o empreendedorismo para além do incremento de produtos e/ou processos de cunho científico-tecnológico, cujo diferencial perpassa pela busca de inovação e materialização da política de ciência e tecnologia para a região na qual a incubadora encontra-se inserida. Nesse sentido, apoia estratégias desenvolvimentistas embasadas por padrões de organização e vantagem competitiva que transforma os conhecimentos acadêmicos em serviços comercializáveis (Miranda, 2016; Silva 2019).

Estabelecendo vínculos que convergem tanto com os interesses das partes interessadas (agentes governamentais, financeiros, empresários, instituições de ensino, entre outros) quanto com o ambiente ao qual o empreendimento será implantado, para a aplicação das ideias “ditas” inovadoras, e que por sua vez, segundo Medeiros (1992), através dos escritos de Oliveira (2013), necessitam estar ancorados a critérios de relevância específicos que variam do mínimo (viabilidade técnica, humana e comercial das propostas) ao desejado (instalações adequadas e aproximadas aos centros de pesquisa) para que ocorra um bom funcionamento de uma incubadora de empresas, sobretudo, as caracterizadas como tecnológica.

Neste sentido, segundo os estudos do Relatório Executivo de Empreendedorismo do Brasil (2019), a grande maioria das incubadoras de empresas existentes atrelam-se a algum tipo de Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), dizeres estes, que se reforçam com os apontamentos de Costa (2022), ao afirmar que as universidades são um dos principais centros de pesquisas a desenvolver incubadoras e parques tecnológicos no Brasil.

Esse raciocínio se confirma por Silva *et al.* (2021), ao nos elucidar - em seu texto sobre a “Análise das incubadoras universitárias na estrutura organizacional das instituições de ensino superior do Brasil” - que a abrangência das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT), nas instituições de ensino, estão em sua predominância nas universidades⁴⁵, o que tem aproximado a academia e o setor produtivo em uma espiral

⁴⁵ Segundo informações contidas no Censo da Educação Superior no Brasil (2023), em relação as universidades públicas, existem atualmente, 113 instituições de ensino (68 universidades federais; 40 universidades estaduais; e 5 universidades municipais).

transformadora dos espaços envolvidos.

Essa transformação se demonstra por dois estudos distintos, porém, complementares, sobre a evolução do processo de expansão das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica no Brasil. O mapeamento de Azevedo *et al.* (2016), onde foram localizados à época, 84 incubadoras universitárias (públicas e privadas), das quais, sua grande maioria se concentrava nas regiões Nordeste e Sudeste (22 e 26 incubadoras respectivamente), destacando a região Norte (13 incubadoras) como uma das regiões à época, de menor concentração por apresentar dois estados (Acre e Amapá) com nenhuma incubadora.

E, Silva *et al.* (2021), cujo mapeamento, anos mais tarde, foi além ao “garimpar” informações em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) federais do Brasil (UF, IF, CEFET), o que culminou em uma totalidade de 94 Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica (IEBT), com maior concentração na região Nordeste (28 IEBT), seguido da região Centro-Oeste (28 IEBT) e o Sudeste com a menor concentração de incubadoras de empresas no país (11 IEBT).

No entanto, ao nos debruçarmos apenas ao recorte das universidades públicas perceberemos que, das 94 Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica catalogadas por Silva *et al.* (2021)⁴⁶, 68 são universidades federais, e destas, 58 continham Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, distribuídas da seguinte forma: 19 na região nordeste; 18 na região centro-oeste; 9 na região sul do país, 6 na região sudeste; e 6 concentradas na região norte; conforme se ilustra na tabela a seguir:

Tabela 1 – Quantitativo de IEBT nas Universidades Federais do Brasil

Região	Universidades Federais	Incubadora de Empresas Vinculadas
Norte	10	6
Nordeste	20	19
Centro – Oeste	19	18
Sudeste	8	6
Sul	11	9
Total	68	58

Fonte: Autoria Própria (2023), com base em Silva *et al.* (2021, p. 18).

Diante do exposto, observa-se que todas as regiões que concentram incubadoras de empresas, alocadas nas universidades federais, seguem uma proximidade com o quantitativo das instituições de cada região. Demonstrando que o fenômeno das IEBT, cuja dinâmica associa-se a interação universidade-empresa, tem se intensificado de forma massiva no Brasil,

⁴⁶Estudo mais recente sobre o mapeamento das IEBTs no Brasil.

repercutindo no aceleração da diversificação institucional e, conseqüentemente, expansão das parcerias público-privada através da flexibilização dos serviços acadêmicos.

Movimento que se repete e atualiza quando comparado ao recorte da região Norte⁴⁷, uma vez que, a expansão das PPP através das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica dentro das universidades, ainda que pouco publicizado pelos autores supracitados, seguem em tendência crescente a cada ano, reverberando não apenas as IES federais como demonstrado por Azevedo *et al.* (2016) e Silva *et al.* (2021), mas, também, as IES estaduais, visto que, “as universidades públicas vêm realizando uma série de atividades [...] especialmente, a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão ao mercado” (Chaves, 2009, p. 320).

Balizando argumentações de superação da crise que se utilizam a partir de jurisprudências regulamentadas dos serviços públicos, como é o caso dos conhecimentos produzidos nas universidades para acumulação de lucro, cuja aplicação da ciência direcionada a produção imediata determina e solicita os interesses do mercado, principalmente, quando se voltam a lógica de implementação de parcerias público-privada manifestas pela consolidação dos programas de incubação de empresas (Miranda, 2016).

Desta forma, no que se refere ao mapeamento das parcerias público-privada, pela consolidação de IEBT dentro das universidades públicas na região Norte do Brasil, verificou-se, em um primeiro momento, que existem na atualidade 15 universidades públicas distribuídas pelos 7 (sete) estados que compõem a região, sendo 5 universidades estaduais (12,5% do quantitativo de UE catalogado pelo mais recente censo da educação superior no Brasil), e 10 universidades federais (14,71% da totalidade nacional de UF) como se pode demonstrar no quadro a seguir:

Quadro 8 – Universidades Públicas da Região Norte catalogados por Estado

UNIVERSIDADE FEDERAL (UF)	UNIVERSIDADE ESTADUAL (UE)
Estado do Pará (PA)	
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Universidade do Estado do Pará (UEPA)

⁴⁷ Realizado pela autora em maio de 2023. A priori foram levantadas todas as universidades públicas da região, separadas por estado e tipo de instituição (federal ou estadual), elaboradas por ferramenta *google*, utilizando as palavras de filtro “universidade pública estadual ou federal + estado”; e “universidade pública estadual ou federal + incubadora de empresas”. Posteriormente, realizou-se novas buscas nos respectivos sites de cada universidade coletada, afim de confirmar a veracidade das informações apuradas em busca anterior. É importante salientar, que foram consideradas apenas as incubadoras de empresas de base tecnológica pertencentes à universidades públicas, desconsiderando institutos federais e centros de pesquisa tecnológico de qualquer natureza.

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	
Estado do Amazonas (AM)	
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Estado do Acre (AC)	
Universidade Federal do Acre (UFAC)	-
Estado de Roraima (RR)	
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Universidade Estadual de Roraima (UERR)
Estado de Rondônia (RO)	
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	-
Estado do Amapá (AP)	
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Universidade Estadual do Amapá (UEAP)
Estado do Tocantins (TO)	
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
TOTAL: 15 UNIVERSIDADES	

Fonte: Autoria Própria (2023).

Deste universo, 11 universidades públicas são mantenedoras de incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (73,33% da totalidade de universidades públicas na região Norte). Sendo deste recorte, o estado do Pará a localidade que possui o maior quantitativo tanto no percentual de universidades (33,33% da totalidade da Região Norte) quanto de IEBT mantido por elas (45,45% do quantitativo da região Norte) apresentando, em contrapartida, os estados do Acre e Amapá com nenhuma Incubadora de Empresa de Base Tecnológica situada em suas universidades, coadunando com a realidade expressa anos atrás por Azevedo *et al.* (2016), sobre os referidos estados⁴⁸.

⁴⁸ Os respectivos Estados abrigam Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica (IEBT), apenas em seus Institutos Federais (IF).

Tabela 2 – IEBT pertencente as Universidades Públicas da Região Norte do País

Estado da Região Norte	Nº de Universidades Públicas (UF e UE)	Nº de IEBT nas Universidades (UF e EU)
Amazonas	2	2
Pará	5	5
Acre	1	0
Roraima	2	1
Rondônia	1	1
Amapá	2	0
Tocantins	2	2
Total	15	11

Fonte: Autoria Própria (2023).

Neste contexto, observa-se que a implementação das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica dentro dos espaços públicos, tornou-se um fenômeno predominante nas universidades na região Norte. Onde, o surgimento das incubadoras de empresas, segundo Freire (2016), se pauta na premissa de possibilidade de compartilhamento de saberes, que oferecem oportunidades de interesse gerencial, potencializado pelo papel da educação enquanto instrumento crucial para consolidação dos novos modelos de desenvolvimento econômico local e/ou regional.

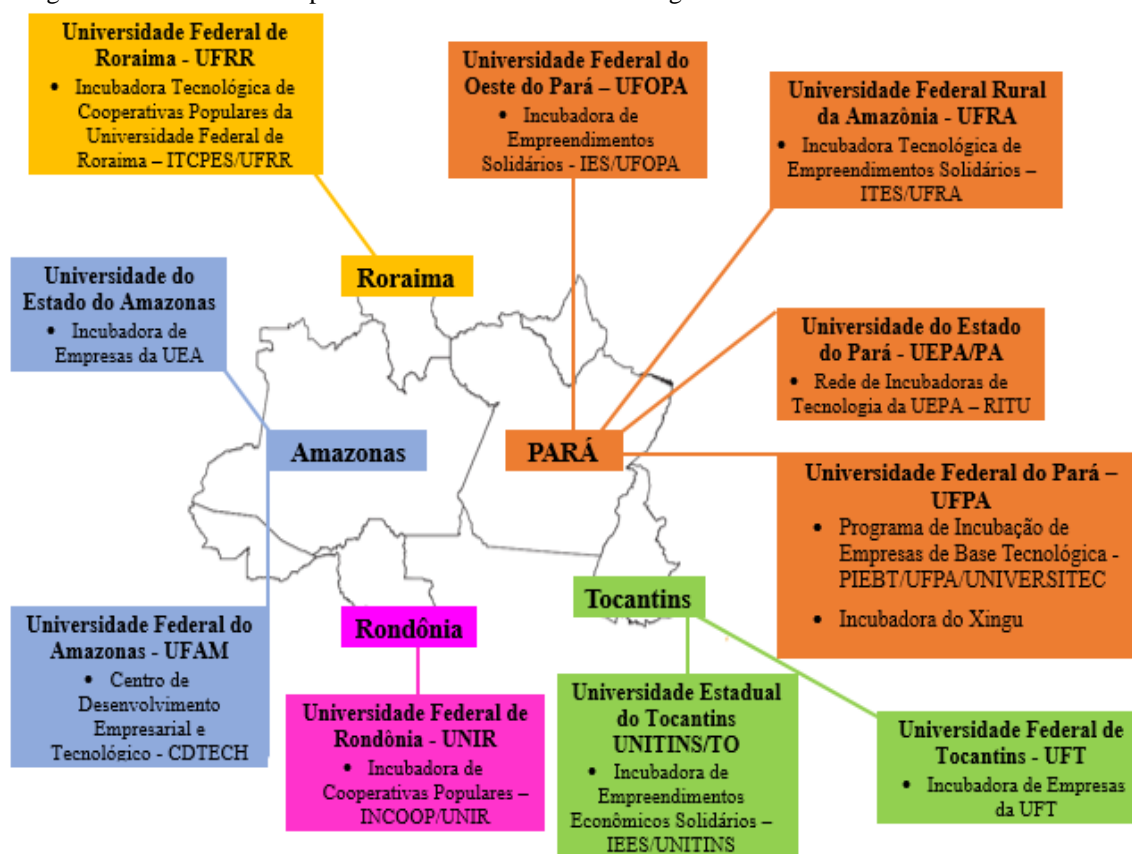
Como consequência, as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica nas universidades públicas emergem como manifestação dos jogos de interesses que dialogam para atendimento das demandas do mercado, estabelecendo vínculo entre o programa de incubação e a universidade que a desenvolve, onde, “as incubadoras geralmente funcionam como programas desenvolvidos, podendo passar a funcionar como unidades ou subunidades consolidadas dentro da estrutura da instituição mantenedora” (Oliveira, 2013, p. 36).

Assim, no que diz respeito as IEBT mantidas por universidades públicas na região Norte, constatou-se mediante mapeamento, que os estados do Amazonas e Tocantins apresentam incubadoras de empresas em todas as suas universidades públicas. Já os estados de Roraima e Rondônia apenas nas universidades federais.

O estado do Pará, em 4 das 5 universidades públicas - 3 federais e 1 estadual⁴⁹ -, sendo a UFPA, a única universidade que oferece 2 unidades de IEBT: (1) a incubadora do Xingu - localizada na cidade de Altamira-PA - e (2) o PIEBT (nosso objeto de estudo) - localizado na cidade de Belém, como se ilustra a seguir:

⁴⁹ No estado do Pará, no que concerne as Universidades públicas catalogadas em nosso estudo (2023), a UNIFESSPA é a única universidade pública do estado a não possuir nenhuma IEBT.

Figura 3 – IEBT mantidas por Universidades Públicas na Região Norte



Fonte: Autoria própria (2023).

Diante do exposto, percebe-se que, se outrora o estado do Pará esboçava um papel indireto de facilitador do desenvolvimento regional, após a neoliberalização do país (em especial, com a promulgação da Lei de Inovação Tecnológica), ele passou a ser um incentivador direto, pautado em discursos transformativos da necessidade de espaços voltados ao empreendedorismo, acaudilhados pela anuência dos organismos internacionais (sobretudo, a OCDE), onde os reformistas neoliberais vislumbram a possibilidade de uso e exploração dos recursos naturais existentes em caráter comercializável, principalmente, na região amazônica (Costa, 2022).

Com isso, evidenciamos que estamos diante de uma crise contemporânea de amplas proporções que transforma os eixos de C&T pensados inicialmente sob nosso entendimento, como um mecanismo de produção do conhecimento coletivo, a uma prerrogativa de defesa da privatização do eixo público, que se apropria da riqueza produzida nos espaços sociais da Universidade, em caráter particularista e, em impossibilidade destas, o direciona a abertura de parcerias público-privada como forma de superação dos problemas econômicos vigentes na busca por alternativas de autofinanciamento.

Problemas estes, que transcendem ao âmbito da educação superior e atinge a sociedade como um todo, ao mercantilizar a política institucional na universidade em face de novas conjunturas de divisão do trabalho acadêmico (Silva Junior, 2020) que se reverte em enorme vantagem ao setor privado mercantil, com destaque para o empresariado.

Assim, compreendemos que a materialidade dos modelos econômicos perpassam por um conjunto de reformas orientadas para o desenvolvimento identitário acadêmico-institucional, induzido por desenhos políticos organizativos de gestão, que comercializam as informações através da criação de espaços de transferência tecnológica, tal como ocorre com as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, convertendo assim, a um fator central da estratégia gerencial que busca explorar potencialidades de extração dos resultados gerenciais dentro das universidades (Kato, 2013; Miranda, 2016, Silva 2019).

4. O PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (PIEBT): Interface com a Parceria Público-Privada na UFPA

Como mencionado anteriormente (capítulos 1 e 2), em nossa linha de entendimento, o ideário expresso pelos reformistas neoliberais, com participação dos Organismos Internacionais, insere-se em uma concepção de sustentação da hegemonia da classe burguesa que se fundamenta no entendimento de que a função a ser desempenhado, em especial, pelo setor educacional, deve alinhar-se ao perfil mercadológico.

Dessa forma, essa ideologia influenciou e coadunou para o surgimento das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) dentro das universidades públicas brasileiras enquanto representação do funcionamento do tríplice hélice, que coloca os movimentos governamentais a apostar em ambientes que possibilitem impulsionar negócios, a partir da interação universidade-empresa.

Esse processo é balizado por normas e jurisprudências, como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica e o Novo Marco da Ciência e Tecnologia como porta de acesso a incentivos nos mais variados ambientes produtivos do país.

Neste interim, temos por intuito neste capítulo, analisar na interface com as parcerias público-privada como vem sendo implementado o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) executado pela UNIVERSITEC, na UFPA. Para tanto, realizamos estudo teórico e documental (Relatórios de Gestão da UFPA e Relatórios de Atividades da UNIVERSITEC), no período investigativo de 2016 a 2022.

4.1. UFPA e o Núcleo de Inovação Tecnológica: Focalizando a UNIVERSITEC

A Universidade Federal do Pará (UFPA), criada em 1957, sob o caráter de instituição social, se expressa como autarquia pública de ensino superior, vinculada ao MEC. Cujas incumbências pautam-se, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI⁵⁰), em promover estímulos a novos conhecimentos, tecnologias e inovações com base no tripé formativo (ensino, pesquisa e extensão), que busca constante atualização de saberes com foco no desenvolvimento regional, articulado a sociedade.

Nisto, com base na Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), no ano de 2009, funda-se o NIT: Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC), localizada no

⁵⁰ 2016-2025

setor profissional⁵¹ sob um prédio de 832 m², enquanto órgão suplementar da administração superior da UFPA, pela Resolução nº 662/2009, Anexo 1.7 do Conselho Superior Universitário (CONSUN), carregando como missão, a promoção e aplicação do conhecimento tecnológico, bem como, o empreendedorismo em prol da competitividade e desenvolvimento sustentável da Amazônia (UFPA-UNIVERSITEC, Online; Oliveira, 2013).

Esta competitividade ocorre com a produção e divulgação de patentes nacionais e internacionais, das quais, a UFPA é titular ou co-titular. Atribuindo ao Núcleo de Inovação Tecnológico, o papel de articulador dos processos de convênios de pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia na instituição, com natureza tripartite (UFPA/FADESP⁵²/Financiador), que se orienta a partir de parcerias público-privada com foco no desenvolvimento de produtos e serviços que resultem na consolidação, e consequente, transferência de tecnologias (UFPA-UNIVERSITEC, 2023).

Neste sentido, expectativas foram cunhadas em torno dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), em especial, a Agência de Inovação Tecnológica da UFPA (UNIVERSITEC) ao vislumbrar parcerias público-privada para a instituição de ensino, as quais, deveriam ser voltadas a área da pesquisa, do desenvolvimento de estudos focalizados e da inovação tecnológica entre a UFPA e os setores parceiros de forma competitiva, com vistas ao crescimento econômico quer no mercado local quer no cenário regional.

Mostrando que a nova concepção de Universidade, outrora cunhada sob um viés característico de Função Social, tende a transformar-se no que Chauí (2003) vai denominar de universidade operacional ou organização social, constituída sob o prisma de existência comercial, mediatizado por estratégias de eficiência e competição entre si com as demais instituições que se orientam por um sistema do capital, que se nutre e apropria da produção do conhecimento das universidades com foco não na democratização do ensino, mas, na acumulação de lucro, onde

A UFPA estreita suas relações com o meio empresarial principalmente por meio da atuação de sua Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC),

⁵¹ A Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, Campus do Guamá, localizado na Cidade de Belém (campi sede), atualmente é composto/subdividido por 4 setores distintos a saber: (1) o Setor Básico – Campus I; (2) o Setor Profissional – Campus II; (3) o Setor da Saúde – Campus III; e (4) o Setor Esportivo – Campus IV. Conf. Em: <https://prefeitura.ufpa.br/index.php/mapas>

⁵² A Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) foi instituída na Universidade Federal do Pará, no ano de 1976, através da Resolução nº 370, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), da UFPA, e expressa-se enquanto instituição privada autônoma sem fins lucrativos que se nutre e mantém dentro dos limites territoriais da universidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa no Estado do Pará, através da intermediação de parcerias público-privada para a execução de estudos e projeto que, em contrapartida, reverberam a UFPA, a captação de recursos próprios para o suprimento de suas despesas fixas e aleatórias na instituição (UFPA-PDI, 2016-2025; Chaves, 2005).

que vem desenvolvendo trabalhos coordenados de incentivo à interação com empresas para a realização de pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos de inovação tecnológica, para atender às demandas regional, nacional e global com foco no desenvolvimento sustentável (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 49, ênfase nossa).

Logo, a UNIVERSITEC, executa enquanto serviços: (1) a proteção da propriedade intelectual; (2) o empreendedorismo através da incubação das empresas; (3) a transferência de tecnologia; e (4) a realização de parcerias com o setor empresarial.

Tendo como objetivos,

- Gerenciar a Política de Inovação Tecnológica da UFPA;
- Fomentar no âmbito da Universidade projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, voltados para os diversos setores da sociedade;
- Promover a disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da propriedade intelectual, nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular a cooperação com entidades representativas da sociedade civil, empresas e órgãos públicos, dar apoio técnico na preparação de projetos cooperativos e em acordos entre a Universidade e seus parceiros;
- **Articular, incentivar e coordenar as ações das Incubadoras de Base Tecnológica e aqueles referentes ao Parque de Ciência e Tecnologia da UFPA e de outros ambientes de apoio à inovação** (UFPA-UNIVERSITEC, online, ênfases nossas).

Neste sentido, percebe-se que o NIT passa a ser considerado um núcleo primordial para a produção do conhecimento mercantilizado que articulada a tecnologia sob viés inovador nas universidades, neste caso, a UFPA.

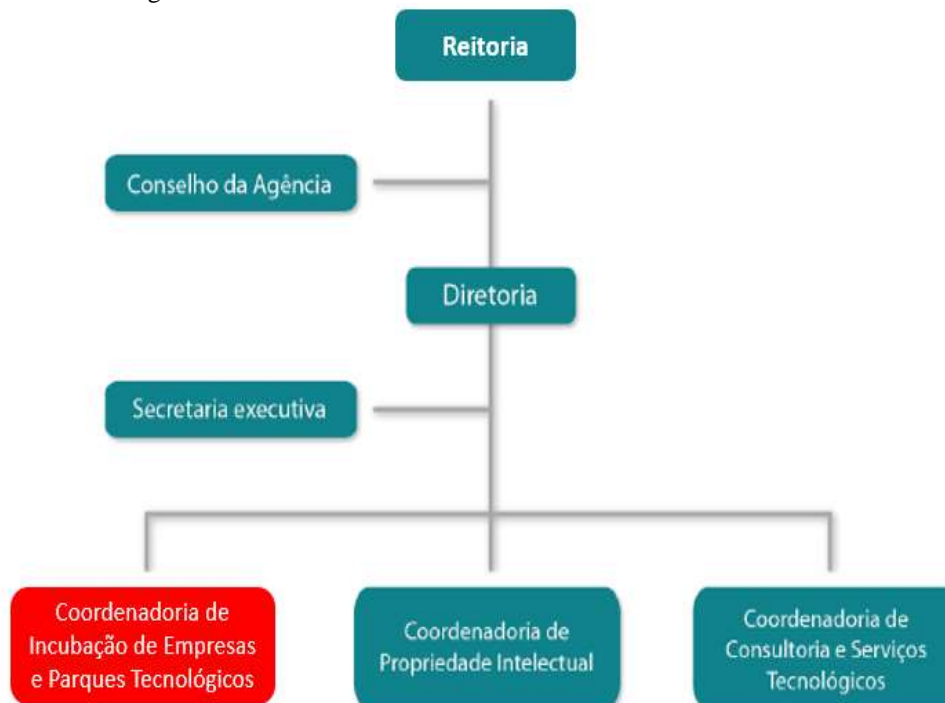
Voltado a formação de mão de obra especializada no atendimento das demandas produtivas, que neste novo cenário, condiciona-se ao uso cooperativo dos espaços educacionais, como laboratórios, instrumentos, equipamentos, materiais, instalações físicas, recurso humano disponível, entre outros meios financiados com dinheiro público em benefícios de interesses lucrativos (Kato, 2013).

Apresentando por estrutura organizacional: (1) a Reitoria, expressa como órgão executivo superior da universidade; (2) o Conselho; (3) a Diretoria; (4) a Secretaria Executiva; e (5) as Coordenadorias, atualmente, compostas por três, a saber: a Coordenadoria de propriedade intelectual⁵³; a Coordenadoria de Consultoria e Serviços Tecnológicos⁵⁴; e a

⁵³ Segundo dados obtidos pelo site da UNIVERSITEC, compete a Coordenadoria de Propriedade Intelectual, consolidar a política de propriedade intelectual com foco na especificidade regional disseminando a cultura de proteção ao conhecimento na UFPA mediante proteção jurídica junto aos órgãos competentes nacionais e internacionais, avaliando e classificando os resultados obtidos pelas atividades e projetos de pesquisa com vista a promover o gerenciamento da transferência de tecnologia.

Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos, o qual encontra-se lotado nosso objeto de estudo. Tal como é possível ilustrar na figura a seguir:

Figura 4 – Estrutura Organizacional e Administrativa da UNIVERSITEC



Fonte: Autoria Própria, adaptada com vistas a dar destaque a unidade de coordenadoria de incubação de empresas e parques tecnológicos a partir do organograma contido no Relatório da UNIVERSITEC (2023, p. 10).

Assim, a Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos visa, por meio de sua competência básica, o favorecimento do recurso humano voltado ao processo de incubação de empresas, contribuindo para a formação empreendedora com vistas a geração de empregos e, conseqüente, desenvolvimento econômico local e regional, pautado mediante à inovação tecnológica (UFPA- UNIVERSITEC, Online).

Tendo o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), enquanto revelação de uma das faces das parcerias público-privada na Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo objetivo se pauta na promoção de incentivos aos serviços de proteção da propriedade intelectual e empreendedorismo, por meio da incubação das empresas enquanto interação universidade-empresa (UFPA-UNIVERSITEC, 2022) e que observaremos, de forma mais detalhada, no tópico a seguir.

⁵⁴ Segundo dados obtidos pelo site da UNIVERSITEC, compete a Coordenadoria de Consultorias e Serviços Tecnológicos, a execução de serviços que assegurem a articulação direta do eixo público (universidade, neste caso, a UFPA, materializado por grupos de pesquisas, projetos, laboratórios, entre outras coisas) e o setor privado (empresas), mediante a interlocução dos serviços de consultoria tecnológica nos mais diversos setores econômicos produtivos, sobretudo, no eixo da área industrial promovendo, assim, o intercâmbio necessário para maturação e engajamento de mercado destes empreendimentos com os diversos segmentos produzidos através das pesquisa desenvolvidas na universidade.

4.2. O Programa de Incubação de Base Tecnológica (PIEBT) na UFPA: Aproximações e evidências sobre o objeto

O Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), criado em 1995⁵⁵, enquanto unidade desenvolvida pela Agência de Inovação Tecnológica da UFPA (UNIVERSITEC), trata-se de uma iniciativa voltada para a criação de novas empresas por meio da capacitação e formação de empresários-empresendedores na Amazônia, com vistas a promover, crescer e utilizar serviços de base tecnológica especializados para concepção, amadurecimento, posicionamento e/ou reposicionamento destes empreendimentos no mercado (Silva *et al.*, 2019; UFPA-UNIVERSITEC, 2022; UFPA-PDI, 2016-2025).

Partindo disso,

A UFPA, atuando ou buscando atuar como uma das “hélices” deu início, em 1991, a uma série de ações voltadas a contribuir com a promoção do desenvolvimento da indústria regional. E, em parceria com a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FADESP) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), elaboraram estudos e planos, sob o nome de Programa de Desenvolvimento de Parques Tecnológicos na Amazônia, que fora elaborado a partir da Política de Parques Tecnológicos para a Amazônia (FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, 1992), que, dentre os subprogramas, constava o Subprograma de Infraestrutura de Parques Tecnológicos – Projeto de construção de um galpão para incubação de empresas de base tecnológica (Oliveira, 2013. p. 14, ênfase da autora).

Galpão este que, estruturalmente, ainda segundo Oliveira (2013), deveria ser subdividido em diversos módulos nucleares onde cada espaço seria ocupado por um empreendimento diferente e, juntos, articulariam a produção do conhecimento sob diferentes esferas afim de se potencializar a médio e longo prazo o desenvolvimento econômico local e regional aliado a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Desta feita, compreendemos que a finalidade do PIEBT, nasce com o intuito de oferecer múltiplos serviços a micro e pequenas empresas em estágios iniciais no mercado, a partir da integração universidade-empresa, articulado a parcerias público-privada em um viés de inovação tecnológica, que se utilizaria não somente de terreno e infraestrutura para que o empreendimento pudesse se desenvolver, mas, também, equipamentos e recurso humano que somente a universidade possuía.

⁵⁵ Segundo Silva *et al.* (2019), o PIEBT/UFPA foi criado em 1995. E desde então, manifesta-se no cenário empreendedor como referência ao movimento de incubação de empresas na região Norte, operando na UFPA, enquanto reflexo de uma das faces das parcerias público-privada que emerge com a articulação das entidades: SUDAM; FINEP; UFPA; e FADESP, sendo esta última, até então, responsável direta pela gestão financeira dos contratos e convênios materializados pela Incubadora na universidade.

Contudo, em 2009, o PIEBT incorpora-se estruturalmente ao Serviço de Propriedade Intelectual, instituindo assim, a UFPA, à Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC), levando a atividade de incubação de empresas a ser desenvolvida por meio da coordenação de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos da unidade (UFPA-UNIVERSITEC, Online)

Fusão esta, que Segundo Oliveira (2013), direcionou o programa de incubação de empresas de base tecnológica a receber destaque na instituição e região, por se definir em um espaço criado para estimular, gerar, desenvolver e conduzir novos empreendimentos sob um caráter inovador, para além de possibilitar a UFPA o cumprimento das recomendações expressas pelo PDI (2016-2025) no que tange ao estreitamento das relações com o setor empresarial, ao salientar que

A UFPA precisa estreitar o relacionamento com os empresários com vistas a evidenciar a importância do conhecimento para o crescimento e sustentabilidade da empresa ao longo dos anos. Para isso, **é necessário um maior contato dos empresários com os pesquisadores da UFPA para que assim possam ser fortalecidos contratos e convênios** que irão gerar novas oportunidades de empregos, maior eficiência das empresas e maior formação e divulgação do conhecimento (UFPA-PDI, 2016-2025, p. 27, ênfase nossas).

Desta forma,

Art. 24. São objetivos fundamentais do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) da UFPA:

- I – Apoiar a criação e a consolidação de empreendimentos competitivos baseados em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II – Difundir a cultura empreendedora e contribuir para a formação de empreendedores no âmbito da UFPA;
- III – difundir a cultura da propriedade intelectual;
- IV – Disseminar e transferir conhecimentos e competências gerados na UFPA (UFPA – Resolução nº 734, CONSUN, de 17.12.2014, p. 12).

Logo, com base nos objetivos fundamentais do PIEBT, percebe-se que a difusão da cultura empreendedora e a propriedade intelectual como suporte ao desenvolvimento de incubação encontram-se estritamente articulado sob um viés que se legitima, não apenas por atividades internas incentivadas pela Lei de Inovação Tecnológica e Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas, como um processo gradual que se vislumbra a partir da incubação de empresas enquanto ápice de interação entre universidade e a indústria.

Interação que nos chama atenção pelo enunciado “difundir/disseminar” (propagar, divulgar, espalhar), repetitivo, que se destaca em 3 dos 4 eixos dos objetivos expressos pelo PIEBT, nos levando a compreender que o foco de cooptação de empreendedores baseia-se no ideário de empreendedorismo sob o neoliberalismo, que se associa “[...] à propriedade do

negócio, do indivíduo que sonha e pode ser, um dia, o dono da sua própria empresa” (Costa, 2022, p. 47), ou seja, na “venda” da consciência de classe dos indivíduos pela ilusão do sonho capitalista de um dia, se tiver o “direcionamento certo”, ascender de empregado para empregador, detentor dos meios de produção e postos de trabalho.

Conotando a mercadoria produzida pelo processo de incubação à um status econômico que se desempenha pela representação do valor de uso que satisfaz apenas o indivíduo que a idealiza, repercutindo ao valor de troca, uma consequência do primeiro enquanto relação direta que, para Marx (2014), se refletiria a um fetichismo da mercadoria, marcado por uma base ilusória que o precede, intencionado pela dissimulação dos produtos do trabalho que se transformam em mercadoria.

Assim, no que se refere à relação dos produtos ofertados pelo PIEBT percebe-se, segundo informações contidas no site da UNIVERSITEC e relatórios concernentes as atividades da unidade (2016-2022) que estes se resumem, prioritariamente, ao processo de incubação de empresas. Processo este, que ao longo de sua trajetória na instituição, já apoiou mais de 105 empresas/empreendimentos incubados⁵⁶ para além de inúmeras atividades como: cursos, palestras e consultorias voltadas a capacitação do empresário-empendedor, etc.

Emergente de um ideário que se metamorfoseia a médio e longo prazo com vistas a obter um negócio gerencial rentável no mercado. Utilizando insumos que podem chegar ao PIEBT em múltiplos estágios de desenvolvimento como: uma ideia, uma pesquisa proveniente de estudos sobre o insumo ou um produto empresarial já consolidado, porém, sem base fortalecida (Oliveira, 2013).

Obedecendo a critérios de elegibilidade como: (1) o perfil do participante interessado (pessoa física externa ou interna à UFPA como docentes, técnicos e discentes; ou pessoa jurídica como Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) ou Empresas); (2) à natureza dos empreendimentos (nacionalidade brasileira); (3) a ausência de impedimentos para a

⁵⁶ Apesar do Site da UNIVERSITEC constar a informação de “mais de 50 empresas [...] apoiadas pela UFPA” (UFPA-UNIVERSITEC, Online, n. p) evidenciou-se, durante a coleta de dados para a escrita deste estudo, que este valor não se aproxima do quantitativo real de empresas incubadas nos seus mais de 27 anos de existência, visto que, a publicação de dados concernentes as atividades executadas pelo PIEBT, apenas ocorreram em 2016, com a publicação do 1º Relatório de Atividades da UNIVERSITEC, referente ao exercício de 2015, publicado na “aba Relatórios” (<https://UNIVERSITEC.ufpa.br/relatorios/>). Contudo, anos antes, mais precisamente em 2013, a pesquisadora Iara Neves Oliveira (atual Coordenadora da Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos/UNIVERSITEC), em sua pesquisa de mestrado intitulada: “Análise do modelo de gestão da Incubadora PIEBT, sob a perspectiva do isomorfismo organizacional” trouxe-nos, com base em documentos internos do PIEBT coletados até fins do exercício de 2011, a informação de 42 empresas/empreendimentos. Valor este, que somados ao quantitativo expresso em relatórios institucionais (63 empresas incubadas no período de 2015-2022), se materializam em um total de 105 empresas/empreendimentos aproximadamente, dado este, ainda não condizente com a totalidade de empresas apoiadas pelo PIEBT, por compreendermos que existe uma lacuna temporal (2012-2014) de empresas não localizadas e que por isso, não foram somados na apresentação do objeto.

consolidação dos contratos e convênios (enfrentando falência, restrições creditícias, bancárias ou criminais); e (4) propostas voltadas à inovação tecnológica, através de projeto de execução de seu negócio⁵⁷ (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d).

Assim, demonstra-se a partir das incubadoras de empresas ligadas as universidades, em especial, o PIEBT/UFPA, que ele se constitui em um ambiente de troca e tecnologias que se reflete ao eixo empreendedor, como um fio condutor de acesso capaz de viabilizar parcerias público-privada voltadas ao desenvolvimento econômico, que emergem na instituição de ensino, e se expandem para toda a região Amazônica, mediante projetos de execução gerencial.

Manifesto pela materialidade da política de inovação tecnológica que se traduz na busca acadêmico-científico orientada por uma equipe especializada que, por sua vez, oferece, em seu catálogo de oferta, uma série de facilidades, serviços e suporte técnico com vistas a promover negócios e diminuir os riscos, articulado a conjectura estrutural universidade-indústria traduzida pela transferência do conhecimento (Miranda, 2016; Silva, 2019).

O que trazendo para a realidade do PIEBT/UFPA, segundo os estudos de Oliveira (2013), corporifica-se pelos serviços contidos na Área de Desenvolvimento Empresarial (ADE), cuja função pauta-se em acompanhar o desenvolvimento da empresa incubada, disponibilizando profissionais e recursos para a execução do plano de negócios de cada empreendimento, despontado a partir de três eixos distintos, porém estritamente articulados para seu pleno funcionamento que são: (1) suporte operacional; (2) suporte estratégico; e (3) suporte tecnológico.

No quadro a seguir, é possível observar como cada um destes eixos se materializam e desmembram-se para a execução dos serviços de apoio ao processo de incubação das empresas de base tecnológica do PIEBT.

Quadro 9 – Serviços ofertados pelo ADE/PIEBT/UFPA

SUPORTE OPERACIONAL
(1) Oferta de módulos individuais para os empreendimentos com espaços que variam entre 20m ² , 26m ² , 40m ² e 80 m ² (este último com ramal telefônico próprio)

⁵⁷ Os interessados devem submeter a sua ideia/projeto em endereço eletrônico exclusivo do PIEBT (<http://sgi.macropus.com.br/piebt/edital/>), com entrega posterior de documentação em caráter presencial na Secretaria da própria Incubadora, onde, ambos passarão por análise e avaliação e, em caso de aprovação, só então, consolidar a efetivação de contrato com UFPA, mantenedora do PIEBT/UFPA, a partir do qual, o empreendimento passará a usufruir de todos serviços oferecidos pela Incubadora, conforme projeto e necessidades das demandas empresariais (Oliveira, 2013; UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d).

(2) Acesso à energia elétrica e água encana custeada pela instituição
(3) Instalações hidrossanitárias (banheiro)
(4) Acesso à internet (Servidor da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), sediado na UFPA)
(5) Infraestrutura física (móvel) e serviços de uso compartilhados ⁵⁸
(6) Recepção e mensageiro
(7) Auditório (capacidade para 40 pessoas)
(8) Salas de reunião (2 salas identificadas no momento da pesquisa)
(9) Showroom permanente (espaço utilizado para exibir produtos ou serviços)
(10) Vigilância eletrônica
(11) Limpeza (serviço restrito as áreas sociais do prédio)
(12) Copa
(13) Vestiários.
SUPORTE ESTRATÉGICO
(1) Acompanhamento e avaliação dos Planos de Negócios a serem executados pela empresa
(2) Orientação na área de Negócios (atividades concernentes a produção, a gestão empresarial, ao jurídico, as finanças, ao marketing, a captação de recursos, a proteção da propriedade intelectual, etc.)
(3) Apoio à participação em eventos mercadológicos, com intuito de expandir a visibilidade do produto produzido pelas empresas encubadas
(4) Capacitação por meio do Programa de Capacitação Empresarial (PCE) ⁵⁹ , realizado pelo PIEBT, através de cursos, seminários, palestras, entre outros
(5) Consultoria realizada pelos técnicos do PIEBT e/ou profissionais contratados em caso de não disponibilidade de consultores específicos a área de interesse na equipe
SUPORTE TECNOLÓGICO
(1) Acesso a laboratórios e pesquisadores parceiros da Universidade (equipamento e recurso humano capacitado para o manuseio)
(2) Disponibilidade de equipamentos audiovisuais (Datashow, etc)
(3) Disponibilidade à equipamentos de Informática (computadores, etc)

Fonte: Autoria Própria, com base em informações extraídas no site da UNIVERSITEC (2023).

⁵⁸ Não foi possível identificar, no momento de coleta de dados para o presente estudo, quais serviços compartilhados seriam estes.

⁵⁹ Programa permanente de fluxo anual contínuo que visa à capacitação não apenas de empreendedores, mas, de discentes e demais profissionais interessados em atuar no ramo empresarial (condicionado à disponibilidade de recursos). Para participar, cobra-se uma taxa de inscrição, sendo esta, por sua vez, isenta aos empresários que desejem se capacitar (UFPA-UNIVERSITEC, Online).

Segundo Oliveira (2013), o PIEBT/UFPA mantém capacidade de abrigamento para 12 empreendimentos em modalidade residente em suas instalações, capacidade de lotação física-estrutural que não restringe a capacidade máxima de prestação de serviços as empresas atendidas, visto que, o PIEBT também oferece apoio de captação em outra modalidade (incubação não-residente), sendo ambos, abrangidos, conforme a necessidade da prestação de serviços ADE já detalhado anteriormente.

Desta forma, o PIEBT, ao oferecer infraestrutura e serviços de suporte torna material os estudos desenvolvidos por Martins *et.al.* (2006), ao afirmar que as incubadoras de empresas se expressam nas universidades como instrumento potencial de mercado altamente vantajoso para o empresariado, ao economizar com construções de espaços próprios e/ou outros investimentos em seus anos iniciais e poder contar com o suporte especializado das universidades como a UFPA para o desenvolvimento de pesquisas de seus próprios interesses.

Essas informações se entrecruzam e corroboram com os objetivos do plano de reformas conduzido pelo PDRAE (1995), ao defender para as universidades, interesses alvitados por práticas gerenciais que propõe como resolução dos problemas desencadeados, a redefinição do setor público com o privado, mediante a oferta de serviços, outrora eminentemente públicos, agora em parceria com o privado reforçado por estratégias institucionais que regulamentam e incentivam a captação de recursos⁶⁰, por meio da consolidação de contratos e convênios para a instituição.

Esse cenário, para além de não consentir com os interesses coletivos previstos pela função social das universidades, também exprime de maneira determinada a denominação de universidade operacional, aproximando desígnios organizacionais que se alimentam da perda sistemática de autonomia que em parte ou totalmente deixa de atender os interesses de pesquisa da sociedade e passa a defender os interesses gerenciais, colocando o espaços públicos, paulatinamente, sob viés comercial particularista (Chauí, 2003).

Neste sentido, o PIEBT/UNIVERSITEC, realiza sua captação de empresas por quatro momentos distintos, a saber:

1. **Seleção:** momento que decorre da submissão das propostas, sendo dividido em duas etapas: (1) a Avaliação das Propostas - caracterizado pelo procedimento de “crivo” das

⁶⁰ Segundo dados extraídos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2001-2010), o PIEBT no período de 1997 a 2001, período em que a margem salarial girava em torno de 180,00 reais, arrecadou o montante financeiro de \$ 291.057,65 (duzentos e noventa e um mil, cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

ideias, que serão calculadas com base nos eixos de metodologia CERNE⁶¹, bem como a área de interesse do negócio e o impacto social que se pretende alcançar; e (2) a Habilitação para Contratação – que incide na entrega de documentação prevista em edital, para formalização do contrato de parceria com o PIEBT/UFPA.

2. **Pré-incubação:** marcado pelo recebimento dos novos empreendimentos, dando início as atividades de capacitação e execução do plano de negócios pela empresa incubada, com duração média de 6 meses;
3. **Incubação:** caracterizado pela constituição legal/formal dos empreendimentos, ofertando os serviços expresso na Área de Desenvolvimento Empresarial (ADE), bem como a capacitação de eventos, cursos e atividades concernentes ao processo formativo, sendo este constituído por dois processos de execução distintos:
 - **Incubação residente**, caracterizada por empresas, cuja sede instala-se no prédio da UNIVERSITEC, tendo por organograma de execução 4 fases: (1) Implantação na unidade; (2) Crescimento da produção do produto; (3) Consolidação de mercado; e (4) liberação do empreendimento, com duração média de 30 meses.
 - **Incubação não residente**, composto por empresas que já possuem sede própria em outro local, desejando apenas, o compartilhamento dos serviços de capacitação ADE, para além de apoio estratégico e tecnológico para o gerenciamento de suas atividades, *com duração média de 24 meses*;
4. **Pós-incubação:** momento em que ocorre a graduação e desligamento da empresa. Ou seja, a empresa que já recebeu todo o suporte necessário para caminhar “sozinha”, possuindo competência gerencial para se desenvolver no mercado⁶², com duração aproximada de 24 meses.

Para melhor entendimento, apresentamos as etapas do processo de incubação do PIEBT/UFPA, na figura 5, a seguir.

⁶¹ Segundo os estudos de Oliveira (2013), o Centro de Referência para apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), trata-se de um modelo desenvolvido pela ANPROTEC com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), que visa promover atividades com foco na obtenção de resultados otimizados a gestão das incubadoras de empresas em diferentes setores de atuação do país. Modelo este, que se encontra subdividido em 8 tipos de sistema que se desdobram em 33 práticas distintas com base no modelo norte americano e europeu empresarial, que direcionam a padronização do processo de incubação brasileiro a partir de 4 focos norteadores: (1) o empreendimento, voltado ao desenvolvimento da empresa; (2) a gestão, direcionado aos resultados; (3) a rede, consolidado a partir do desenvolvimento, sobretudo o regional; e (4) gestão da inovação, onde, ocorre a busca contínua pelo aperfeiçoamento no mercado. Na UFPA, em especial, no PIEBT, o modelo norteador priorizado é o processo de gerencial básico do Cerne 1.

⁶² É importante salientar, que a empresa graduada mesmo desligada, pode, se for de seu interesse, firmar novos convênios e contratos com o PIEBT, continuando assim, como associada do programa, recebendo apoio estratégico e tecnológico, contanto, que não resida nas instalações da Universidade.

Figura 5 – Etapas do processo de Incubação do PIEBT/UFPA



Fonte: Autoria própria, com base nas informações extraídas do site da UNIVERSITEC (2023).

Observa-se, com base na ilustração acima, que os produtos ofertados pelo PIEBT, direcionam ainda que sob um formato sutil, a educação a um status de mercadoria reforçado por orientações gerenciais neoliberais que perpassam não a emancipação dos sujeitos, mas, a acumulação de lucro, intermediado por ações governamentais que possibilitam a realização de tais práticas no eixo público em favor do setor comercial ao projetar ações com aspecto “inovador”, mas, que na verdade apenas expressam interesses do capital em se apropriar dos recursos públicos educacionais.

Em relação a área de atuação do PIEBT/UFPA, o mesmo se constitui inicialmente, como um programa estratégico para disseminação do empreendedorismo na região amazônica, tendo por ramo de captação das empresas/empreendimentos, a área industrial. Expresso por setores como: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), biotecnologia, fármacos, cosméticos e perfumarias (UFPA-PDI, 2011-2015).

Todavia, hoje, com base no período de nossa investigação (2016-2022), percebe-se que as áreas priorizadas, sofreram sucintas modificações que atendem e se concentram ao manuseio das tecnologias em si como vertente das engenharias e ciências exatas e da terra, sobretudo, dedicadas ao manejo de biotecnologia; TIC; tecnologia mineral; design e energia renovável (UFPA, relatório de gestão, 2022; UFPA, relatório de atividades da UNIVERSITEC, 2023).

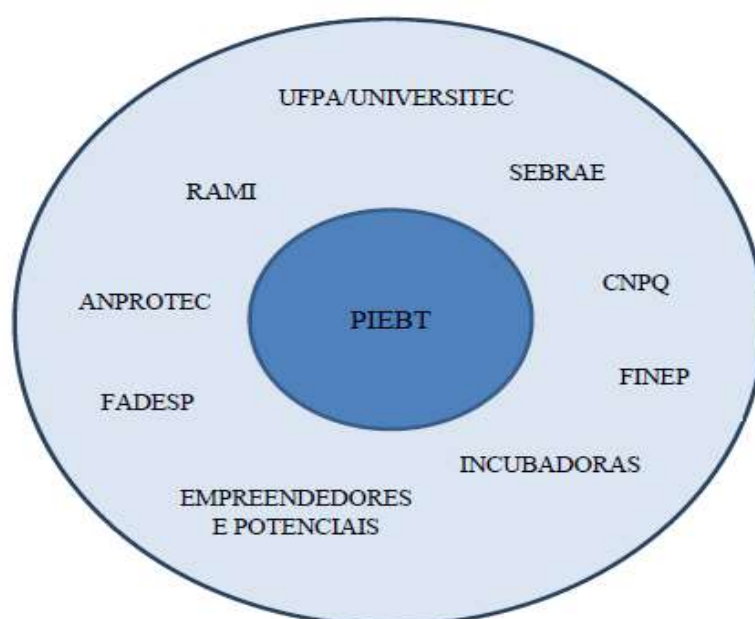
Neste sentido, no que se refere a rede de articulação, o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, segundo documentos institucionais, situa-se enquanto um dos principais programas e projetos de estímulo à pesquisa e inovação na região. Manifesto enquanto uma das faces das parcerias público-privada que envolvem, desde agentes do setor público a parceiros do setor privado-mercantil, como: SEBRAE, a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), IES, FADESP, Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá⁶³, FINEP, entre outros (Oliveira, 2013; UFPA-PDI, 2011-2015; UFPA, Relatório De Gestão, 2022).

Compreendemos que essas parcerias interferem no funcionamento do PIEBT e, conseqüentemente, da UFPA enquanto mantenedora. Segundo Oliveira (2013), a rede de

⁶³ O Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT) Guamá, consolida-se como primeiro parque tecnológico a entrar em operação na Amazônia. Seu objetivo se pauta em promover atividades voltadas ao estímulo de pesquisas com foco no empreendedorismo inovador, produção de conhecimentos e transferências de tecnologias no processo competitivo gerencial. Com foco de atuação nos eixos de biotecnologia; TIC; energia; tecnologia ambiental e tecnologia mineral. Criado em 2009, pelo governo do estado do Pará por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (SECTET), em parceria com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em área de 72 hectares cedida pela Universidades: UFPA e UFRA, apresentando no momento de escrita deste estudo, área construída de 25 hectares, ficando o restante destinado à conservação ambiental. Conf. Em: <http://pctguama.org.br/?lang=pt>.

proteção/campo organizacional define-se a partir de orientações que perpassam múltiplos eixos seja ele nacional imposto pelas entidades ANPROTEC e SEBRAE seja ele regional, direcionado pela Rede Amazônica de Incubadoras (RAMI) seja ele local, através da SECTI, que acompanha as incubadoras paraenses seja institucional/educacional, baseado na política de Ciência e Tecnologia como a própria FADESP; o CNPq, a FINEP; e os empresários/empreendedores que estabelecerão suas parcerias com o PIEBT para incubar e gerenciar o seu negócio em desenvolvimento. Como se demonstra na figura a seguir.

Figura 6 - Campo Organizacional do PIEBT



Fonte: Oliveira (2013, p. 71).

Diante do exposto, percebe-se com base nos documentos concernentes ao PIEBT, no período de nossa investigação (2016-2022), que a dinâmica de gestão e funcionamento do Programa de Incubação de Base Tecnológica (PIEBT) na UFGA, rege-se sob uma lógica gerencial, cuja proposta interventiva deriva da revolução científica organizativa, “[...] mediante inovação e experimentação [...] destinadas a integrar novas tecnologias e usar cada vez mais modos não-tradicionais de oferta dos seus serviços” (Unesco, 2003, p. 97), com vistas a redefinir as relações de trabalho a partir dos interesses do mercado.

Segundo Costa (2022), esses interesses tem imposto a sociedade capitalista, sobretudo, ao âmbito da universidade, alternativas de produção e sustentabilidade que condicionam a categoria do empreendedorismo como um valor social a ser adquirido pelos indivíduos enquanto “solução” para problemáticas vigentes como: (1) o desemprego; a (2) retração de políticas públicas; (3) os cortes orçamentários, entre outros, que colocam ao

trabalhador a responsabilidade de seu “sucesso” enquanto que ao Estado, como provedor do bem-estar e assegurador dos direitos, cabe a limitação de suas ações diante do atual cenário, que cada vez mais distancia as Instituições Pública de nível superior de sua função social.

Logo, as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, segundo informações contidas no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), inserem-se enquanto organização viva que visa promover o estímulo logístico, gerencial e tecnológico ao viés empreendedor com foco no desenvolvimento das empresas que tenham como diferencial as atividades concernentes à inovação.

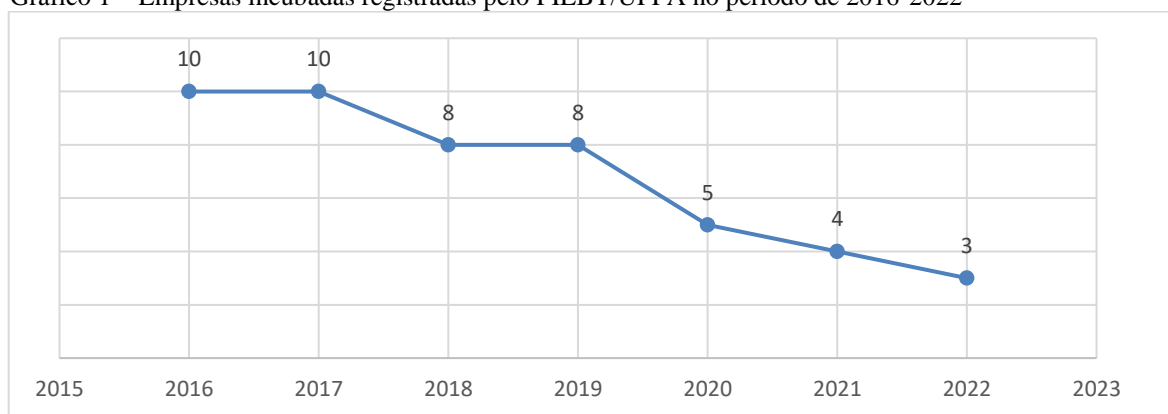
Desenhando similitudes entre as empresas, em um ecossistema que interage tanto com a rede de articulação quanto com a dinâmica de gestão da incubadora. O que para Oliveira (2013), se classificará como uma espécie de isomorfismo organizacional, ou seja, em um processo involutário que direciona as incubadoras a “copiar” os modelos industriais já existentes, movimento que decorre da pressão externa que a própria incubadora exercerá sobre as organizações parceiras e, vice-versa, que se articularão por jurisprudências, para além de determinações concernentes às expectativas do setor privado que se refletirá sobre a Incubadora, ainda que está, se encontre no âmbito do setor público.

4.2.1. PIEBT/UFPA e seus Indicadores de Desempenho: Empresas Incubadas e Empresas Graduadas

Conforme dialogado no decorrer deste estudo, as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, se expressam enquanto organização interinstitucional pautado na premissa de sociedade do conhecimento. Cujo objetivo, perpassa a preparação de novas empresas que estão iniciando ou em processo já de enquadramento, porém, sem base fortalecida a partir de parcerias público-privada entre a universidade e o empreendedor, transformando ideais em produtos comercializáveis mediante resultados das pesquisas desenvolvidas (Freire, 2016; Silva, 2019).

Partindo disso, trazemos para a realidade de nosso objeto de estudo, segundo dados do relatório de atividades da UNIVERSITEC (2023), no que se refere ao Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), em nosso período investigativo (2016-2022) registros de um total de 48 empresas/empreendimentos incubados, o qual se distribuíam em: 10 empresas nos anos de 2016 e 2017, respectivamente; 8 empresas nos anos de 2018 e 2019; 5 empresas registradas no ano de 2020; 4 empresas no ano de 2021, e 3 empresas registradas no ano de 2022, tal como se demonstra no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Empresas incubadas registradas pelo PIEBT/UFPA no período de 2016-2022



Fonte: Autoria Própria (2023), com base nos relatórios concernentes a UNIVERSITEC (2016-2022).

Assim, com base no gráfico acima, os dados revelam que no decorrer de nosso período investigativo (2016-2022) houve um declínio no que se refere ao processo de captação dos empreendimentos incubados pelo PIEBT/UFPA, nos anos de 2020, 2021 e 2022, fato que se justifica, ainda segundo os documentos institucionais, sobretudo, pelo relatório da UNIVERSITEC (2023), pelo advento da pandemia do Coronavírus (SARS-Cov2), desencadeando as instituições de ensino, sobretudo, a UFPA, múltiplas medidas preventivas de contorno aos cenários catastróficos de saúde pública, dentre os quais, a suspensão direta de suas atividades em caráter presencial.

Cenário que impactou diretamente no quantitativo anual de cooptação de novos empreendimentos ao programa de incubação de empresas, situação esta, que só se normalizou em meados de 2022, quando retornaram as atividades presenciais e o edital de captação e seleção de novos empreendimentos foi novamente publicado no DOU. Sendo divulgado, respectivamente, nos meios de comunicação da UFPA (UNIVERSITEC, 2023).

No que se refere ao quantitativo de empresas incubadas pelo PIEBT/UFPA, com base nos relatórios de atividades desenvolvidos pela UNIVERSITEC, observa-se no período de 2016-2022, que não houve nos respectivos documentos o detalhamento nominal dos empreendimentos encubados anualmente, ficando esta informação exclusiva ao site da UNIVERSITEC (Online), que alimenta estas informações sob um caráter dinâmico e que se atualiza a cada início e fim do exercício anual limitando, assim, nosso eixo de análise neste recorte apenas ao exercício de 2022.

Nisto, no ano de 2022, como mencionado anteriormente, foram incubadas 3 empresas pelo PIEBT/UFPA. Sendo duas empresas com eixo de atuação voltadas ao setor da indústria (uma com foco em gênero alimentício e uma com foco no desenvolvimento de energia renovável) e uma empresa voltada ao setor da Tecnologia (com foco em serviços de

ESG e inteligência artificial), para além de todas se apresentarem sob modalidade de incubação em carácter residente, ou seja, empresas cuja sede instala-se no prédio da UNIVERSITEC, como se comprova no quadro a seguir:

Quadro 10 - Empresas Incubadas pelo PIEBT até fins do exercício de 2022

LOGO DA EMPRESA	NOME/ MODALIDADE / SETOR DE ATUAÇÃO	SERVIÇOS PRODUZIDOS
	<p>Nome: Linguçaria Paraense Modalidade de incubação: Residente Setor de Atuação: indústria</p>	<p>Produção alimentícia a partir da produção de embutidos com base na utilização de temperos e gastronomia paraense</p>
	<p>Nome: iamazon Sustentabilidade Modalidade de incubação: Residente Setor de Atuação: Tecnologia</p>	<p>Produção de soluções com foco em sustentabilidade e ESG (abordagem voltada para avaliação) com visão computacional, blockchain (serviços financeiros de criptomoeda) e inteligência artificial.</p>
	<p>Nome: DCO Sustentável Modalidade de incubação: Residente Setor de Atuação: indústria</p>	<p>Desenvolvimento nas áreas de Energia Renovável (eólica, hidro cinética, biomassa e biogás). Atuando com serviços de engenharia, como integradora de Geradores Solares Fotovoltaico do Brasil</p>

Fonte: Autoria Própria (2023), com base nos dados extraídos no site da UNIVERSITEC e pagina oficial de cada empresa incubada.

Assim, percebe-se, a partir das modalidades de incubação (todos pertencentes a modalidade residente) e as áreas de atuação (Industria e Tecnologia), que suas prioridades coadunam com o incentivo do empreendedorismo de apropriação e usufruto dos espaços públicos, ao minimizar custos gerais de instalação e manutenção dos empreendimentos que desejem ingressar no ramo competitivo do mercado, porém, usufruindo de todos os recursos que a universidade possa oferecer em sua totalidade.

Confirmando que o programa de incubação atua enquanto elo de “suporte ao empreendedor para desenvolvimento e o fortalecimento dos seus negócios” (Azevedo *et al.*,


2016. p. 1) assumindo um viés voltado apenas às suas necessidades e, conseqüentemente, acelera o processo de disseminação da lógica institucional empreendedora que modifica a função social da universidade em detrimento de novas parcerias público-privadas.



Esta situação corrobora com o primeiro objetivo expresso pelo PIEBT/UFPA, que se pauta em “apoiar a criação e a consolidação de empreendimentos competitivos baseados em Ciência, Tecnologia e Inovação” (UFPA – Resolução nº 734, CONSUN, de 17.12.2014, p. 12) demonstrando que a incubadora se expande a um ideário de reforma social, político e econômico que recorre à constituição fecunda de propriedade intelectual alinhada ao desejo do trabalhador em ser tornar independente.

Assim, esse raciocínio se confirma pelos escritos de Costa (2022), ao analisar que a lógica empreendedora resulta de um campo acadêmico que capitaliza o conhecimento, colocando a universidade sob o eixo industrial, com vistas a formação de novas empresas, onde, o empresário identifica a oportunidade, cria o interesse de vendas, usufrui dos espaços acadêmicos sem garantia de retorno aos centros de pesquisa e, ao fim do processo, lança seu produto no mercado, independente se este empreendimento se interliga ou não a base que o mantém, neste caso, o setor educacional.

Já em relação as empresas graduadas pelo PIEBT/UFPA, ou seja, os empreendimentos que encerram o processo de incubação recebendo suporte e os serviços necessários para atingir a competência de se autogerir no mercado (processo de pós-incubação), observa-se pelos documentos institucionais (Relatório de Atividades da UNIVERSITEC, 2022; 2023) que apenas 3 empresas atingiram este status no decorrer de nosso período investigativo (2016 - 2022), sendo estas: (1) a Amazon Dreams Indústria e Comércio LTDA (área industrial/biotecnologia); (2) a TECHLIS Tecnologia LTDA – ME (área da tecnologia da informação); e (3) a DYNTECH Engenharia LTDA (área da Indústria/construção civil), como se demonstra no quadro a seguir:

Quadro 11 – Empresas Graduadas pelo PIEBT no período de 2016-2022

Logo da Empresa Incubada pelo PIEBT	Nome da Empresa/ Ramo de Atuação	Ano de Graduação no PIEBT
	<p>Nome: Amazon Dreams Indústria e Comércio LTDA Ramo de Atuação: Indústria/Biotecnologia</p>	<p>Ano de Graduação da Empresa no PIEBT: 2016</p>

	<p>Nome: TECHLIS Tecnologia LTDA – ME Ramo de Atuação: Tecnologia da Informação</p>	<p>Ano de Graduação da Empresa no PIEBT: 2019</p>
	<p>Nome: DYNTECH Engenharia LTDA Ramo de Atuação: Indústria/Construção Civil</p>	<p>Ano de Graduação da Empresa no PIEBT: 2019</p>

Fonte: Autoria Própria (2023), com base nos dados extraídos do Site da UNIVERSITEC (online); Site de acesso pertencente as empresas; e, o Relatório de Atividades da UNIVERSITEC (2022, p. 30-31).

Destas, ainda segundo informações contidas no mesmo relatório de Atividades da UNIVERSITEC (2022), duas se caracterizam como Spin-offs⁶⁴, ou seja, empresas de base tecnológica cujo produto deriva exclusivamente do conhecimento produzido por pesquisas criadas e realizadas dentro da própria universidade (neste caso, a UFPA), tal como se demonstra no quadro a seguir:

Quadro 12 – SPIN-OFFS graduadas pelo PIEBT/UFPA no período de 2016-2022

Nome da Empresa	Ano de Criação	Ano de Incubação	Ano de Graduação
Amazon Dreams Indústria e Comércio Ltda	2002	2010	2016
Dyntech Engenharia Ltda	2012	2012	2019

Fonte: Autoria Própria (2023), com base nos dados extraídos no site de acesso das empresas; estudos desenvolvidos sobre os empreendimentos e relatório de atividades da UNIVERSITEC (2022, p. 31).

Essa informação corrobora com o que vimos dialogando ao longo deste estudo, de que as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, ao se instalarem dentro das universidades públicas, se expressam como estratégias que visam impulsionar seus negócios, transformando os espaços educacionais em “meros serviços acadêmicos” para a geração de lucro, que

⁶⁴ [...] Segundo ANPROTEC (2002), uma *spin-off* é uma empresa criada para explorar uma propriedade intelectual gerada a partir de um trabalho de pesquisa desenvolvido em uma instituição acadêmica. Elas são consideradas como uma das formas mais eficazes de transferência de tecnologia da academia para o mercado. As *spin-offs* nascem em ambiente acadêmico, fruto de trabalhos acadêmicos dos pesquisadores da universidade como patentes, licenciamentos e transferência de tecnologia, são geralmente orientadas para o fim lucrativo e com total independência da universidade (Silva, 2019, p. 35).

reverbera em contrapartida, nas mudanças gradativas dos modelos organizativos de gestão, como fonte aviltada dos interesses empresariais (Etzkowitz, 2002; Villin, 2014; Civil, 2017).

Essa perspectiva coaduna com os estudos desenvolvidos por Silva (2019), ao nos elucidar que as *spin-offs* exploram as ações inovadoras desenvolvidas por pesquisadores dentro das instituições de ensino estabelecendo vínculos entre a universidade e o mercado, através da ampliação do ensino do empreendedorismo, por meio do licenciamento de patentes e propriedade intelectual que transformam a transferência de tecnologia em mercadoria, orientadas não mais para a construção de um saber e resolutividade das problemáticas sociais, mas, exclusivamente para um fim lucrativo de acumulação do capital.

Reafirmando assim, nossa linha de raciocínio - embasada em Marx (2014) - de que nas sociedades modernas, o uso da ciência e tecnologia é uma mercadoria altamente vantajosa e lucrativa para os capitalistas. Vantajosa, pois conotará ao empresário o fruto de estudos desenvolvido por pesquisadores em caráter inédito para seu empreendimento, e lucrativo, pois, possibilitará ao fim do processo a acumulação de lucro (quando o produto já está consolidado no mercado), em troca de baixíssimos investimentos para sua construção.

Panorama que pode caminhar, em caráter contraditório para as universidades, visto que a produção de mercadorias necessita de elevados investimentos (recurso humano, laboratório, equipamentos, entre outras coisas) podendo reverberar, ao fim do processo, em pouco ou nenhum retorno (seja reconhecimento científico ou financeiro), dado o fato que a maior porcentagem monetária do produto em caso de propostas de licenciamento (proteção da propriedade intelectual e patentes) é do parceiro gerencial.

Além disso, esses documentos, exercem vigência limitada que pode coincidir com o período de adaptação e aceitação no mercado, ou seja, repercutido em um primeiro momento, na baixa captação e venda do produto durante a parceria.

No entanto, ao entrecruzarmos os dados de incubação pertencentes somente ao PIEBT/UFPA em nosso período investigativo (48 empresas) e os dados de graduação sob mesmo período (3 empresas), verifica-se o fato inquietante de que o PIEBT/UFPA apresenta oscilação percentual de 93.75%, situação que se justifica, pois, segundo a minuta de contrato, em seu Anexo I, que estabelece a parceria público-privada, os empreendimentos podem ser rescindidos a qualquer tempo seja por parte da UFPA (parte contratada na qual o PIEBT encontra-se inserido) seja por parte da empresa/empreendimento (parte contratante), caso ocorram irregularidades, ou simplesmente desejo de uma das partes de encerrar sua parceria.

Deste modo,

O presente Contrato pode ser rescindido:

17.1 - Por iniciativa da CONTRATADA;

a) pelo não cumprimento, por parte da CONTRATANTE, das obrigações que lhe cabem consoante o disposto no Plano de Negócios, conforme o estabelecido no item 10.1- f deste Contrato⁶⁵;

b) Comprovação de atividades ilegais praticadas pela CONTRATANTE ou outras que coloquem em risco a idoneidade e o prestígio de qualquer instituição envolvida no projeto;

c) Inadimplência de 01 (uma) ou mais parcelas por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, caso este em que correrão por conta da CONTRATANTE todas as despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive os honorários advocatícios.

17.2-Por iniciativa da CONTRATANTE, mediante comunicação formal dirigida a Incubadora PIEBT, acompanhada de relatório de desempenho do empreendimento e exposição de motivos, remetidos, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a CONTRANTE solicite desligamento imediato, fica obrigada a pagar o valor correspondente aduas vezes o valor da taxa de incubação a título de multa, exceto se comprovado o desligamento por motivo de caso fortuito ou força maior (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d, p. 11).

Rescisões (causa exata dos enquadramentos para o desligamento das Empresas) que não foram possíveis identificar através dos documentos institucionais de nosso período investigativo (2016-2022), nem quaisquer outros dados atinentes a esta demanda como quantitativo anual de empresas que passaram por este processo ou o período de pertencimento na unidade (quanto tempo ficou? Qual foi a modalidade?). Situação esta, que também pode ser respondida e justificada quando retornamos a minuta de contrato, onde, em seu Anexo I, cláusula 13^a postula que

É vedada às partes contratantes a divulgação, por qualquer meio, de toda e qualquer informação relativa ao processo de incubação, bem como de todo e qualquer dado, pesquisa, informação referente à atuação ou desenvolvimento de projetos, processos, sistemas, meios, produtos, dentre outros (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d, p. 10, ênfase nossas).

Demonstrando que existe um mecanismo jurídico interno concernente a interação universidade-empresa estratégica de proteção a estes elementos (ou ausência deles), reverberando em contradições no que diz respeito ao uso e conseqüentemente transparência de informações relativas às instituições públicas (Lei 12.527/2011), e que por sua vez, a UFPA se apoia e insere, sob um viés de parte contratada na minuta de acordo do PIEBT.

Isso nos confirma que a ausência de transparência, contidas em relatórios de domínio público - que por vezes limitam e dificultam o acesso às informações - são intencionais e regulamentados sob clausuras sigilosas que selam os contratos de parceria público-privada, conduzindo o foco principal a um patamar excludente e particularista, que considera o processo de incubação não como uma iniciativa de mérito público, que “difunde e dissemina o

⁶⁵ 10.1 - f) Iniciar e desenvolver o projeto de acordo com o Plano de Negócios aprovado pela equipe técnica da Incubadora PIEBT.

conhecimento” como se expressa nos objetivos do PIEBT, mas, que os trata como um negócio mercantilista, que necessita ter suas celeridades resguardadas para que possa assim captar novos investidores que desejem lucrar/investir e usufruir dos espaços públicos, mas, ao mesmo tempo conservar o anonimato de suas ações.

Nesse sentido, compreendemos que essas ações impactam a autonomia e direcionamento das pesquisas universitárias, já que a cláusula de sigilo destacada nos evidencia que só poderão ser conduzidos e divulgados os dados e informações sob autorização, cenário que fere o princípio de autonomia do pesquisador (docentes, discentes e técnicos envolvidos no processo), para além da livre transparência das informações institucionais, que sob essas circunstâncias, passam a ser condicionados a lógica racionalizada do capital que podem resultar em profundas transformações nas esferas públicas de ensino.

4.2.2. Parceria entre o PIEBT e empresas: Reflexões sobre a lucratividade do setor privado

Segundo os Relatório de atividades da UNIVERSITEC no período investigativo (2016-2022) e o edital de chamada pública voltado para a seleção de novos empreendimentos, o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) executa, pelos serviços ofertados no processo de incubação, a cobrança de taxa financeira para promoção do desempenho de suas atividades em caráter mensal.

Valor este, que varia de 450,00 a 1.890,00 reais, abrangendo serviços e condicionalidades previstos em firmação de contrato que se modifica de acordo com a modalidade de incubação, o tipo de empreendimento, o módulo escolhido e os serviços prestados a cada situação particular, tal como se demonstra na tabela a seguir:

Tabela 3 – Módulos e Taxa de Incubação dos Empreendimentos do PIEBT/UFPA

TIPO DE EMPRESA	TIPO DE MÓDULO	TAXA DE INCUBAÇÃO
Empresa Residente	Módulo para incubação Tipo A (aprox. 20m ²)	R\$ 750,00/mês
Empresa Residente	Módulo para incubação Tipo B (Aprox. 26m ²)	R\$ 840,00/mês
Empresa Residente	Módulo para incubação Tipo C (Aprox. 40m ²)	R\$ 1.170,00/mês
Empresa Residente	Módulo para incubação Tipo D (aprox. 80m ²)	R\$ 1.890,00/mês
Empresa Não-Residente	Não Ocupa Módulo para incubação no PIEBT	R\$ 450,00/mês

Fonte: Autoria própria (2023), a partir de informações extraídas dos editais PIEBT para seleção de empreendimentos residentes e não residentes (fluxo contínuo).

Diante do exposto, verifica-se que o valor orçamentário a ser pago mensalmente oscila mediante o diâmetro do espaço ocupado e o serviço a ser prestado por parte do PIEBT, a empresa contratante do serviço (mencionado anteriormente). Colocando a educação pública superior conforme dialogado em diversos momentos deste estudo enquanto nicho mercantilizado que se manifesta, sobretudo, pela oferta de programas e projetos voltados a iniciativas de fomento à inovação tecnológica, uma vez que, para Kato (2013, p. 23) “a maior parte da produção científica do país vem das universidades públicas”.

Coadunando com os estudos de Martins *et.al.* (2006), ao nos confirmar, que as parcerias público-privadas se expressam nas universidades brasileiras (neste caso, na UFPA), com vistas a preencher lacunas que o próprio sistema neoliberal estrategicamente ocasiona, ao promover o estrangulamento orçamentário para o suprimento das necessidades, reverberando na venda dos espaços e serviços acadêmicos enquanto alternativa de preenchimento desta lacuna monetária.

Lacuna esta, que se torna a cada ano, mais expressiva⁶⁶, haja vista a escassez de dotação orçamentária, que em nosso entendimento, impacta os três poderes e reverbera as políticas sociais, em especial, o eixo educacional como parte de uma política governamental, que tem como finalidade forçar as universidades justamente pela falta de possibilidades, a buscar alternativas, moldando as instituições de ensino a seguir e reproduzir os interesses gerenciais mercantilistas.

Com base nas informações extraídas dos editais pertinentes ao PIEBT/UFPA para seleção de empreendimentos residentes e não residentes (fluxo contínuo), os serviços prestados pelo PIEBT à empresa contratante são remunerados conforme acordado em contrato, devendo ser efetuados com pagamento da primeira parcela já no ato de assinatura do contrato⁶⁷, ficando as demais a serem repassadas, até o 5º dia de cada mês, com ressalva de multa a 2%, e juros bancários de 1% ao mês sobre o valor da prestação, em caso de inadimplência nas datas de vencimento.

Outra questão significativa a se considerar, reside na cláusula concernente a “retribuição do incentivo”, que prevê a empresa contratante o retorno financeiro à UFPA, para além das taxas de mensalidade, também o pagamento de 2% de todo o faturamento bruto

⁶⁶ Conforme visto anteriormente no tópico 1.1 deste estudo.

⁶⁷ Segundo a cláusula 8ª que trata sobre a taxa de preço e pagamento do processo de incubação contido na minuta do contrato de incubação de empreendimento, “**o valor do contrato será reajustado anualmente**, pela variação do Índice Geral de Preços ao Consumidor (IGP-M) dos últimos 12 (doze) meses acumulados, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que o substitua, consoante preconiza o art. 316 do Código Civil e arts. 1 e 2 da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001” (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s.d, p. 8, ênfase nossa).

adquirido no mercado no decorrer dos últimos 12 meses (1 ano), em que permaneceu incubada pelo PIEBT, ou seja,

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor apurado [...] deverá ser pago a UFPA no prazo máximo de 12 (doze) meses subsequentes a saída do empreendimento, podendo ser pago em parcela única ou em até 12 (doze) parcelas iguais, iniciando o primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias e os demais nos meses subsequentes, sob pena de recair-lhe todos os ônus pela inadimplência ajustados neste instrumento (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d, p. 12, ênfases nossas)

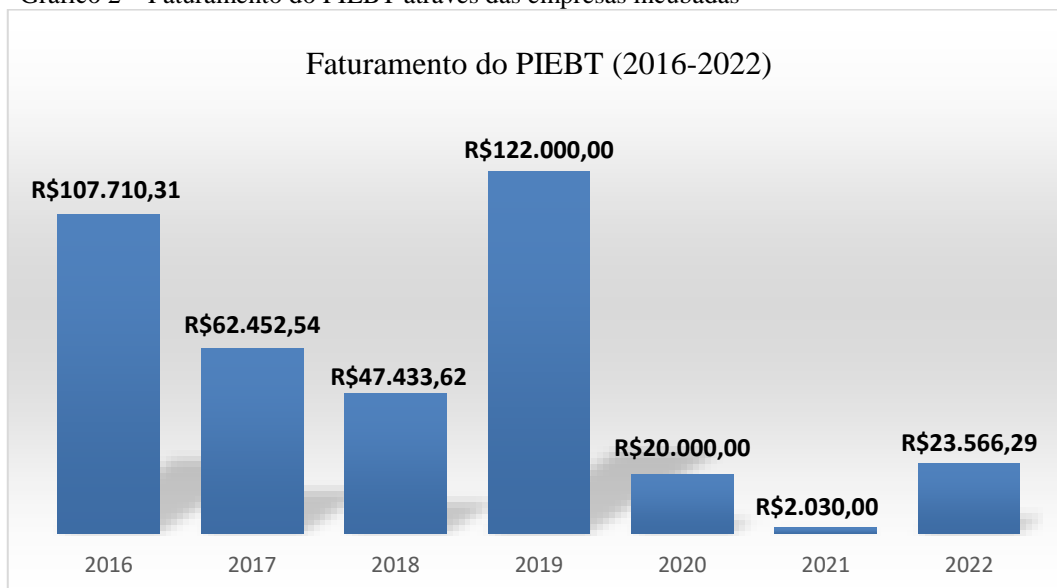
Com isso, pode-se considerar que os aspectos de firmação dos contratos, se alinham a alguns elementos que desenham um novo modelo de universidade, pautado no gerencialismo que trata os serviços ofertados não como uma “contribuição” aos cidadãos pertencentes a sociedade com foco no desenvolvimento local e regional, mas, como um negócio que deriva da oferta e demanda fortalecendo a centralidade do mercado que impulsiona o ensino a um capitalismo acadêmico (Slaughter e Rhoades, 2009), ao comercializar insumos com vistas ao cumprimento de metas e objetivos institucionais.

Dessa forma, no que se refere ao faturamento obtido pelo PIEBT/UFPA, verificou-se através dos documentos institucionais, o quantitativo arrecadado em nosso período investigativo (2016-2022) de R\$ 385. 192,76, valor este, que se distribui em: R\$ 107.710,31 no ano de 2016; R\$ 62.452,54 no ano de 2017 (diminuição de 42.02%); R\$ 47.433,62 no ano de 2018 (diminuição de 24.05%); R\$ 122.000,00 no ano de 2019 (aumento de 157.20%); R\$ 20.000,00 em 2020 (queda de 83.61%); R\$ 2.030,00 em 2021 (redução de 89.85% em relação a 2020⁶⁸); e, R\$ 23.566,29 no ano de 2022 (aumento percentual de 1060.90% em comparativo ao ano anterior⁶⁹), como se demonstra no gráfico a seguir:

⁶⁸ É importante relembrar que as quedas significativas nas taxas de arrecadação no que se refere aos anos 2020 e 2021, justificam-se pelo acontecimento da pandemia do novo Coronavírus.

⁶⁹ Segundo o relatório de atividades da UNIVERSITEC (2023), ainda que o valor adquirido tenha sido satisfatório comparado aos anos de pandemia (2020-2021) este ainda se reflete abaixo do esperado. Uma vez que o referido edital de chamada pública para seleção e captação de novos empreendimentos, somente foi publicado no DOU e divulgado nos meios de comunicação ao final do primeiro semestre (junho de 2022) ocasionando, assim, em duas situações distintas: (1) com a suspensão das atividades, o valor prescrito em relatório engloba apenas uma parte das empresas incubadas por considerar que a maioria dos empreendimentos ainda se encontravam em meados de 2022, em processo de validação do seu produto, ou seja, com o projeto em desenvolvimento sem vendas e lançamento no mercado; e (2) com o lançamento do edital apenas em junho do mesmo ano, somente 3 propostas de incubação foram submetidas (02 avaliadas e aprovadas, e 01 até fins do exercício anual em fase de avaliação). Ficando assim, todas a serem registradas no ano seguinte (2023), impactando diretamente no valor total expresso no Relatório de 2022.

Gráfico 2 – Faturamento do PIEBT através das empresas incubadas



Fonte: Autoria própria (2023), a partir de informações contidas nos Relatórios de Atividades da UNIVERSITEC (2016-2022).

Desta forma, ao observar o gráfico acima e analisar em comparativo ao gráfico de empresas incubadas sob o mesmo período no PIEBT (gráfico 1), verifica-se que, apesar do número de empresas se repercutirem em anos consecutivos anterior a pandemia (10 empresas nos anos de 2016 e 2017; e 8 empresas em 2018 e 2019), os valores arrecadados não se manifestam de forma repetitiva. Segundo os relatórios de atividade da UNIVERSITEC (2016-2022), isso se justifica por uma série de fatores, a saber:

- (1) O processo de maturação e venda dos produtos no mercado;
- (2) As taxas de incubação que variam de acordo com o módulo/espço escolhido, a modalidade do contrato de ingresso (residente, não-residente, ou não-residentes em condição de contrapartida não-financeira⁷⁰), entre outras coisas;
- (3) A constante diminuição dos recursos governamentais as universidades, que impacta diretamente os setores e prestação de serviços ofertados pela Instituição, neste caso, o PIEBT, cujo orçamento para suprimento de despesas em parte é mantido pela UFPA, fragilizando assim, a expansão e consolidação de parcerias, entre outros.

Logo, com base nos dados obtidos, percebe-se que tanto em relação a situação financeira das universidades públicas, sobretudo, a UFPA (conferir no eixo 1.1 deste estudo)

⁷⁰ Empresas que formam contratos não sob a determinação de pagamento de taxas e mensalidades, mas, na forma de barganha pelo fornecimento de produtos, serviços, bolsas, materiais, equipamentos e/ou recurso humano, que se adequará aos patrimônios da universidade em caráter de investimento de infraestrutura, de capacitação, de qualificação da equipe de funcionários, entre outros (UFPA, edital PIEBT de seleção de empreendimentos residentes, s/d).

quanto ao faturamento do PIEBT (Gráfico 2), a escassez orçamentária que induz à busca pela captação de recursos e, conseqüentemente, altera suas formas de organização e gestão também repercute na articulação da formação de parcerias público-privada externa, visto que, o processo de captação de recursos necessita, por parte da universidade, de infraestrutura adequada capaz de atrair investidores, o que nem sempre é possível mediante a ausência de verbas, reverberando, assim, em desafios a serem enfrentados também por parte dos ambientes de inovação.

Esse pensamento se confirma com os documentos institucionais, ao evidenciar que o PIEBT/UFPA, apesar de possuir fonte de renda própria que auxilia na captação de recursos para a universidade, também se depara com limitações que comprometem seu pleno funcionamento, como recurso humano reduzido em todas as categorias da UNIVERSITEC, sobretudo, o programa de incubação (UFPA-UNIVERSITEC, 2017; 2018; 2019; 2022; 2023), tendo por alternativa de resolução a esta problemática ainda segundos os Relatórios institucionais, a alocação de bolsistas em nível de graduação para exercem as tarefas pelas quais não há funcionários a ser lotados.

Informação que nos revela a precarização dos postos de trabalho que o próprio sistema do capital induz, sobretudo, ao eixo educacional, ao transformar bolsas estudantis adquiridas enquanto direito - que deveriam ser utilizadas como suporte para o aprendizado e disseminação do conhecimento - em cenários que se utiliza das mesmas, para usufruto de “mão-de-obra barata”, ao desempenhar tarefas administrativas da própria instituição em suprimento da lacuna ocasionada pela falta de contratação de funcionários para a execução do serviço a ser prestado.

Outro limitante observado, segundo os documentos institucionais, confere-se a própria estrutura física e tecnológica da unidade (UFPA-UNIVERSITEC, 2017; 2018; 2019; 2022) ao destacar fragilidades nas instalações que engloba os espaços de oferta dos serviços e demora em resposta para os pedidos de manutenção e saneamento, que se justificam ainda segundo os relatórios pela crise orçamentária que recai sobre o repasse de recursos da universidade para custeio e execução dos projetos que a UFPA mantém, entre eles, o PIEBT.

Demonstrando que, as parcerias público-privadas ao se instalarem no espaço público, sobretudo, dentro das universidades fragilizadas pelos ditames neoliberal, não resolvem os problemas estruturais desencadeados pelas crises nos espaços educacionais, mas, os camufla, ao projetar medidas inovadoras de expansão e transferência de tecnologias que transformam o conhecimento produzido coletivamente em um bem imaterial altamente rentável e primordial para a acumulação de capital a ser usufruído em favor dos empresários.

Usufruto este, que se evidencia pelo próprio faturamento (lucro) das empresas incubadas pelo PIEBT, no ano de 2022, ao se demonstrar em relatório de atividade da UNIVERSITEC (2023) que, enquanto o Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica da UFPA obteve faturamento de apenas R\$ 23.566,29 reais, as empresas incubadas arrecadaram o montante de R\$ 962. 500,00 reais com a venda de seus produtos desenvolvidos no processo de incubação (lucratividade aproximada em 3.984,22% para os empreendedores dono das empresas em comparativo com a arrecadação anual do PIEBT).

Valor abissal considerando que, este período (ano de 2022), foi marcado pelo processo de recuperação da crise pandêmica (2020-2021), tendo a retomada das atividades em sua normalidade segundo o relatório da UNIVERSITEC (2023), apenas ao final do primeiro semestre (junho de 2022), fato que desencadeou na contabilização de apenas 6 meses de venda dos produtos por parte das empresas incubadas (julho-dezembro/2022). Informação que nos revela e confirma os estudos desenvolvidos por Azevedo *et al.* (2016) e Martins *et al.* (2006) de que as parcerias público-privadas se expressam como uma alternativa de apropriação do eixo público altamente rentável para o empresariado.

Ao caracterizar o que para Silva (2022, p. 79), se denomina como “mercadorização do bem público” que transforma os espaços da ciência, em objeto que pode, com as condicionalidades certas, ser comprado ou vendido a qualquer tempo, colocando as parcerias público-privadas em posição de vantagem para os grupos hegemônicos que, conseqüentemente, reverberam em graves conseqüências para as universidades que perdem gradativamente sua função social ao tentar se ajustar neste novo cenário.

Expressando o desenvolvimento do mercado em favor dos interesses do grande capital e, conseqüentemente, distanciando-se de sua função de Instituição a serviço do desenvolvimento social e inclusivo, ao adotar novas modificações apoiadas não mais na qualificação profissional crítica com base na pesquisa e extensão, mas, no desenvolvimento econômico a partir da formação de mão-de-obra fragilizada com foco no empreendedorismo que se pauta na articulação universidade – empresa – governo (Fonseca *et al.*, 2020).

Modificando os modelos de gestão institucional, ao qual a universidade se insere, e que por sua vez, se estabelece a partir da administração gerencialista, cuja origem deriva do viés capitalistas (Ribeiro, 2013), refletindo as incubadoras, neste caso o PIEBT/UFPA, a dinâmica necessária que coadune tanto com o processo de mudanças, realizado pela implantação de técnicas já utilizadas por organizações privadas (Oliveira, 2013), quanto pelo planejamento estratégico que se desenha aos novos eixos educacionais orientados pelos preceitos neoliberais que ensinam apropriar-se do serviço público.

Assim, o estudo dos documentos institucionais geram a percepção que os grupos empresariais se beneficiam dos desmontes desencadeados nos espaços públicos educacionais, ao se utilizar das parcerias público-privada nas universidades, neste caso, a UFPA, através do PIEBT para promover o desenvolvimento de pesquisas de seus próprios interesses que objetivem o aumento de seus lucros, apoiados em jurisprudências que legitimam os caminhos para a privatização do eixo público, mediante estratégias que visam a acumulação do capital em detrimento dos conhecimentos produzidos nas universidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), como materialização das parcerias público-privada nas Universidades, neste caso, na UFPA, foi nosso objeto de Estudo. Trata-se de um Programa que vem sendo desenvolvido em meio ao contexto do sistema capitalista e no bojo da Reforma do Estado neoliberal e traz na sua materialização as contradições do capital.

Investigamos no contexto da Reforma do Estado neoliberal a relação entre as parcerias público-privada (PPP) e a implementação do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT) na Universidade Federal do Pará, no período de 2016 a 2022.

Na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), constatamos que a produção desta dissertação foi de suma importância para ampliação do diálogo que envolve esta temática. Haja vista que, as incubadoras de empresas são um fenômeno que consistem na interação e aceleração de empreendimentos nos mais diversos setores produtivos do país, sobretudo, nas universidades públicas, através da implementação de normativas, como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica e o Novo Marco da Ciência e Tecnologia, direcionado como porta de acesso a incentivos para sua realização, e que apesar de apresentar profunda relevância para o meio acadêmico, pouco ainda se é debatido no campo das ciências humanas.

Realizamos esta pesquisa através de Estudo teórico e documental. Buscando desenvolver e responder os questionamentos outrora levantados por nossa questão problema central e norteadora da seguinte forma: para cada objetivo específico proposto⁷¹, um capítulo construído, para que juntos pudessem abarcar a totalidade de nosso objetivo central.

Neste interim, no primeiro momento, adotamos enquanto ponto de partida (primeiro objetivo), a análise do sistema capitalista e suas múltiplas crises cíclicas em seu tempo de existência, com vistas a compreender os caminhos que condicionaram até a eclosão do Estado neoliberal, berço embrionário das incubadoras de empresas.

Assim, buscamos, no referido eixo, com auxílio dos teóricos clássicos, compreender as categorias que envolvem o capitalismo (capital, Estado e trabalho) para que, assim, pudessemos ter subsídios para refletir sobre o processo de transformação dessas esferas, principalmente, a partir da década de 1990, quando os ideários neoliberais, com participação dos Organismos Internacionais (OI), inserem-se em uma concepção de sustentação da

⁷¹ Objetivos específicos: (1) Identificar, no contexto da reforma neoliberal, o aprofundamento da implementação das parcerias público-privada no ensino superior público; (2) Destacar, os marcos regulatórios, das incubadoras de empresa de base tecnológica dentro das universidades públicas no Brasil; e (3) Analisar, como o PIEBT alinha-se às PPP na UFPA

hegemonia econômica com foco na possibilidade de expansão e acumulação de lucro.

Acumulação esta que atingiu todos os países, inclusive o Brasil, acaudilhado por mecanismos de reformas, expressos por meio de publicações com foco na (re)condução dos poderes governamentais e políticas públicas e sociais, vistos pelos neoliberais, como dispendiosas, onerosas e mal administradas, sobretudo, a educação superior e diante deste contexto, a única saída para a crise vigente, estaria na abrupta redução e “reordenamento” destes, influenciando a diversificação, flexibilização e ampliação dos processos de privatização e parcerias público-privadas por dentro das universidades.

Dando continuidade, em nosso segundo objetivo proposto, adotamos enquanto linha de entendimento a busca histórico-teórica do que viria ser o “público” e o “privado” nas sociedades capitalistas, enquanto categorias primordiais para o entendimento do que viria a ser as parcerias público-privadas (PPP), estrutura basilar de consolidação das incubadoras de empresas dentro das universidades.

Como consequência, a presente busca nos mostrou que o acirramento entre público e o privado na educação, sobretudo, a partir da materialização das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) se remetem a períodos anteriores a propagação das ideologias neoliberais em âmbito global, tendo por berço e historicidade, segundo os escritos de Oliveira (2013) e Miranda (2016) os Estados Unidos na década de 1950, consagrada como um modelo de parceria público-privada estruturada na maturação mercantilista direcionado ao refinamento produtivo inovador, que se utilizava dos conhecimentos universitários para alcançar negócios.

Este panorama refletiu no Brasil em 1984 (1 ano antes da consolidação do Ministério da Ciência e Tecnologia), através da inauguração da Fundação PARQTEC, a primeira Incubadora de Empresa de Base Tecnológica em solo nacional, também apoiada por políticas desenvolvimentistas, com vistas a superação da crise vivenciada a época.

Contudo, foi apenas com a década de 1990, que a dinâmica das PPP ganham força no Brasil, sobretudo, com a consolidação do PDRAE (1995), oriundo de fundamentações provenientes das Organizações Internacionais, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cuja influência reverberou tanto no eixo político como econômico e social do país, direcionando as políticas governamentais, em especial, as voltadas ao eixo da C&T, a transformar o espaço público, neste caso, as universidades, em um instrumento para o atendimento dos interesses empresariais.

Metamorfoseando as instituições educacionais, a um novo patamar, com o romper da década de 1990 para 2000, quando se promoveram múltiplas redefinições as esferas público e

privado, desencadeando a partir de aparatos legais, um processo de ampliação das privatizações e em caso da “não possibilidade” tal como se postula o PDRAE (1995) para as universidades, a consolidação de parcerias público-privadas, acirrando assim o fortalecimento da privatização ao eixo público educacional.

No entanto, nossas pesquisas também elucidaram que apesar da expansão gradativa das incubadoras de empresas dentro das universidades públicas no Brasil emergirem a partir da década de 1980, sua competência jurídica, somente foi estipulada em 2004, mediante a consolidação da política de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), durante a gestão dos Partidos do Trabalhadores (PT), na época, presidida por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), período este, demarcado pela sustentação dos alicerces neoliberais pautado pela tentativa de modernização das universidades, que tinha por foco o pagamento da dívida pública e ampliação das PPP direcionadas aos interesses do mercado para alavancar a economia.

Reverberando na educação superior, inúmeras medidas acaudilhado para valorização financeira, como: tentativa de implantação do Reuni e nova reforma da educação superior, a UAB, Sinaes, Fies, a regulamentação formal das PPP, ProUni, Sisu, entre outros, que transportando para o eixo da C&T, em especial, pelo prisma de estabilização das IEBT, pôde ser observado neste estudo, não apenas pela Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), como também, pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), orientada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), para além da consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I), fortalecendo assim, as agências de financiamento, para além da criação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), orientado por OI, cujo intuito era promover o incentivo pesquisador-criador, reforçando a interação universidade-empresa.

Cenário que se agudizou, com a gestão presidida por Dilma Rousseff (2011-2016), quando as políticas concernentes a C&T, passaram a se conduzir sob um viés desenvolvimentista nacional, rebatendo ao nosso objeto de estudo, a partir da reformulação da Emenda Constitucional (EC) nº 85/2015, que altera dispositivos para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, bem como, a positivação do Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), que adultera diversas jurisprudências já legitimadas no Brasil, dentre as quais, a Lei de Inovação Tecnológica, ao modificar, diversos pontos que integram os eixos públicos e privados. E fortalecer estímulos associados ao segmento produtivo, em consonância com os centros de pesquisa como: (1) ampliação da autonomia das ICT; (2) Núcleos de Inovação Tecnológica e (3) as Incubadoras

de Empresas.

Assim, alcançamos, nosso primeiro achado: as consequências que estes marcos regulatórios desencadearam para as universidades públicas brasileiras, uma vez que, segundo dados da ANPROTEC e o MCTI-InovaData-Br, o Brasil conta na atualidade (2023), com 404 incubadoras de empresas ativas espalhadas em todo território nacional, sendo 58 destas apenas em universidades federais (Silva *et al.*, 2021).

Comparativo distante (404 Incubadoras em todo território nacional *versus* 58 Incubadoras universitárias federais), porém, preocupante quando entrecruzado aos dados concernentes as incubadoras universitárias e o censo da educação superior no Brasil (2023), onde, verificou-se que existe na atualidade apenas 68 universidades federais no Brasil, ou seja, 85,29% das UF do país são possuidoras de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica.

Expansão esta, que também se reflete na região Norte, onde, segundo mapeamento pelos sites das próprias universidades, realizado pela autora (2023), ainda em concordância com o censo da educação superior no Brasil (2023), identificamos 15 universidades públicas distribuídas pelos 7 estados que compõem a região (13, 27% do percentual total de universidades públicas no Brasil), das quais, 11 universidades eram mantenedoras de IEBT (73,33% da totalidade de universidades públicas na região Norte).

Destacando o estado do Pará como a localidade com o maior quantitativo tanto de universidades (33,33% da totalidade da região Norte) quanto de IEBT mantido por elas (45,45%) evidenciando, assim, os jogos de interesses ocultos nestas regulamentações ao longo dos anos, que dialogam para o atendimento das demandas do mercado, principalmente na região norte, onde, os reformistas neoliberais vislumbram a possibilidade de uso e exploração dos recursos naturais.

E por fim, nosso último objetivo, onde analisamos, a implementação do PIEBT enquanto manifestação das PPP na UFPA, o qual por sua vez, se cunhou mediante os documentos institucionais como relatórios de gestão da UFPA (2016-2022); relatórios de gestão da UNIVERSITEC (2016-2022); o site oficial da UNIVERSITEC; as minutas de contrato; o edital de fluxo contínuo do PIEBT; e, o próprio PDI da universidade (2016-2025).

Demonstrando-nos que, a materialidade do Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT), criada em 1995, enquanto reflexo de uma das faces das parcerias público-privadas que emerge com a articulação das entidades: SUDAM; FINEP; UFPA e FADESP, se dá desde o ano de 2009, pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da universidade, ou seja, Agência de Inovação Tecnológica (UNIVERSITEC), através da

Coordenadoria de Incubação de Empresas e Parques Tecnológicos.

Nesse sentido, a realidade investigada nos mostrou que, dado o contexto no qual o PIEBT está assentado, no que se refere a dinâmica de gestão e funcionamento, constatamos que a mesma se rege sob uma lógica gerencial. Tendo por produtos ofertados, prioritariamente, o processo de incubação de empresas com capacidade de alojamento para até 12 empreendimentos, com possibilidade de usufruto da estrutura física da universidade (com água, luz, telefone, mobília, internet, incluso), suporte estratégico, tecnológico e recurso humano especializado.

Porém, também se constatou, mediante a minuta de contrato, site da UNIVERSITEC, e edital de fluxo contínuo para chamada de novos empreendimentos, a possibilidade de oferta de serviços isolados, como os estratégicos e tecnológicos (a partir da necessidade da empresa), visto que, o PIEBT/UFPA, também funciona na oferta de serviços para empresas não-residentes em suas instalações, ou seja, empresas que já possuem sede própria, mas, ainda sim, desejem receber apoio universitário, indicando que o quantitativo final de empresas que podem ser atendidas simultaneamente, supera o número de alojamentos existentes.

Oferta que se condiciona, mediante a taxa monetária que o empreendedor deseja investir, visto que, em nossos estudos, também constatamos que estes serviços têm preço, e cobrança que varia de \$ 450,00 à \$ 1.890,00 mensais mais adicionais anuais e taxas de juros em caso de atrasos e inadimplências.

Outro aspecto analisado, se encontra nos próprios objetivos prescritos pelo PIEBT/UFPA, pautados na difusão do empreendedorismo como suporte ao desenvolvimento de incubação, fato que nos indaga e direciona ao entendimento, partir do entrecruzamentos teóricos, a um fetichismo da mercadoria (Marx, 2014), uma vez que, não existem garantias de certeza de sucesso do produto a ser comercializado ao fim do processo, mas, ao observamos os objetivos propostos pelo PIEBT/UFPA, concluímos que esta seja a maior motivação que leva a captação e vínculos dos empreendimentos: à lógica ilusória capitalista de ascensão de empregado, para detentor dos meios de produção e postos de trabalho.

Assim, observamos que no período de 2016 a 2022, foram incubadas 48 empresas/empreendimentos pelo PIEBT/UFPA, apresentando enquanto vertente de atendimento as áreas de engenharias e ciências exatas e da terra, sobretudo, dedicadas ao manejo de biotecnologia; TIC; tecnologia mineral; design e energia renovável (UFPA, Relatório de Gestão, 2022; UFPA, Relatório de Atividades da UNIVERSITEC, 2023).

Destas, apenas 3 se graduaram, ou seja, concluíram todas as etapas do processo de incubação, sendo 2 empresas *spin-off*, ou seja, cujo produto deriva integralmente de pesquisas

desenvolvidas pelas universidades (representando uma oscilação equivalente a 93.75% em comparativo das empresas que entraram e as que concluíram o processo de incubação durante nosso período investigativo), cenário que se esclarece pela minuta de contrato, onde, as PPP, podem ser rescindida a qualquer tempo como qualquer transição gerencial.

Fato que nos chama atenção por se tratar de uma instituição pública de ensino pautada sobre uma função social, que conduz os serviços acadêmicos como “meras mercadorias”, onde as pesquisas podem ser iniciadas ou interrompidas a qualquer tempo ou as atividades podem ser vendidas em “combos ou pacotes isolados” de serviços ofertados, restringindo e desvalorizando, assim, a autonomia do pesquisador profissional pertencente a universidade que irá conduzir estas atividades acadêmicas, outrora exclusivamente públicas.

Refletindo na crise de amplas proporções contemporâneas em que as universidades estão vivendo e se metamorfoseando sob um véu “oculto” de inovação neoliberal, que transforma os eixos de C&T neste contexto educacional, a um fio condutor de privatização do eixo público (Bobbio, 2007), que não se traduz mais de “fora para dentro” mediante pressões escancaradas, mas, de “dentro para fora”, sob a prerrogativa de “Universidade Empreendedora” e/ou “Universidade do Futuro”.

Também foi possível analisar, o faturamento obtido pelo PIEBT/UFPA no período de 2016-2022, de R\$ 385. 192,76 reais. Valor este, que entendemos, que poderiam ser diferentes (elevados, por exemplo), se não fosse o advento da pandemia que comprometeu todas as atividades do PIEBT no período de 2020-2022.

Todavia, também nos foi possível ter acesso sobre o faturamento (lucro) dos donos das empresas incubadas pelo PIEBT nos últimos 6 (seis) meses do ano de 2022, onde se evidenciou o montante arrecadado de R\$ 962.500,00 reais com a venda dos produtos desenvolvidos através do processo de incubação. Confirmando em dados palpáveis a teoria de que as parcerias público-privadas se expressam como uma alternativa de apropriação do eixo público altamente rentável para o empresariado (Azevedo *et al.*, 2016; Martins *et al.*, 2006).

Nestas circunstâncias, compreendemos que em relação aos valores, os relatórios e documentos institucionais se limitam a identificar apenas os dados que lhe forem mais oportunos destacar, em respeito a cláusula de sigilo da minuta de contrato, visto que, até então (2016-2021), estes dados (faturamento da empresa) não nos foram publicizados em nenhum outro documento analisado, no entanto, ao observarmos o contexto de uma recém saída crise pandêmica, este dado isolado, não se exclui, pelo contrário, nos confronta a refletir sobre a sua magnitude e a quem se beneficia o uso dos serviços públicos através destas PPP, se é a universidade pública que cede seus espaços ou o grande capital que firma suas parcerias.

Assim, diante dos fatos supracitados, a pesquisa possibilitou questionamentos que para serem respondidos carecem de novos estudos, como: qual o impulso, motivo que levou os empreendedores a se vincular ao PIEBT/UFPA? Quais as reais limitações para execução dos serviços frente aos cortes governamentais que impacta diretamente as universidades e todas as unidades que a compõe, inclusive o PIEBT? Como uma unidade de viés gerencial se mantém com qualidade dentro de uma instituição social? Qual o nome das empresas incubadas anualmente, visto que só consta no site e não em relatórios? Quantos docentes e discentes de graduação e pós-graduação fazem parte do PIEBT? As pesquisas envolvem os respectivos institutos ao qual os pesquisadores são vinculados ou apenas o PIEBT? Qual o motivo da rescisão contratual entre as empresas e a universidade antes do tempo?

Nesse contexto, com vistas a finalizar este eixo conclusivo, tendo em vista tudo que foi absorvido por este estudo, compreendemos que o surgimento das IEBT enquanto mecanismo de interação universidade-empresa, financiado por múltiplas vertentes como: entidades governamentais e não governamentais, a própria universidade, grupos comunitários, empresas privadas, entre outros, transformam, paulatinamente, as instituições de ensino que as adere, mudanças perceptíveis ao modelo de gestão, a base curricular dos cursos, ao tripé formativo, a autonomia das pesquisas e, por conseguinte, a função institucional que a mesma carrega, e que por sua vez, reverbera em uma dupla perspectiva.

A primeira, marcada pelo fomento dos modos de produção, diminuição da burocracia estatal, e aumento das condições de crescimento da economia, transformando tecnologias outrora “restrita”, em um artifício inovador que se reflete na possibilidade de impulsionar o mercado de trabalho e elevar o desenvolvimento local e regional a um novo patamar, ao consolidar contratos e convênios de gestão e parcerias público-privadas com vistas a captar recursos e expandir os conhecimentos para além dos muros da universidade (Almeida, 2019).

O que Silva (2019) e Miranda (2016), conotam como um ecossistema inovador das atividades acadêmicas que possuem poder de impacto na esfera educacional ao apoiar o espírito empreendedor discente e explorar potencialidades, através da produção de atividades já executadas em seu processo formativo como ensino, pesquisa e extensão, promovendo não apenas a transferência tecnológica e criação de novas empresas, como também, a possibilidade de geração de empregos, movimentando assim a economia local e regional.

A segunda perspectiva é a de que as instituições públicas educacionais, ao desenvolverem estes espaços para captação de recursos, não estão apenas “abrindo caminhos para a inovação tecnológica”, mas, adotando um novo perfil institucional que coloca suas atividades essenciais (ensino, pesquisa e extensão) passíveis de venda, o que gradativamente a

aproxima de uma lógica mercantilista e a distância de sua real função enquanto instituição social, com capacidade crítica interventiva para se posicionar frente as contradições capitalistas, desencadeadas no seio da sociedade.

Reforçando estímulos internacionais que inspiram jurisprudências nacionais a consolidar a universidade pública brasileira não mais como um ente de transformação condutor da política social de direito humano universal em curso, através do desenvolvimento científico, mas, a partir da dilatação econômica, que traz interação com o setor produtivo industrial e propaga o incremento empresarial com vistas a mercantilização da educação.

Assim os estudos teóricos e documentais selecionados para produção deste texto, nos possibilitou compreender que, as interferências do capitalismo no eixo público, emergem enquanto estratégias do grande capital, que conduz o eixo empresarial a tirar “proveito” da restrição orçamentária dos espaços públicos educacionais e economizar com construções e/ou outros investimentos, a partir da firmação de contratos e convênios, em favor dos seus próprios interesses, diante do processo de expansão neoliberal, em que o Brasil, encontra-se envolvido (Kato, 2013; Paraskeva, 2009).

Fator este que contribui para afastar a universidade pública de sua função social e aproximá-la gradativamente de um status operacional que direciona interesses mercadológicos dos grupos empresariais (Chauí, 1999), como consequência, das crises estruturais do próprio sistema capitalista.

Reforçando deste modo a necessidade de defesa das universidades públicas, que até o momento deste escrito (2023), são assegurados como direito humano social primordial e protegidos, mas, que “graças a facilidades normativas” e estratégias do grande capital, estão paulatinamente, tornando-se cada vez mais passíveis de concessões às parcerias público-privadas e, conseqüentemente, desmanche de suas políticas tão importantes, mediante a prestação e capitalização dos serviços acadêmicos.

No mais, esperamos que este trabalho possa contribuir para os demais estudos desenvolvidos por pesquisadores que virão e que, assim como esta autora, também acreditam na magnitude e importância de defesa de nossa universidade pública, pautada nos princípios de igualdade, equidade e coletividade, não compactuando assim, com o processo de expansão do ensino superior pela via da privatização e concessão de parcerias público-privadas, que se utilizam da produção tecnológica do conhecimento em favor dos interesses empresariais, sobretudo, pela forma como as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica vêm se materializando no eixo educacional e ainda que em poucas análises, mediante as limitações

em que nos deparamos ao longo de nosso processo investigativo, tentamos demonstrar e denunciar.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T; DOMICIANO, C. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, nº 30, p. 670 - 687, 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>>. Acesso em setembro de 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, A; Sucupira, N.; Salgado, C.; Filho, J. B.; Silva, M. R.; Trigueiro, D.; Lima, A. A.; Teixeira, A; Chagas, V.; Maciel, R. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, nº 30, p. 162-173, 2005.
- ALMEIDA, M. B. de. **A Cooperação Universidade-Empresa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2019.
- ALTBACH, P. G. A Globalização e a Universidade. Mitos e Realidades num mundo desigual. In: **Capitalismo Acadêmico**. João M. (Org.). Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2009.
- ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, S. de; CASTRO, A. M. D. A. **Gestão educativa gerencial: superação do modelo burocrático?** Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 81-106, 2011.
- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores-ANPROTEC. **Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil**. [Relatório técnico] Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. – Brasília: ANPROTEC, 2012. Disponível em: <<https://anprotec.org.br/site/2022/01/relatorio-parques-tecnologicos-do-brasil-apresenta-panorama-nacional-de-inovacao-e-tecnologia-do-pais/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- _____. **Impactos do Modelo Cerne**. [Relatório técnico] Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. – Brasília: ANPROTEC, 2021. Disponível em: <<https://informativo.anprotec.org.br/estudo-impactos-cerne>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.
- AZEVEDO, I. S. C. de.; POZZOBON, C.; CAMPOS, J. G. C.; URRUTIA, S. L.; TEIXEIRA, C. S. Análise Das Incubadoras Universitárias Do Brasil. In: **26ª Conferência Anprotec: Novos Mecanismos e Espaços de Geração de Empreendimentos Inovadores, 2016**. Anais dos Trabalhos apresentados na 26ª Conferência Anprotec, 2016.
- AZEVEDO, I. S. C. de; TEIXEIRA, C. S. **Incubadoras: alinhamento conceitual** [recurso eletrônico] /Ingrid Santos Cirio de Azevedo; Clarissa Stefani Teixeira (Orgs.) – Florianópolis: Perse, 29p.: il. 2016. Disponível em: < <http://via.ufsc.br/> > acesso em 19 de outubro de 2021.
- AZEVEDO, P.; CARIO, S. A. F.; MELO, P. A. de. Interação Universidade Empresa Sob O Enfoque Institucionalista-Evolucionário. **Revista Alcance**, v. 24, n. 2, p. 175-190, 2017.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.**- 1sted. Esp. Washington, D.C.: BIRD/BM, 1995.

Disponível em: <<https://documentos.bancomundial.org/es/publication/documentsreports/documentdetail/274211468321262162/la-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Sociedade Civil. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Vol. 1. 1ª ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coord. Da trad. De João Ferreira. Rev. geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política.** 14ª ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BORON, A. **Estadolatria e teorias “estadocêntricas”** (notas sobre algumas análises do Estado no capitalismo contemporâneo (Capítulo 8). Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Tradução: Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista gestão e sociedade**, v.5 n.11, p.121-136, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais no 1/1992 a 77/2014, pelo decreto legislativo 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão no 1 a 6/1994. – 41o Ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

_____. **Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951.** Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Brasília, 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11310.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2023

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 20 de maio de 2023.

_____. **Decreto nº 6.905 de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

_____. **Decreto-Lei nº 719, de 31 de Julho de 1969.** Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-719-31-julho-1969-362732-norma-actualizada-pe.html>>. Acesso em 20 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540compilada.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

_____. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação:** principais resultados e avanços: 2007 – 2010. Brasília: MCT, 2010.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

_____. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951.** Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 de março de 2023.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 01 de novembro de 2020.

_____. **Ementa Constitucional nº 85 de fevereiro de 2015.** Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc85.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.

_____. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, [...], nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2021

_____. **Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>. Acesso em 21 de março de 2023.

_____. **Lei nº 9.609 , de 19 de Fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm>. Acesso em 23 de março de 2023.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. **Rede de Inovação (Categoria): Incubadora.** Disponível em: <https://torre.mcti.gov.br/inovacao_categoria/incubadora/>. Acesso em 10 de março de 2023.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoesoficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 9 de abril de 2022.

_____. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021** [recurso eletrônico]. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF: Inep, 2023.

_____. **Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Brasília, DF, 2004. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 9 abr. 2022.

_____. **Decreto nº 9. 917 de 18 de julho de 2019.** Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**, de decretos normativos. Brasília, 2019. Disponível em.: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9917.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

_____. **Lei nº 9. 790 de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

_____. **Lei nº 9.678 de 3 de julho de 1998.** Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19678.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

_____. **Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.** Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm>. Acesso em 05 de maio de 2023.

_____. **Decreto Nº 91.146, de 15 de março de 1985.** Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras

providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91146-15-marco-1985-441419-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 de abril de 2023.

_____. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de Junho de 1998.** Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em 01 de maio de 2023

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

_____. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm>. Acesso em 06 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005.** Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação [...] e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm>. Acesso em 05 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 5.692, De 11 De Agosto De 1971.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

_____. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRITO, B. M. B. de; SILVEIRA, A. H. P. Parceria público-privada: compreendendo o

modelo brasileiro. 2005. In: **Revista do Serviço Público**: Brasília 56 (1): 7-21 Jan/Mar 2005. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1442>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

CALABI, A. FGV Projetos: De Que Forma As Parcerias Público-Privadas (PPPS) Podem Contribuir Para Potencializar Investimentos Em Infraestrutura No País? In: **Cadernos FGV Projetos: Parcerias Público-Privadas no Brasil**, v. 7, 2014. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/cadernos-fgv-projetos-no23-parcerias-publico-privadas>. Acesso em 01 de janeiro 2023.

CAMPOS, D. C. B. de; DAMASCENO, A. Parcerias público-privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. **Perspectiva**, v. 38, n. 1, p. 1-23, 2020.

CARLOS, N. L. S. D.; CAVALCANTE, I. F.; NETA, O. M. de M. A Educação no Período da Ditadura Militar: O Ensino Técnico Profissionalizante E Suas Contradições (1964-1985). **Revista Trabalho Necessário**, [S.L], ano 16, n. 30, p. 83-108, nov. 2018

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. [Tradução pela equipe de tradutores do instituto de letras da PUC-Campinas]. 17ª ed. – campinas, SP: Papirus, 2013.

CHAVES, V. L. J. **Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira**. Cadernos de Educação, Pelotas, 2009. p. 311 – 324.

_____. **As Feições da Privatização do Público na Educação Superior Brasileira: O Caso da UFPA**. 2005. 436f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), [s.n], 2005.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARAES, A. R. Dívida Pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education** (ONLINE), v. 40, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668/21760>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S. dos.; KATO, F. B. B. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, p. 1-18, 2020.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?->. Acesso em 10 de agosto de 2021.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 4, n. 03, p. 03-08, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CIVIL, P. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. Tomo II (recurso eletrônico): direito administrativo e constitucional / coord. Vidal Serrano Nunes Jr. [et al.] – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/pdfs/regime-juridico-das-empresas-estatais_58edb839b1f41.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 83-106, 2005

COSTA, E. S. da. **A Ideia De Universidade Empreendedora No Planejamento Institucional Da Universidade Federal Do Pará (2012-2019)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

COUTO, A. L. **Adoecimento de docentes na educação básica: uma revisão sistemática da literatura**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book. ISBN 978-85-7559-496-4.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOMINGUES, L. de L. da S. O empreendedorismo e as novas práticas do fazer científico. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 137-159, 2012

DOWBOR, L. **O Capitalismo se Desloca: Novas Arquiteturas Sociais**. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

ETZKOWITZ, H. Innovation in innovation: The triple helix of university-industry-government relations. **Social science information**, v. 42, n. 3, p. 293-337, 2002.

FARIA, A. F. de. **Parques Tecnológicos do Brasil**. Viçosa, MG: NTG/UFV, 2021. Disponível em: <<https://anprotec.org.br/site/2022/01/relatorio-parques-tecnologicos-do-brasil-apresenta-panorama-nacional-de-inovacao-e-tecnologia-do-pais/>>. Acesso em 10 de maio de 2022.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & Sociedade. v. 23, n. 79, 2002. p. 257-272.

FIORAVANTI, M. Público e privado: os princípios fundamentais da constituição democrática. In: **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 58, 2013.

FONSECA, D. A. da.; AQUINO, R. V. G. de.; ARBEX, C. S. C. D. B.; SAMPAIO, D. de O. A aprendizagem empreendedora na Incubadora de base tecnológica do CRITT/UFJF.

UNIFESO-Humanas e Sociais, v. 5, n. 5, p. 40-53, 2020.

FREIRE, C. D. **Análise dos Recursos em Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) -Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2016.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: **Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, p. 9-49, 1996.

_____. A universidade na penumbra: o círculo vicioso da precariedade e a privatização do espaço público. **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, p. 97-128, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil**. Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 2019.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.79-108.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo. Boitempo, 2016.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSCH, J., **Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

KATO, F. B. G. **A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no Estado e no novo papel do CNPq**. 179f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2013.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscú: Avante! /Progresso, (tomo 1), 1977.

LIMA, K. R. de S. Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo. **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**, p. 27-42, 2006.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. Contextualização: aspectos históricos e conceituais. In: LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. (Org.). **Internacionalização da educação superior: nações ativas**,

nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, P. G. **Política científica & tecnológica no Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2011.

LOMBARDI, J. C. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In: **Revista HISTEDBR** (On-line), Campinas, n. especial, p. 5 –10, ago. 2006. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/histedbr-line-v-agosto2006-n-especial-2006>>. Acesso em 10 de julho de 2021.

MACIEL, Ana Lucia Suarez. As políticas internacionais de educação superior no Brasil: repercussões na formação em Serviço Social. **Anais do I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Brasil.**, 2015.

MAEHLER, A. E. **Interação e contribuição de incubadora e universidade no desenvolvimento de pequenas empresas**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

MAIOR, N. M. S. S. *et al.* Direitos Humanos e Serviço Social: Demandas e Desafios Contemporâneos. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 127-138, 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/21159>>. Acesso em 27 de outubro de 2020.

MARMELSTEIN, G. **Curso de Direitos Fundamentais**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas S.A., 2013.

MARTINS, G. S.; XAVIER, W.S.; LIMA, A.A.T.F.C.; OLIVEIRA, A.R.; GAVA, R. A Interação universidade/empresa nas Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica de Minas Gerais. In: **Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. Anais [...]. Gramado, 2006.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. *29ª Reunião Anual da ANPED (2006)*: 1-17.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I**. [tradução de Reginaldo Sant’Anna]. – 33ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. manifesto do partido comunista. São Paulo: Ed. Martin Claret LTDA, 2014.

MATIAS-PEREIRA, J.; KRUGLIANSKAS, I. Gestão de inovação: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. **RAE eletrônica**, v. 4, 2005.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. **Educar em revista**, v. 35, p. 13-30, 2019.

MCCOWAN, T; SCHENDEL, R. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. In: SILVA JÚNIOR, João R. SOUSA, José V. AZEVEDO, Mário L. N. CHAVES, Vera. L. J. (orgs.). **Educação superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço, 2015.

MESZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A crise estrutural do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, A. Y. Os fundos setoriais são instituições adequadas para promover o desenvolvimento industrial do Brasil? **Revista do Bndes, Rio de Janeiro**, V. 14, N. 27, P. 123-140, jun. 2007

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ed. - Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, M. G. de C. **A Influência das Redes Sociais na Transferência de Conhecimento Intraorganizacional em Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica**. Dissertação. (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MONTEIRO, P. O.; TAJRA, S. F.; RIBEIRO, J. R.; BUSSOLOTI, J. M. Educação, Inovação E Empreendedorismo: A Universidade e o Seu Novo Papel na Sociedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019.

MOTA JÚNIOR, William Pessoa da. **Os Impactos Do Sistema ‘Capes’ De Avaliação Sobre O Trabalho Docente Na Pós-Graduação: O caso da UFPA**. 2011. 208f. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Instituto De Ciências Da Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo, Cortez: 2012.

OLIVEIRA, A. de. **Política Científica no Brasil: Análise das políticas de fomento à pesquisa do cnpq**. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, I. N. **Análise do modelo de gestão da incubadora PIEBT, sob a perspectiva do isomorfismo organizacional**. Dissertação (Mestrado em m Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

OLIVEIRA, J. F. de. Políticas, Gestão e Novas Formas de Regulação da Educação Superior: Reconfigurações, Tensões E Desafios. In: **Políticas educacionais democráticas em tempos**

de resistência / Carina Elisabeth Maciel, Marcilene Pelegrine Gomes e Romilsom Martins Siqueira (organizadores). Brasília, ANPAE, 2021.

OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. UNA-SUS, 9 de maio de 2023. Notícia. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19>>. Acesso 20 de junho de 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (OCDE). **Tertiary Education for the Knowledge Society**. Paris: [s.n]. disponível em: <<https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41266690.pdf>>. Acesso em 5 de junho de 2023.

PARASKEVA, J. M. Capitalismo Acadêmico e a Eutanásia Neocentrista Radical ao Ensino Superior. ‘Tandem Abvtere Patientia Nostra’. In: **Capitalismo Acadêmico**. João M. (Org.). Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo, 2009.

PASIN, J. A. B.; BORGES, L. F. X. A nova definição de parceria público-privada e sua aplicabilidade na gestão de infraestrutura pública. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 173-196, dez. 2003.

PENHOLATO, D. B. O Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) e o Investimento na Modernização das Universidades Brasileiras. In: **XXIII Encontro Estadual de História**, Anais [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2016.

PEREIRA, B.; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7ed. Editora FGV, 2006

PEREIRA, M. J. A. Relações público-privadas como Tendências na formação continuada de professores e suas implicações na prática pedagógica. In: **A produção do Conhecimento em Educação na Amazônia: políticas, formação e cultura** / Vera Lucia Jacob Chaves e Lúcia Isabel da Conceição Silva (organizadores). – 1ª ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.

PEREIRA, M. J. A; CAMARGO, A. M. M. de. Relações Público-Privadas Como Tendências na Formação Continuada de Professores e suas Implicações na Pratica pedagógica. In: **A Produção do Conhecimento em Educação na Amazônia: políticas, formação e cultura**. /Vera Lucia Jacob Chaves, Lucia Isabel da Conceição Silva (organizadores).- 1ª ed-Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.

PEREIRA, P. A.P; BRAVO, M. I. S. **Política Social e Democracia**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PERONI, V. M. V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

POCHMANN, M. Economia Brasileira Hoje: seus principais problemas. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**/ LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.) - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª. reimpressão, 2008, p. 67-107.

RAUEN, C. V. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-Empresa? In: **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura. – Nº1. - Brasília: Ipea, 2016.

RECK, D. N. **O Percurso das Políticas Educacionais no Brasil e os Efeitos da Globalização do Ensino: Educação como Serviço ou Direito do Cidadão?** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização - Tcce (Especialização) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria- RS, 2016.

REDOSCHI, D. A. Parceria Público-Privada: Desafios e oportunidades. In: **Cadernos FGV Projetos: Parcerias Público- Privadas no Brasil**, v. 7, 2014. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/cadernos-fgv-projetos-no23-parcerias-publico-privadas>. Acesso em 01 de janeiro 2023.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida Pública E Financiamento Das Universidades Federais E Da Ciência E Tecnologia No Brasil (2003-2020). In: **Revista Práxis Educacional**. Política de Educação Superior. Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 13-19, Edição Especial, 2020. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/issue/view/402>>. Acesso em 20 de março de 2021.

RIBEIRO, A. C. S.; ANDRADE, E. P. de. A interação universidade-empresa através da incubadora de empresas de base universitária: a experiência da UFF. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [s. l.], 2006.

RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

RIBEIRO, M. E. da S. **A gestão universitária: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011**. 290p. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, UFPA, Belém, 2013.

RIBEIRO. M. E., da S. **A Gestão Universitária: Um Estudo Na UFPA, de 2001 A 2011**. 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

ROBERTSON, S; VERGER, N. **A Origem das Parcerias Público-Privada na Governança Global da Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1122-1156, 2012.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social** / Flavio Tonelli Vaz, Juliano Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos santos (Coordenadores). Brasília: AnFiP, 2008.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2013.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: Neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALOMON, D. V. **Maravilhosa Incerteza: pensar, pesquisar e criar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, M. C. C. dos. **Financeirização e Expansão do Ensino a Distância na Universidade Pitágoras Unopar**. 176p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, UFPA, Belém, 2023.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G.; SANTOS, T. C. S.; RIBEIRO, E. M.; FILHO, L. M. de A. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2016, v. 14, n. 4 [Acessado 17 setembro 2022], pp. 1011-1034. Disponível em: Epub Oct-Dec 2016. ISSN 1679-3951. <<https://doi.org/10.1590/1679-395130795>>. Acesso em 20 de outubro de 2022

SANTOS, T. F. A. M. As parcerias público-privadas no contexto educacional amazônico: novas formas para velhas questões. **Revista Margens Interdisciplinar**, Belém, v. 11, n. 16, p. 9-24, jun. 2017.

SANTOS, T. F. A. M. dos. A crise atual do capital na conformação do estado contemporâneo e gestão da educação. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. esp., 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp459-465>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, ano 1, n. 1, p. 1–14, jul. 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JÚNIOR, J dos R. **The New Brazilian University, a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Uberlândia: Navegando Publicações. Bauru, Canal 6, (Projeto Práxis Editorial,) 2020.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; KATO, F. B. G.; EWERTON, J. A. Americanismo, o novo marco de ciência, tecnologia e inovação: sequestro do fundo público pelo capital financeiro. **Eccos Revista Científica**, n. 47, p. 171-193, 2018.

SILVA, C. M. F. da.; CORRÊA, J. de S.; LEITE, D. B.; CAIRES, R. T.; TEIXEIRA, C. S. Análise das incubadoras universitárias na estrutura organizacional das Instituições de Ensino Superior do Brasil. In: **31ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação, 2021**. Anais dos Trabalhos apresentados na 31ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação, 2021. p. 10-23.

SILVA, D. S.; SANTANA, J. R. A economia brasileira sob o olhar da ciência, tecnologia e inovação: cinquenta anos da política científica e tecnológica (1964–2014). **Nexos Econômicos**, v. 13, n. 2, p. 75-99, 2019.

SILVA, F. C. da. **Estudo de Benchmarking de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica em Universidades**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, I. A. F.; SOUZA, P. C. de.; OLIVEIRA, I. N.; VALADÃO, T. A. Elementos que Fragilizam o Ecossistema de Inovação Tecnológica e Empreendedor – Casos da Incubadora

PIEBT de Belém (UFPA) e da Arca Multincubadora de Cuiabá (UFMT). In: **Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas** [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 181-196.

SILVA, L. R. C. da.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. da C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. de. Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa Na Formação Docente. In: **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Anais dos Trabalhos, 2009, p. 4554 - 4566.

SILVA, M. S (org.). **Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura**. – Brasília: IPEA, 2022.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. O Capitalismo Acadêmico na Nova Economia: Escolhas e Desafios. In: **Capitalismo Acadêmico**. João M. (Org.). Mangualde, Portugal: Edições Pedago, 2009.

SOFFIATI, G. V. **As políticas de ciência e tecnologia no Brasil: um estudo de seus desdobramentos para o desenvolvimento através da formação de mão-de-obra especializada**. Monografia (curso de Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

SUZUKI, J. A. **Dinâmica Da Universidade Federal De Viçosa Para A Inovação Tecnológica**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 2012.

THIENGO, L. C. **Universidades de classe mundial ou o fim da Universidade como Universitas?** - São Paulo: Mercado de Letras, 2019.

UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização**. Anais. – Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório de Gestão 2020**. Universidade Federal do Pará. — Belém: UFPA, 2021.

_____. **Relatório de gestão 2016**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2017.

_____. **Relatório de gestão 2017**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2018.

_____. **Relatório de gestão 2018**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2019.

_____. **Relatório de gestão 2019**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2020.

_____. **Relatório de gestão 2021**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2022.

_____. **Relatório de gestão 2022**. Universidade Federal do Pará. - Belém: UFPA, 2023.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Edital Incubadora Piebt Para Seleção De Empreendimentos Residentes Chamada Pública**. Disponível em: <https://universitec.ufpa.br/coordenadoria-de-empendedorismo/299-2/como-incubar/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Minuta do Contrato de Incubação de Empreendimento Residente**. Disponível em: <https://universitec.ufpa.br/coordenadoria-de-empreendedorismo/299-2/como-incubar/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Minuta do Contrato de Incubação de Empreendimento Não-Residente**. Disponível em: <https://universitec.ufpa.br/coordenadoria-de-empreendedorismo/299-2/como-incubar/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2022**. Belém, 2023.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2021**. Belém, 2022.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2020**. Belém, 2021.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2019**. Belém, 2020.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2018**. Belém, 2019.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2017**. Belém, 2018.

_____. Agência de Inovação Tecnológica. **Relatório Anual de Atividades: Exercício 2016**. Belém, 2017.

_____. **Agência de Inovação Tecnológica/UNIVERSITEC**. Disponível em: [<https://universitec.ufpa.br/a-universitec/estrutura-da-universitec/>](https://universitec.ufpa.br/a-universitec/estrutura-da-universitec/). Acesso 20 de janeiro de 2023.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Pará**. Belém, 2006. Disponível em: https://ppca.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento_e_normas/Estatuto-da-Universidade-Federal-doPara.pdf>. Acesso em 30 março de 2023.

_____. Pró-Reitoria de **Planejamento e Desenvolvimento Institucional**. Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2016-2025.

_____. Pró-Reitoria de **Planejamento e Desenvolvimento Institucional**. Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2011-2015.

_____. Pró-Reitoria de **Planejamento e Desenvolvimento Institucional**. Plano de desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010.

_____. **Resolução n. 662, de 31 de março de 2009**. Aprova o Regimento dos Órgãos Executivos da Administração Superior. Disponível em: <https://proad.ufpa.br/index.php/regimento>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

_____. **Resolução n. 734, de 17 de dezembro de 2014.** Institui a Política de Inovação Tecnológica para a Universidade Federal do Pará e dá outras providências. Disponível em: <<https://universitec.ufpa.br/legislacao-2/>>. Acesso em 25 de março de 2023.

_____. **UFPA Em Números 2021: ANO BASE 2020.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Belém, 2021. Disponível em:< <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/> > Acesso em 20 de outubro de 2021.

VALENTE, L. Hélice tríplice: metáfora dos anos 90 descreve bem o mais sustentável modelo de sistema de inovação. *Conhecimento & Inovação* [online]. vol.6, n.1, 2010. p. 6-9. ISSN 1984-4395.

VARELA, P. S.; ZUCCHI, P.; MARTINS, G. de A.; SASSO, M. Parcerias Entre o Setor Público e o Setor Privado Sem Fins Lucrativos: Uma Revisão Integrativa. In: **XX USP International Conference in Accounting, 2020.** Anais dos Trabalhos apresentados na XX USP International Conference in Accounting, 2020.

VILLIN, G. A visão da iniciativa privada. In: **Cadernos FGV Projetos: Parcerias Público-Privadas no Brasil**, ano 9, nº 23, 2014. Disponível em: <<https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/cadernos-fgv-projetos-no23-parcerias-publico-privadas>>. Acesso em 01 de janeiro 2023.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** [Tradução José Marcos Mariani de Macedo]. 6ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLTER, Roberto Henrique. O Ensino Superior na Era Vargas. **Maiêutica-História**, v. 4, n. 1, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** Planejamento e métodos. 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.